

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO  
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO UNESC-FIED**

**TISIANE SIQUEIRA DE OLIVEIRA GUIMARÃES**

**DESIGUALDADES SOCIAIS, DESEQUILÍBRIOS DE RENDA E POLÍTICAS  
SOCIAIS NO BRASIL.**

**CRICIÚMA/SC.**

**2024**

**TISIANE SIQUEIRA DE OLIVEIRA GUIMARÃES**

**DESIGUALDADES SOCIAIS, DESEQUILÍBRIOS DE RENDA E POLÍTICAS  
SOCIAIS NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho.  
Coorientador: Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira.

**CRICIÚMA/SC.**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G963d Guimarães, Tisiane Siqueira de Oliveira.

Desigualdades sociais, desequilíbrios de renda e políticas sociais no Brasil / Tisiane Siqueira de Oliveira Guimarães. - 2024.

125 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2024.

Orientação: Alcides Goularti Filho.

Coorientação: Reginaldo de Souza Vieira.

1. Iniquidade social. 2. Pobreza. 3. Renda - Distribuição. 4. Brasil - Política social. I. Título.

CDD 23. ed. 362.5

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**TISIANE SIQUEIRA DE OLIVEIRA GUIMARÃES**

**DESIGUALDADES SOCIAIS, DESEQUILÍBRIOS DE RENDA E POLÍTICAS  
SOCIAIS NO BRASIL.**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico com o título de: “Desigualdades Sociais, Desequilíbrios de Renda e Políticas Sociais no Brasil” no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 04 de abril de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador Prof. Dr. Alcides Goularti Filho - (PPGDS/UNESC).

Coorientador: Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira - (PPGDS/UNESC).

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto - (PPGDS/UNESC).

Profª Dra. Talita Alves de Messias - Membro - ABPHE.

**Tisiane Siqueira de Oliveira Guimarães**

**DESIGUALDADES SOCIAIS, DESEQUILÍBRIOS DE RENDA E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 04 de abril de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**



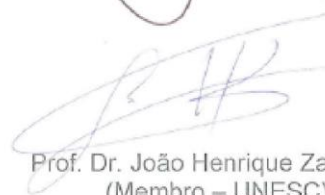
Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
(Presidente e Orientador – UNESC)



Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira  
(Coorientador - UNESC)



Profa. Dra. Talitá Alves de Mezzias  
(Membra – ABPHE)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
(Membro – UNESC)

Documento assinado digitalmente

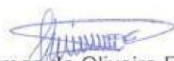
**gov.br**

**TISIANE SIQUEIRA DE OLIVEIRA GUIMARAES**

Data: 25/04/2024 15:27:37-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Tisiane Siqueira de Oliveira Guimarães  
(Discente)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam  
Coordenador do PPGDS – UNESC

## DEDICATÓRIA

Às minhas avós e avô, in memoriam: Aurora Melo Siqueira, Santa Anária Gomes de Oliveira e Jovenal Cardoso de Siqueira; às minhas bisavós, in memoriam: Arminda Melo Siqueira e Maria Luiza Nunes Siqueira, por sua capacidade de resistência, de luta pela sobrevivência, pelo seu passado de vitória sobre a fome e a pobreza, baseados no trabalho, na fé e na persistência.

Aos meus Pais: Manoel Carlos Gomes de Oliveira, in memoriam e, Maria Celi Siqueira de Oliveira, por todo esforço, dedicação, amor e empenho em formar e educar filhos (as), para uma sociedade mais justa e igualitária, reforçando desde sempre, a necessidade de independência e empoderamento feminino, reforçando sempre que os caminhos que temos para transformar a nossa realidade seriam por meio da educação e do trabalho.

Ao meu marido: Rômulo Monteiro Guimarães Júnior por me apoiar e incentivar a concluir o curso do Mestrado e, por entender as ausências necessárias nesta fase de dedicação aos estudos e trabalho.

Aos meus Sogros: Rômulo Monteiro Guimarães e Marister Pereira de Oliveira Guimarães, por todo apoio, incentivo e exemplo de família e perdão.

Para minha avó do coração, in memoriam: Raimunda Nobre de Oliveira, por toda a luta e persistência no sertão cearense, por seu exemplo de coragem e amor, na criação de seus dez filhos, vencendo através da agricultura familiar, sempre com fé em Deus e, na capacidade de alfabetizar, educar e transformar a realidade em que viveram, um exemplo de superação e resiliência.

E, por último e, não menos importante, aos meus irmãos: Elisângela Siqueira de Oliveira e Antônio Carlos de Oliveira Neto, pelo apoio em minhas ausências com a Mãe, pelo crescimento através das diferenças de opiniões, pelo carinho, reconhecimento e entendimento sobre minha distância física nestes últimos anos, e, por compreenderem e ressignificar o verdadeiro sentimento de ser família, apesar das diferenças que nos cercam e, nos preenchem.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu agradecimento a Deus pela sua eterna misericórdia em minha vida. Muito obrigada por tanto, pelas oportunidades, pelos dons e pela capacidade de recomeçar e finalizar o tão esperado e sonhado curso de Mestrado.

Ao Chanceler do UNINTA, Dr. Oscar Spindola Rodrigues Júnior, por todas as oportunidades, apoio, investimento e confiança em mim depositados no âmbito profissional e acadêmico.

A Pró-Reitoria Acadêmica (PROACAD), por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) – Turma de Mestrado Interinstitucional ofertado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e Faculdade Ieducare (FIED), por meio de convênio celebrado entre as mantenedoras Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) e Associação Igreja Adventista Missionária (AIAMIS).

Aos Professores do curso de Mestrado da UNESC, membros do PPGDS, pela sabedoria, provocações, oportunidade do estudo on-line e das aulas síncronas.

Aos meus Professores, Orientador: Alcides Goularti Filho e Coorientador: Reginaldo, pelo respeito em discordar do meu posicionamento, e, ainda assim aceitaram a orientação deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho pela oportunidade de convívio e ensinamentos diários.

“Não podemos apenas olhar para os números da desigualdade, mas sim para como são gerados e que isso nos leva a pensar em questões de natureza ética que sinalizam uma degradação de nossos sentimentos morais”.

Flávio Vasconcellos Comim

## RESUMO

O objetivo deste trabalho seria o de avaliar os níveis de desigualdades sociais, os desequilíbrios de renda e as políticas sociais no Brasil. O Primeiro capítulo apresentará uma revisão da literatura acerca das desigualdades sociais, com enfoque nos desequilíbrios de renda e na relação com as políticas sociais adotadas no Brasil nos últimos 20 anos. O segundo capítulo discutirá os principais índices disponíveis para a mensuração das desigualdades, conceitos e a importância de análises multidimensionais. O terceiro capítulo apresentará os desequilíbrios de renda, analisando a sua relação com as variáveis: educação, saneamento básico, desemprego e sua importância para o combate à pobreza. Por fim, no quarto capítulo apresentaremos uma compilação de dados estatísticos multidimensionais que dariam um quadro geral sobre as políticas sociais no Brasil e os impactos da desigualdade no pós-pandemia.

Estes resultados seriam de extrema importância para a formulação de políticas públicas, analisando o impacto sobre a distribuição de renda e políticas sociais adotadas no Brasil.

**Palavras-chave:** Desigualdades sociais. Desequilíbrios de renda. Políticas Sociais no Brasil.

## **ABSTRACT**

The objective of this work would be to evaluate the levels of social inequalities, income imbalances and social policies in Brazil. The first chapter will present a literature review about social inequalities, focusing on income imbalances and their relationship with the social policies adopted in Brazil in the last 20 years. The second chapter will discuss the main indices available for measuring inequalities, concepts and the importance of multidimensional analyses. The third chapter will present income imbalances, analyzing their relationship with the variables: education, basic sanitation, unemployment and their importance for combating poverty. Finally, in the fourth chapter we will present a compilation of multidimensional statistical data that would provide a general picture of social policies in Brazil and the impacts of inequality in the post-pandemic period.

These results would be extremely important for the formulation of public policies, analyzing the impact on income distribution and social policies adopted in Brazil.

**Keywords:** Social differences. Income imbalances. Social Policies in Brazil.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Taxa de pobreza para a linha de PPC \$1,90/dia por pessoa – Brasil (2001-2020) (Em %).	71
<b>Gráfico 2</b> - Renda média per capita dos 20% mais pobres – Brasil (2001-2020) (Em R\$ de 2020).	72
<b>Gráfico 3</b> - Taxa de pobreza para a linha de PPC \$1,90/dia por pessoa com e sem transferências do PBF e do AE – Brasil (maio-nov. 2020).	74
<b>Gráfico 4</b> - Renda média per capita dos 20% mais pobres com e sem transferências do PBF e do AE – Brasil (maio-nov. 2020) (Em R\$ de 2020).	75
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de pobreza para a linha de PPC \$1,90/dia e por pessoa considerando apenas a remuneração do trabalho per capita – Brasil (1o trim. 2012-3º trim. 2021) (Em %).	77
<b>Gráfico 6</b> - Percentis selecionados da distribuição dos rendimentos do trabalho per capita – Brasil (1o trim. 2012-3º trim. 2021).	78
<b>Gráfico 7</b> - Salário Nominal x Salário Necessário até 2021	86
<b>Gráfico 8</b> - Proporção de pessoas em pobreza e extrema pobreza.	87
<b>Gráfico 9</b> - Distribuição da população segundo linhas de pobreza (%) Grande regiões 2021	88
<b>Gráfico 10</b> - Evolução da insegurança alimentar grave no Brasil e Grandes Regiões (A) e por situação urbana x rural do domicílio (B). Proporções relativas ao total de domicílios.	93
<b>Gráfico 11</b> - Índice de GINI da renda domiciliar per capita (2012-19)	95

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Cálculo de valorização do salário mínimo	83
<b>Tabela 2</b> - Impacto anual decorrente ao aumento de salário mínimo	84
<b>Tabela 3</b> - Emprego no setor público por faixa de remuneração	85
<b>Tabela 4</b> - Emprego no setor público por faixa de remuneração	85
<b>Tabela 5</b> - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	92
<b>Tabela 6</b> - Pontos de corte para classificação dos domicílios	93
<b>Tabela 7</b> - Resultados do inquérito VIGISAN	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CEPAL – Delegação Econômica para as Américas Latinas

FET - Foster, Greer e Thorbeck

IPM – Índice da Pobreza Multidimensional

IBT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

MPM - Método de pobreza Multidimensional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 – ASPECTOS TEÓRICOS E MENSURAÇÃO DA POBREZA</b>	<b>22</b>
1.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A POBREZA.	23
1.2. CONCEITOS DE POBREZA	36
1.2.1. ESTABELECIMENTOS DA LINHA DE POBREZA.	40
1.2.2. O EMPOBRECIMENTO E AS NECESSIDADES BÁSICAS INSATISFEITAS.	43
1.3. MENSURAÇÃO DA POBREZA E PRIVAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES	45
1.3.1. INCIDÊNCIA DE POBREZA E INSUFICIÊNCIA DE RENDA.	47
1.3.2. ÍNDICE DE SEM	48
1.3.3. ÍNDICE DE FOSTER, GREER E THORBECKE (FGT).	50
1.3.4. ÍNDICE DE POBREZA HUMANA (IPH).	51
<b>2 – CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA</b>	<b>54</b>
2.1. A RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA PODE SER COMPLEXA	55
2.2. QUANDO O CRESCIMENTO É PRÓ-POBRE?	57
2.3. QUAIS SÃO AS DIMENSÕES AFETADAS PELO CRESCIMENTO DA POBREZA?	59
2.4. O QUE DETERMINA O IMPACTO DO CRESCIMENTO NA REDUÇÃO DA POBREZA?	60
2.4.1. PADRÕES SETORIAIS DE CRESCIMENTO.	62
2.4.2. DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL.	63
2.4.3. DIMENSÕES NÃO – RENDA.	64
2.4.4. PAPEL DO ESTADO.	66
2.5. IGUALDADE É RUIM PARA O CRESCIMENTO?	67
<b>3 – MAPA DA FOME, POBREZA, TRIBUTOS, SALÁRIO MÍNIMO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.</b>	<b>72</b>
3.1. EVOLUÇÃO DA POBREZA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS.	73
3.2. A QUESTÃO TRIBUTÁRIA E A ECONOMIA DA POBREZA.	78
3.3. SALÁRIO MÍNIMO E POBREZA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM DO EQUILÍBRIO GERAL.	82
3.4. MAPA DA FOME. DEFINIÇÃO, INDICADORES E CRITÉRIOS.	92
<b>4 - POLÍTICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE E À POBREZA NO BRASIL</b>	<b>99</b>

4.1. POLÍTICAS ESTRUTURAIS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL.	101
4.2. POLÍTICAS VOLTADAS PARA A POBREZA: O CASO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	103
4.3. A FOCALIZAÇÃO DO GASTO SOCIAL SOBRE A POBREZA NO BRASIL.	104
4.4. FOCALIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS E ERRADICAÇÃO DA POBREZA.	105
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>108</b>

## INTRODUÇÃO

Há alguns anos o tema das desigualdades sociais tornou-se um assunto importante, devido ao seu agravamento e as suas consequências, tanto sociais, quanto econômicas em vários países. O aumento da pobreza em nível mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos, tem mobilizado organismos internacionais a buscar alternativas para seu combate. De fato, dentro deste processo outro fator preocupante é a exclusão social, que tem sido representada pela perversidade do sistema distributivo de renda que se propagou ao longo dos tempos, atingindo níveis de intensificação cada vez maiores, latentes e alarmantes no contexto das relações sociais.

A desigualdade social é um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil nas últimas décadas. Este fenômeno se manifesta de várias formas, incluindo desigualdades de renda, acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais. A literatura acadêmica tem analisado extensivamente esses desequilíbrios, bem como o impacto das políticas sociais implementadas para mitigá-los.

Em média, à medida que os países enriquecem, diminui a incidência de pobreza. Por essas razões, o crescimento econômico parece ser um indicativo forte de redução da pobreza. Sabemos que existem outros, tais como: os níveis médios de educação, saúde, políticas sociais, segurança, etc., e, neste trabalho iremos analisar os conceitos acerca das desigualdades sociais, os impactos gerados pelos desequilíbrios de renda e sua relação com as políticas sociais adotadas no Brasil.

O estudo das desigualdades sociais, sempre mereceu atenção especial na formação dos interesses dos economistas. De Adam Smith até Robert Lucas, passando por Robert Solow, considerou-se que o crescimento econômico é a melhor manifestação do bem-estar de determinada sociedade. O pressuposto fundamental desta tradição está baseado na ideia de que todos os agentes se beneficiam dos frutos do crescimento econômico. Em outras palavras, trata-se do crescimento econômico como se fosse distributivamente neutro.

Recentemente, esta posição tem sido disputada na Economia por um grupo de autores que define “crescimento pró-pobre” ou “crescimento de alta qualidade”. Com estes autores e esta literatura, consolida-se o argumento de que o crescimento econômico não necessita beneficiar a todos de maneira igual. Mais importante do que

isso, no entanto, é o conceito de que existem padrões diferenciados de crescimento econômico que não beneficiam do mesmo modo membros diferentes da sociedade.

O trabalho pretende analisar as desigualdades sociais, entender o mapa da fome, como é calculado o mapa da fome, o que precisa ser feito para a redução das desigualdades sociais, os desequilíbrios de renda e, quais as políticas sociais que melhoram de fato a situação dos brasileiros vivendo à margem da sociedade.

Com o objetivo geral de analisar os impactos da desigualdade no Brasil nos últimos 20 anos, através da pesquisa bibliográfica, e de modo específico, apresentar os efeitos da desigualdade no período pandêmico e pós-pandemia, onde através dos dados estatísticos consegue-se evidenciar que a desigualdade social se caracterizou por um “choque exógeno” na economia e na sociedade.

Vamos analisar os efeitos da desigualdade sob a ótica da renda, e os efeitos positivos da abordagem das capabilities.

Com o objetivo específico de investigar a realidade brasileira da desigualdade social, no período pandêmico e pós-pandemia, a pesquisa busca identificar através da pesquisa bibliográfica, como a desigualdade se acentuou no Brasil nos últimos cinco anos. Quais as medidas tomadas que resultaram na volta do Brasil ao mapa da fome?

Especificamente, o trabalho busca identificar políticas sociais que possam minimizar os efeitos da desigualdade social no Brasil, usando como base a distribuição de renda e a abordagem das capacitações, fundamentadas no conceito de Amartya Sen.

A desigualdade social historicamente foi e continua sendo definida de acordo com os propósitos analíticos e políticos de quem a define. Dentre os fatores conhecidos, este trabalho pretende abordar as consequências da má distribuição de renda, qual a relação com a educação deficitária, como a má gestão dos recursos públicos e os investimentos governamentais insuficientes explicam a não garantia dos serviços básicos. Neste sentido, o trabalho pretende abordar como ao longo do século XX, essas diferentes abordagens se entrelaçam e, explicam a inversão de prioridades.

Por que o crescimento econômico não beneficia a todos da mesma maneira? Do que depende a eficácia do crescimento na redução da desigualdade de renda? Quais as políticas sociais adotadas no Brasil que demonstram melhores resultados? Qual a qualidade do crescimento econômico que pode ajudar melhor na redução da pobreza? Essas são algumas perguntas que o trabalho pretende responder. De modo

abrangente, o objetivo deste trabalho é o de analisar a literatura sobre o impacto das desigualdades sociais, os efeitos dos desequilíbrios de renda e a adoção de políticas sociais no Brasil. De modo mais específico, este trabalho discute estratégias de crescimento pró-pobre no Brasil, e analisa as características do tipo de crescimento econômico mais justo e igualitário.

Como tema que acompanhou desde sempre a história das ciências sociais, a desigualdade social foi e continua sendo definida de maneira muito variada, dependendo dos propósitos analíticos e políticos de quem a define. No final do século XX, as abordagens neoclássicas alcançaram especial relevância tanto no campo disciplinar da economia quanto nas principais organizações internacionais, como as agências de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Banco Mundial.

Nesses contextos, privilegiou-se uma definição específica de desigualdades, que ainda hoje continua muito influente no âmbito das agências internacionais e públicas. Segundo ela, desigualdades sociais referem-se às diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Assim, as diferenças individuais de renda, estudadas dentro das fronteiras nacionais e medidas na maior parte dos casos pelo índice de Gini, tornaram-se a forma, por excelência, de abordá-las.

A importância deste tópico é quase auto evidente. Os reflexos do consequente aumento da pobreza do Brasil e da dificuldade que a sociedade e o governo brasileiro enfrentam, em amenizar esta condição de milhões de indivíduos refletem-se não somente nas baixas condições de vida destas pessoas, mas no enfraquecimento do próprio tecido social, como por exemplo, através do aumento da violência e criminalidade.

A caracterização da pobreza não é um assunto trivial. A pobreza não é apenas falta de renda, mas também falta de capacitações. Amartya Sen, em suas obras “Desenvolvimento como Liberdade” (2000) e “Desigualdade Reexaminada” (2001), argumenta que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas. Segundo Sen, a pobreza vai além da falta de renda e inclui a incapacidade de acessar recursos essenciais que permitem uma vida digna e livre.

O conceito de Capacidades para Amartya Sen: refere-se às oportunidades reais que uma pessoa tem de levar o tipo de vida que valoriza. Funcionamentos: significa os “fazer e ser” de uma pessoa, ou seja, as várias coisas que uma pessoa

consegue fazer ou ser na vida. A abordagem das capacidades enfatiza a importância de assegurar que os indivíduos tenham a liberdade de realizar suas potencialidades, incluindo o acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento, e segurança alimentar.

Esses vários problemas que a sociedade de modo geral, vem passando, é causada principalmente por estarmos falando de um país, onde temos uma alta concentração de renda, isto é, um Brasil rico, porém, com muitos pobres. Deste modo, a pobreza e desigualdade de renda, apesar de serem fenômenos distintos, estão interligadas enquanto parte de um mesmo processo.

O tópico deste trabalho baseia-se em literatura recente que discute o impacto do crescimento na qualidade de vida das pessoas vivendo em países subdesenvolvidos. Sua relevância é direta para a condução de políticas públicas e entendimento do impacto do gerenciamento macroeconômico sobre o nível de pobreza no Brasil.

O Brasil é conhecido por ser um dos países com maiores índices de desigualdade de renda do mundo. O Coeficiente de Gini, uma medida comumente usada para avaliar a desigualdade, tem historicamente mostrado valores elevados para o Brasil.

O início dos anos 2000 foi marcado por uma desigualdade de renda extremamente alta. Segundo Barros et al. (2006), o Coeficiente de Gini estava em torno de 0,6, indicando uma distribuição de renda bastante desigual.

A partir dos anos 2010, houve uma redução gradual da desigualdade de renda, embora ainda permaneça em níveis elevados. De acordo com dados do IBGE, o Coeficiente de Gini caiu de 0,589 em 2001 para 0,543 em 2015, mas voltou a aumentar ligeiramente após 2016 devido a crises econômicas e políticas.

Dos fatores contribuintes para a Desigualdade de Renda podemos citar alguns, tais como: A Desigualdade Salarial: a diferença significativa entre os salários de trabalhadores qualificados e não qualificados que continua a ser um fator crítico para a desigualdade de renda no Brasil. O Desemprego e Informalidade: altos níveis de desemprego e a prevalência do trabalho informal afetam negativamente a distribuição de renda. A Educação: o acesso desigual à educação de qualidade perpetua a desigualdade de renda, uma vez que os indivíduos com menor escolaridade têm menos oportunidades de emprego e renda.

Das Políticas Sociais e sua Eficácia destacamos os Programas de Transferência de Renda, tais como: Bolsa Família: Implementado em 2003, é um dos programas de transferência de renda mais significativos do Brasil. Estudos como os de Soares et al. (2010) indicam que o Bolsa Família teve um impacto positivo na redução da pobreza extrema e na desigualdade de renda.

Dos Benefícios Sociais: Além do Bolsa Família, outros programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), também contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis.

Das Políticas de Educação, destacamos: a Expansão do Acesso à Educação, através da ampliação do acesso à educação básica e superior, com os programas como o FIES e o ProUni, que ajudou a reduzir algumas disparidades educacionais, conforme demonstrado por Barros et al. (2012). Contudo, a qualidade da educação pública ainda varia significativamente, impactando negativamente os resultados de longo prazo na desigualdade de renda.

Das Políticas de Saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde), tem desempenhado um papel fundamental na oferta de serviços de saúde para a população de baixa renda. Estudos como os de Victora et al. (2011) mostram que a expansão do acesso aos cuidados de saúde contribuiu para a redução das disparidades na saúde. Programas Específicos como iniciativas como o Programa Mais Médicos também ajudaram a melhorar o acesso à saúde em áreas carentes.

Das Políticas de Emprego e Renda: o aumento real do salário mínimo foi uma das políticas mais eficazes na redução da pobreza e da desigualdade de renda. Estudos indicam que os aumentos do salário mínimo tiveram um impacto positivo no poder de compra das famílias de baixa renda. Políticas voltadas para a formalização do trabalho também contribuíram para a melhoria das condições de emprego e renda, embora a informalidade ainda seja um desafio significativo.

Quanto aos impactos das Políticas Sociais na Desigualdade de Renda destacamos a eficácia do Bolsa Família, de acordo com Soares et al. (2010), o Bolsa Família foi responsável por uma redução significativa na pobreza extrema, especialmente em regiões mais pobres do Brasil. O combate à pobreza multidimensional, com os programas sociais não apenas aumentaram a renda das famílias pobres, mas também melhoraram o acesso à educação, saúde e outros serviços básicos.

O Impacto das transferências de renda, com os programas de transferência de renda direta foram eficazes na redução da desigualdade de renda a curto prazo. Dados do IPEA indicam que as transferências de renda explicam cerca de um terço da redução da desigualdade observada na década de 2000.

Apesar das melhorias, a desigualdade de renda permanece alta no Brasil. A crise econômica de 2015-2016 e a subsequente austeridade fiscal afetaram negativamente os avanços na redução da desigualdade.

A literatura revela que, embora o Brasil tenha feito progressos significativos na redução da desigualdade de renda nas últimas duas décadas, especialmente através de políticas sociais como o Bolsa Família, desafios significativos permanecem. A continuidade e a expansão de políticas sociais eficazes, combinadas com reformas estruturais em educação, saúde e emprego, são essenciais para abordar as profundas desigualdades sociais e econômicas do país.

Diante disso, para estabelecer critérios em nosso trabalho, adotaremos a metodologia fornecida pelo Banco Mundial (Relatório do Banco Mundial, texto para discussão nº 528). O trabalho discutirá várias opções metodológicas de estimativas de linha de pobreza. Inicialmente, faremos a mensuração da pobreza com base nas proporções da população que vive em famílias com renda familiar per capita abaixo de um nível preestabelecido, denominado linha de pobreza (L).

Determinada a linha de pobreza (L), esta proporção pode ser obtida na distribuição de indivíduos segundo a sua renda familiar per capita como (f) a área sob a função densidade de probabilidade e à esquerda da linha de pobreza ou diretamente da função de distribuição acumulada  $F(L)$ . A opção por esta medida de pobreza, na prática, deve-se a sua simplicidade de fato. Outra medida qualquer poderia ser adotada resultando nessa mesma distribuição, como é o caso do hiato de renda médio e do índice de pobreza de Sen.

Com o objetivo de analisar o impacto do crescimento econômico na pobreza, vamos isolar e comparar diversas medidas de crescimento econômico e seus efeitos sobre o grau de desigualdade sobre a pobreza. Para isso, será feita uma decomposição da distribuição de renda num componente representando o nível de renda e outro, representando o grau de desigualdade. A partir dessa decomposição, nota-se que toda a distribuição de renda pode ser obtida através do nível médio de renda e de sua correspondente curva de Lorenz.

Ou seja, dado um nível de renda médio e, uma curva de Lorenz quaisquer, existirá uma e somente uma distribuição de renda com estas especificações. De acordo com essa distribuição, poderemos então obter o grau de pobreza. Em outras palavras, o instrumento básico utilizado para isolar e avaliar o impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza será a decomposição da distribuição de renda.

Simulações realizadas pelo Banco Mundial mostraram possíveis taxas de crescimento entre 0% e 10% a.a. O grau de pobreza resultante dessas simulações, quando comparado ao grau de pobreza na distribuição-base, indica qual o impacto sobre a pobreza de um crescimento econômico de x% a.a. durante uma década, mantendo-se constante o grau de desigualdade. Seguindo a mesma metodologia poderemos perceber como o grau de pobreza responde a mudanças no grau de desigualdade.

O grau de pobreza resultante dessas simulações mostra também que: o grau de pobreza quando comparado à distribuição-base, indica qual o impacto sobre a pobreza ao reduzir o grau de desigualdade do nível observado no Brasil em 2013 para o observado nos países utilizados em cada simulação, mantendo-se constante o nível médio de renda do Brasil em 2013.

No primeiro capítulo deste trabalho, são apresentados os aspectos teóricos sobre o tema, abordando conceitos, mensurações e dados referentes aos índices nacionais de pobreza. Ainda no primeiro capítulo trataremos das questões conceituais e empíricas para a estimação das linhas de pobreza, apresentando as linhas de pobreza, as formas de mensuração das linhas de indigência e pobreza, e demonstrando a evolução da pobreza no Brasil.

O segundo capítulo analisa o tema crescimento econômico e redução da pobreza, fazendo um comparativo entre esta relação, demonstrando quais as dimensões afetadas pelo crescimento econômico e analisando os impactos do crescimento na redução da pobreza. Faz-se aqui, um comparativo entre igualdade e crescimento. Com isso, pretende-se analisar quando o crescimento é pró-pobre, partindo das evidências de que a pobreza absoluta está associada à elevada desigualdade de renda, buscando com isso, soluções para o problema da má distribuição de renda e à pobreza.

No terceiro capítulo traça-se um panorama entre pobreza, tributos, salário mínimo, distribuição de renda e desenvolvimento humano no Brasil. A partir de uma

análise de equilíbrio parcial, avaliaremos os impactos sociais e distributivos que decorrem da eliminação desses tributos sobre a cesta básica. Supõe-se, para tanto, que a isenção tributária seria integralmente repassada aos preços, traduzindo-se em ganhos para os consumidores. Ou seja, neste terceiro capítulo analisaremos em que medida a carga tributária incidente sobre produtos, no caso alimentos, com grande peso no orçamento das famílias pobres, afeta a distribuição de renda e o contingente de população abaixo da linha da pobreza.

No quarto capítulo apresentaremos uma breve discussão sobre as políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil analisando os dados pós-pandemia. O item 4.1, que examina as políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil, procura analisar a relação entre pobreza e acesso a diversos tipos de capital no Brasil, indicando, com isso, possibilidades de implementação de políticas de reforço de capital aos pobres. O item 4.2., que enfatiza o caso da formação profissional, discute a relação entre pobreza e políticas de trabalho, em particular o papel da qualificação profissional. A ênfase do estudo está na comparação entre as experiências internacionais e brasileiras. No item 4.3 procura-se investigar as distintas dimensões da focalização dos gastos sociais brasileiros. Esta análise procura enfatizar a efetividade relativa de diferentes programas nas transferências de recursos para a população pobre e identifica, que a má focalização dos gastos sociais sobre a pobreza como a principal razão pela qual esses gastos não são capazes de erradicar a pobreza, ou ao menos, reduzir a pobreza de forma acentuada no País.

No item 4.4. Veremos que os recursos liberados para os programas sociais brasileiros aparentam ser mais do que suficientes para erradicar a pobreza desde que bem focalizados. Assim, abre-se uma agenda de pesquisa que deve responder porque esses programas continuam mal focalizados e como é possível desenhar programas compensatórios focalizados sobre a população pobre do país.

## 1 – ASPECTOS TEÓRICOS E MENSURAÇÃO DA POBREZA

Neste capítulo veremos que a pobreza é um fenômeno complexo que afeta milhões de pessoas ao redor do mundo. Ela pode ser definida como uma condição em que indivíduos não possuem recursos suficientes para atender suas necessidades básicas, como: alimentação, moradia, saúde e educação.

Existem diferentes teorias que abordam os aspectos teóricos da pobreza. Uma delas é a teoria funcionalista, que argumenta que a pobreza é um resultado natural da estrutura da sociedade, onde cada indivíduo ocupa um lugar na hierarquia social e possui uma função específica. Nessa perspectiva, a pobreza é vista como uma parte inevitável do funcionamento da sociedade.

Outra conjectura é a do capital humano, que enfatiza a importância da educação e do conjunto de competências que os indivíduos possuem para ingressar no mercado de trabalho e assim superar a pobreza. Segundo essa teoria, a falta de investimento em capital humano pode levar à perpetuação da pobreza. Para Dos Santos e Arcoverde (2011, p. 5):

Os principais programas sociais como o Benefício da Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família utilizam esse referencial como critério de inclusão das famílias. Nesse sentido, os parâmetros estão relacionados aos mínimos sociais de sobrevivência, tendo em vista que, os cálculos para definição da linha de pobreza e extrema pobreza estão relacionados à cesta básica de alimentos simplificada (metodologia utilizada pelo IBGE e IPEA), referente ao teor mínimo nutricional para a existência física.

Além disso, a teoria do ciclo da pobreza afirma que a pobreza é transmitida de geração em geração através de fatores como os baixos níveis de educação, falta de acesso a serviços básicos e falta de oportunidades de emprego. Neste sentido, a pobreza torna-se um círculo vicioso difícil de quebrar.

A mensuração da pobreza envolve a adoção de indicadores e critérios que permitam identificar e monitorar a situação dos indivíduos em relação à pobreza. Um dos indicadores mais utilizados é a linha de pobreza, que estabelece um limite de renda ou consumo abaixo do qual uma pessoa é considerada pobre. No entanto, há críticas em relação a essa abordagem, pois ela se baseia apenas na dimensão econômica da pobreza, deixando de considerar outras dimensões importantes, como saúde, educação e acesso a serviços básicos.

Nesse sentido, surgem outros indicadores multidimensionais, como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que leva em conta diferentes dimensões da pobreza e busca captar a privação em mais de uma área da vida de uma pessoa. A mensuração da pobreza também apresenta desafios, como a definição dos indicadores adequados, a coleta de dados confiáveis e a necessidade de atualização constante dos critérios utilizados. Além disso, é importante considerar os aspectos culturais e contextualizar as medidas de pobreza de acordo com a realidade de cada país ou região.

Henriques (2003) diz que é necessário desenvolver programas compensatórios, dando prioridade aos mais pobres, mas estas são medidas de curto prazo e é necessária uma renovação estrutural em conjunto com estes programas compensatórios. O autor defende que políticas estruturais redistributivas são pilares necessários para a possível erradicação da pobreza, ou seja: a erradicação da pobreza através da redução da desigualdade.

Os aspectos teóricos e a mensuração da pobreza são elementos essenciais para compreender a complexidade deste fenômeno e implementar políticas eficazes de combate a ela. É necessário considerar diferentes conjecturas e indicadores, tendo em conta múltiplas dimensões da pobreza e as particularidades de cada contexto. Só assim será possível avançar na redução da pobreza e na procura de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **1.1. Concepções teóricas sobre a pobreza.**

A pobreza é um fenômeno complexo que tem sido abordado por várias correntes teóricas ao longo do tempo. Cada concepção teórica oferece uma perspectiva

diferente sobre as causas, consequências e soluções para a pobreza. Aqui estão algumas das principais concepções teóricas sobre a pobreza:

### **Definições e Conceitos**

- **Pobreza Absoluta:** Refere-se à condição em que os indivíduos não possuem os recursos mínimos necessários para a sobrevivência, como alimentação, moradia e vestuário. É geralmente medida com base em uma linha de pobreza predeterminada, como um determinado nível de renda.
- **Pobreza Relativa:** Define a pobreza em termos relativos, ou seja, em comparação com o padrão de vida médio da sociedade. Pessoas são consideradas pobres se suas condições de vida estão muito abaixo das condições médias da sociedade.
- **Pobreza Multidimensional:** Reconhece que a pobreza não se limita à falta de renda, mas também abrange privações em outras dimensões, como saúde, educação, acesso a serviços básicos, e participação social.

### **Teorias da Pobreza**

- **Teoria da Cultura da Pobreza:** Oscar Lewis (1966). Propôs que a pobreza cria uma subcultura com valores, crenças e comportamentos próprios, que são passados de geração em geração. Essa subcultura perpetua a pobreza ao criar uma aceitação passiva da situação e uma falta de ambição para sair dela. Elementos desta cultura incluem a resignação, falta de planejamento a longo prazo e uma sensação de impotência.
- **Teoria Estruturalista:** Argumenta que a pobreza é causada por estruturas econômicas e sociais que criam desigualdades sistêmicas. Fatores como discriminação, falta de acesso à educação e saúde, e desemprego estrutural são vistos como causas principais. Esta teoria destaca a importância das reformas estruturais e das políticas de redistribuição de renda.
- **Teoria da Escolha Racional:** Gary Becker (1964). Sugere que indivíduos tomam decisões racionais com base nas opções disponíveis e nos recursos que possuem. A pobreza, então, é vista como resultado de decisões desfavoráveis ou da falta de oportunidades adequadas. A teoria enfatiza a

importância de aumentar as oportunidades e os recursos disponíveis para os indivíduos, para que possam tomar decisões que melhorem sua situação econômica.

- **Teoria do Capital Humano: Investimento em Educação e Habilidades.** Enfatiza a importância do investimento em educação e habilidades como meio de combater a pobreza. A falta de capital humano é vista como um fator-chave que impede o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida. Políticas focadas na educação, treinamento profissional e saúde são cruciais para aumentar o capital humano e reduzir a pobreza.
- **Teoria dos Ciclos de Pobreza: Ciclos Intergeracionais.** Esta teoria sugere que a pobreza se perpetua através de ciclos Intergeracionais, onde crianças nascidas em famílias pobres têm maior probabilidade de permanecerem pobres ao longo da vida devido a fatores como acesso limitado à educação, redes sociais restritas e discriminação. Políticas que visam quebrar esses ciclos incluem intervenções precoces na educação, programas de suporte familiar e melhorias na saúde pública.
- **Teoria dos Recursos e Capacidades: Amartya Sen (1999).** Introduziu a ideia de que a pobreza deve ser entendida não apenas como uma falta de renda, mas como uma privação de capacidades. Sen argumenta que a pobreza é a falta de liberdade para realizar ações e atividades que um indivíduo valoriza. As políticas devem, portanto, focar em expandir as capacidades das pessoas, oferecendo-lhes educação, saúde, e oportunidades econômicas para melhorar sua qualidade de vida.
- **Teoria da Exclusão Social: Marginalização e Desempoderamento.** Foca na exclusão dos indivíduos e grupos dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais. A pobreza é vista como uma consequência da marginalização e do desempoderamento. A inclusão social e econômica, a participação cívica e a eliminação de barreiras à integração são fundamentais para combater a pobreza.

## **Mensuração da Pobreza**

## 1. Medidas Monetárias

- **Linha de Pobreza:** Definida como o nível de renda abaixo do qual uma pessoa ou família é considerada pobre. Pode ser uma linha de pobreza absoluta (ex.: \$1.90 por dia, conforme o Banco Mundial) ou relativa (ex.: 50% da renda mediana nacional).
- **Índice de Pobreza Monetária:** Calcula a proporção da população cujos rendimentos estão abaixo da linha de pobreza.

## 2. Medidas Não-Monetárias

- **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM):** Desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), o IPM considera privações em saúde, educação, e padrão de vida. Cada dimensão é medida por indicadores específicos, como mortalidade infantil, anos de escolaridade, acesso a água potável, e eletricidade.
- **Indicadores Sociais:** Utilizam dados sobre condições de vida, como acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico, e nutrição para medir a pobreza.

## Índices Compostos

- **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):** Embora não seja uma medida direta de pobreza, o IDH inclui componentes que são críticos para avaliar o bem-estar, como expectativa de vida, anos de escolaridade, e rendimento nacional bruto per capita.
- **Coefficiente de Gini:** Mede a desigualdade de renda dentro de um país. Embora não seja uma medida direta de pobreza, um alto coeficiente de Gini pode indicar uma grande disparidade entre ricos e pobres, o que está frequentemente associado a altos níveis de pobreza.

## Desafios na Mensuração da Pobreza

- **Dados e Metodologias:** A precisão dos dados e as metodologias utilizadas para coletá-los são cruciais. As diferenças na definição de pobreza e nas

técnicas de coleta de dados podem levar a variações significativas nos resultados.

- **Dimensionalidade:** A pobreza é um fenômeno multidimensional, e as medidas que se concentram apenas na renda podem não capturar todas as suas facetas. Portanto, é essencial utilizar medidas que incorporem diferentes aspectos da vida das pessoas.
- **Contexto Local:** As condições que definem a pobreza podem variar significativamente de um lugar para outro. As linhas de pobreza devem ser ajustadas para refletir o custo de vida e as condições locais.

As concepções teóricas sobre a pobreza oferecem diferentes perspectivas que ajudam a entender suas causas e a formular estratégias de combate. Enquanto algumas teorias enfatizam fatores individuais e culturais, outras focam em estruturas sociais e econômicas. Uma abordagem abrangente para combater a pobreza deve considerar essas múltiplas dimensões e integrar políticas que abordem tanto as necessidades imediatas quanto as causas subjacentes da pobreza.

A compreensão da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil também é influenciada pelas contribuições de economistas brasileiros como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado. Ambos forneceram perspectivas importantes sobre os fatores estruturais que perpetuam a pobreza e a desigualdade no país, focando em aspectos como desenvolvimento econômico, industrialização e planejamento.

Maria da Conceição Tavares é uma economista que se destacou por suas análises críticas sobre o desenvolvimento econômico e a industrialização no Brasil. Suas ideias focam na estrutura econômica do país e na necessidade de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Tavares argumenta que a pobreza no Brasil é resultado de uma estrutura econômica que perpetua desigualdades. Ela critica o modelo de crescimento baseado na concentração de renda e na dependência de setores primários exportadores, que não conseguem gerar empregos e renda suficientes para a população.

Para Tavares, a industrialização é essencial para o desenvolvimento econômico, mas ela enfatiza que este processo deve ser acompanhado por políticas sociais que garantam a redistribuição de renda e a inclusão social. A ausência de uma política industrial robusta e inclusiva perpetua a marginalização de grandes segmentos da população.

Ela defende a implementação de políticas econômicas que promovam a industrialização e a redistribuição de renda. Isso inclui investimentos em infraestrutura, educação e saúde, além de políticas fiscais e monetárias que favoreçam a inclusão social e a redução das desigualdades.

Celso Furtado é outro economista brasileiro de destaque, cujas contribuições teóricas influenciaram significativamente o debate sobre pobreza e desigualdade no Brasil. Suas ideias se concentram no desenvolvimento econômico e no planejamento como ferramentas para enfrentar a pobreza e promover a inclusão social.

Furtado argumenta que a pobreza no Brasil é um reflexo do subdesenvolvimento econômico. Ele vê o subdesenvolvimento como um processo histórico que resulta na marginalização de grandes segmentos da população, limitando suas oportunidades de acesso a recursos e serviços essenciais.

Furtado destaca a relação entre a estrutura econômica dependente e a perpetuação da pobreza. A dependência de exportações de produtos primários e a falta de diversificação econômica criam um ciclo de pobreza que é difícil de romper sem intervenções planejadas.

Para Furtado, o planejamento econômico é crucial para superar o subdesenvolvimento e a pobreza. Ele defende a implementação de planos de desenvolvimento que promovam a industrialização, a diversificação econômica e a redistribuição de renda. Furtado também enfatiza a necessidade de políticas públicas que assegurem o acesso à educação, saúde e outros serviços básicos.

Furtado foi um dos pioneiros em defender a importância do desenvolvimento regional como uma estratégia para reduzir as desigualdades. Ele argumenta que políticas específicas devem ser implementadas para promover o desenvolvimento das regiões mais pobres do país, especialmente o Nordeste.

As concepções teóricas de Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado sobre a pobreza fornecem uma compreensão aprofundada dos fatores estruturais que perpetuam a desigualdade no Brasil. Ambos destacam a importância da industrialização, do planejamento econômico e das políticas sociais inclusivas como ferramentas essenciais para enfrentar a pobreza e promover um desenvolvimento mais equitativo. Suas contribuições continuam a influenciar o debate sobre políticas públicas e desenvolvimento econômico no Brasil.

Rocha (2003) argumenta que em termos de pobreza relativa, o fenômeno é complexo e pode ser amplamente definido como uma situação que precisa ser

abordada de acordo com o estilo de vida dominante na sociedade em questão. Não satisfeito o suficiente.

Em qualquer caso, a arbitrariedade ainda está presente neste procedimento, uma vez que não há nenhuma razão que venha antes para que uma determinada quantidade ou proporção estatisticamente estudada e trazida à tona possa ser considerada um limiar de pobreza. Com base nesses diferentes aspectos do conceito de pobreza descritos acima, três conceitos foram desenvolvidos no século XX. São eles: a sobrevivência, as necessidades básicas e a privação relativa de produtos de consumo para uma melhor qualidade de vida.

A abordagem de sobrevivência, a mais restritiva, predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 1950. Tem origem no trabalho de nutricionistas ingleses que enfatizavam que a renda dos mais pobres não era suficiente para manter os aspectos físicos do indivíduo. Este arcabouço foi adotado na Inglaterra e teve grande repercussão como influência em toda a Europa, antes de ser utilizado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O conceito de pobreza nunca foi (e talvez nunca seja) unânime. Nos últimos dois séculos, a concepção de pobreza mudou significativamente. Até o início do século passado o conceito de pobreza como falta de meios de subsistência conquistou o debate público. “Alimento” significa o que é necessário para a sobrevivência biológica humana. Esse entendimento ainda influi os atuais diagnósticos de pobreza e políticas públicas voltadas para esse problema porque seu cálculo é simples. Este é o método chamado como das calorias (SOARES, 2009).

Esta é, por exemplo, a linha de pobreza adotada pelo banco Mundial, embora autores como Soares (2009) não considerem que a linha de pobreza do Banco Mundial seja baseada no método calórico e por instituições como a CEPAL (Delegação Económica para as Américas Latinas e Caribe). A construção destas linhas de pobreza envolve a criação de um valor de rendimento mínimo que seja suficiente para que os indivíduos tenham acesso a alimentos que lhes forneçam uma determinada quantidade de calorias diárias (e, por vezes, de nutrientes), que, por sua vez, lhes seriam suficientes para que indivíduos mantenham sua existência biológica, levando em consideração as atividades metabólicas que ocorrem em um dia normal. Medir a pobreza neste tipo de perspectiva envolve essencialmente mensurar o nível de rendimento das famílias. É uma abordagem necessariamente monetária.

Com a ajuda de mensurações estatísticas, foi formulado o primeiro modelo de proteção social do estado de bem-estar social, que forneceu a base para políticas nacionais de bem-estar e alguns programas. Os seus verdadeiros objetivos seriam limitar as exigências de reforma social e, ao mesmo tempo, manter a ênfase na individualidade compatível com as ideias liberais. A maior crítica a esta abordagem foi a de que justificava os baixos níveis de ajuda, se os mesmos eram suficientes para manter as pessoas num nível de subsistência.

### **1.2.1. Estabelecimentos da linha de pobreza.**

Para explicar como as linhas de pobreza são estabelecidas, é importante entender que existe uma variedade de métodos e abordagens teóricas utilizadas nesse processo.

A linha de pobreza é uma ferramenta crucial para medir e entender a pobreza. Ela define um limiar de renda ou consumo abaixo do qual uma pessoa é considerada pobre. Existem várias abordagens para estabelecer a linha de pobreza, cada uma com suas metodologias e objetivos específicos. Abaixo estão as principais formas de estabelecer a linha de pobreza.

#### **1. Linha de Pobreza Absoluta**

A linha de pobreza absoluta é definida com base em um padrão mínimo de necessidades básicas que devem ser atendidas para garantir a sobrevivência. É geralmente expressa em termos de renda ou consumo.

- **Critérios de Necessidades Básicas:** Inclui itens essenciais como alimentação, vestuário, moradia e serviços básicos. A linha é calculada somando o custo desses itens.
- **Exemplos:**
  - **Banco Mundial:** Utiliza uma linha de pobreza internacional de \$1,90 por dia, ajustada para paridade do poder de compra (PPP). Esta linha é frequentemente usada para comparações internacionais, especialmente em países de baixa e média renda.

- **Países:** Podem estabelecer suas próprias linhas de pobreza absoluta com base nas condições locais. Por exemplo, o Brasil usa uma linha de pobreza oficial para programas sociais como o Bolsa Família.

## 2. Linha de Pobreza Relativa

A linha de pobreza relativa considera a pobreza em termos de disparidade de renda dentro de uma sociedade. Esta abordagem é mais comum em países desenvolvidos.

- **Definição Relativa:** A linha de pobreza é estabelecida como uma porcentagem da renda mediana ou média da população. Por exemplo, uma pessoa pode ser considerada pobre se sua renda for inferior a 50% da renda mediana nacional.
- **Vantagens:** Reflete as desigualdades econômicas e permite uma avaliação contínua da pobreza relativa à prosperidade geral da sociedade.
- **Exemplos:**
  - **União Europeia:** Define a linha de pobreza relativa como 60% da renda mediana.

## 3. Linha de Pobreza Multidimensional

Reconhece que a pobreza não é apenas uma questão de renda, mas envolve múltiplas dimensões, como saúde, educação e padrão de vida.

- **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM):** Desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). O IPM considera privações em três dimensões: saúde, educação e padrão de vida, com indicadores específicos para cada dimensão.
- **Dimensões e Indicadores:**
  - **Saúde:** Nutrição, mortalidade infantil.
  - **Educação:** Anos de escolaridade, matrícula escolar.
  - **Padrão de Vida:** Acesso a eletricidade, água potável, saneamento, combustível de cozinha, bens duráveis, e qualidade da moradia.

#### 4. Método das Necessidades Básicas (NBI)

Este método define a linha de pobreza com base na capacidade de satisfazer necessidades básicas não monetárias.

- **Indicadores de Necessidades Básicas:** Incluem acesso a serviços básicos como educação, saúde, água potável, saneamento, e moradia adequada. A linha de pobreza é definida como a condição de não atender a uma ou mais dessas necessidades.
- **Aplicação:** Amplamente usado em censos e pesquisas domiciliares para identificar áreas e populações com carências específicas.

#### 5. Cestas Básicas de Consumo

A linha de pobreza pode ser estabelecida com base no custo de uma cesta básica de consumo que inclui bens e serviços essenciais.

- **Componentes da Cesta:** Alimentação, habitação, vestuário, transporte, educação e saúde.
- **Variações Regionais:** Ajustes são feitos para refletir variações no custo de vida entre diferentes regiões.
- **Exemplo no Brasil:** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para definir cestas básicas de consumo e calcular linhas de pobreza regionais.

A abordagem da renda é amplamente utilizada para estabelecer linhas de pobreza e se baseia no pressuposto de que uma determinada quantia de renda é suficiente para atender às necessidades básicas de uma pessoa ou família. Nesse sentido, são estabelecidos uma linha de pobreza absoluta e/ou linha de pobreza relativa, que servem como referência para determinar se uma pessoa ou família vive abaixo da linha de pobreza.

A linha de pobreza absoluta é geralmente estabelecida com base em um critério fixo de renda, definindo um valor específico que é considerado o mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas de uma pessoa ou família. Esse valor pode variar de acordo com o país ou região, levando em consideração o custo de vida, padrões de consumo e outros fatores.

Já a linha de pobreza relativa é estabelecida com base em uma porcentagem da renda média da população, geralmente definindo um limite abaixo do qual uma pessoa ou família é considerada como vivendo abaixo da linha de pobreza. Nesse caso, a linha de pobreza é atualizada periodicamente para refletir mudanças na distribuição de renda e no padrão de vida da população.

Além da abordagem da renda, a abordagem das necessidades básicas também é utilizada no estabelecimento das linhas de pobreza. Essa abordagem se baseia na ideia de que a pobreza não deve ser apenas vista em termos de renda, mas também na capacidade de uma pessoa ou família atender suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde, educação, entre outros.

Se a linha escolhida for absoluta, será ideal utilizar a abordagem tradicional de necessidades calóricas mínimas? Ou seria um método obsoleto e inadequado para um país onde a fome não é mais um problema crônico, como apontou recentemente a economista Sônia Rocha<sup>1</sup>, uma das maiores autoridades no assunto. Se a escolha se baseia na conveniência de manter esta abordagem, que ainda encontra grande apoio internacional, como podemos estabelecer necessidades calóricas mínimas tendo em conta as diferenças de idade, gênero e atividade? E como definir a cesta alimentar que garante o acesso às calorias mínimas necessárias para calcular o seu valor e a linha monetária resultante?

Nesse sentido, as linhas de pobreza estabelecidas com base na abordagem das necessidades básicas tendem a ser mais abrangentes e incluem um conjunto de indicadores, além da renda, para determinar o grau de privação de uma pessoa ou família. Geralmente, são estabelecidos critérios mínimos em relação a cada um desses indicadores, sendo considerado abaixo da linha de pobreza quem não consegue atender a um número mínimo de necessidades básicas.

---

<sup>1</sup> Sônia Rocha fez o comentário durante a oficina técnica “Dimensionamento e caracterização da pobreza no contexto de sua superação: os limites dos indicadores clássicos e as novas propostas metodológicas”, realizada em 26 de agosto de 2014 no Rio de Janeiro pela iniciativa World Without Poverty.

No entanto, é importante ressaltar que a definição e o estabelecimento das linhas de pobreza envolvem discussões e debates complexos, pois há divergências teóricas e metodológicas. Além disso, as linhas de pobreza não são estáticas e podem variar ao longo do tempo e entre diferentes contextos socioeconômicos. Portanto, é fundamental que essas definições sejam constantemente revisadas e atualizadas para melhor refletir a realidade e as necessidades da população em situação de pobreza.

Nesse sentido, o Brasil Sem Miséria mostrou-se muito mais sofisticado e global do que iniciativas similares em outros países, justamente porque não se limitou às pessoas que habitavam nas formas mais graves de pobreza, embora estas fossem as prioridades públicas. A utilização das informações do cadastro único e o cruzamento do cadastro com outros documentos administrativos para selecionar o público-alvo das diferentes ações do plano Brasil sem pobreza permitiram oferecer uma melhor abordagem para muitas privações além da renda. Assim, mesmo utilizando uma linha de pobreza extrema (monetária) unidimensional, foi possível desenhar uma estratégia multidimensional e agir desta forma.<sup>2</sup>

A compreensão teórica e a mensuração da pobreza são fundamentais para a formulação de políticas eficazes. A pobreza deve ser abordada de uma maneira que reconheça sua complexidade e multidimensionalidade. Medidas abrangentes e precisas são essenciais para identificar as necessidades reais da população e desenvolver estratégias de intervenção adequadas.

A escolha da metodologia para estabelecer a linha de pobreza depende do contexto e dos objetivos da medição. As linhas de pobreza absolutas são úteis para comparações internacionais e para identificar privações extremas, enquanto as linhas relativas ajudam a entender a desigualdade dentro de uma sociedade. A abordagem multidimensional oferece uma visão mais completa das privações que afetam a qualidade de vida das pessoas. Cada método tem suas vantagens e limitações, e frequentemente, uma combinação de métodos é usada para obter uma imagem mais precisa e abrangente da pobreza.

---

<sup>2</sup> **BRASIL.** Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 10 Abr. 2023.

## 1.2.2. O empobrecimento e as necessidades básicas insatisfeitas.

O empobrecimento é um processo dinâmico e multifacetado que envolve a deterioração das condições de vida e a incapacidade de satisfazer necessidades básicas. A análise das necessidades básicas insatisfeitas (NBI) é crucial para compreender as múltiplas dimensões da pobreza além da renda. Este método permite identificar as privações específicas que afetam a qualidade de vida das pessoas e das comunidades. Vamos explorar esses conceitos em detalhe.

### 1. Empobrecimento

O empobrecimento pode ser entendido como a transição de uma situação de melhor condição socioeconômica para uma pior, caracterizada pela redução da capacidade de atender às necessidades básicas. Isso pode ser causado por vários fatores, incluindo crises econômicas, desastres naturais, conflitos, mudanças nas políticas públicas, e problemas de saúde.

#### Fatores de Empobrecimento:

- **Crises Econômicas:** Recessões e crises financeiras podem levar ao aumento do desemprego e à redução de renda, resultando no empobrecimento de famílias e indivíduos.
- **Desastres Naturais:** Inundações, secas, terremotos e outros desastres podem destruir meios de subsistência e propriedades, forçando as pessoas a caírem na pobreza.
- **Conflitos e Violência:** Guerras e conflitos internos podem deslocar populações, destruir infraestrutura e interromper a economia local.
- **Mudanças nas Políticas Públicas:** Austeridade fiscal, cortes em programas sociais e mudanças nas políticas econômicas podem impactar negativamente os mais vulneráveis.
- **Problemas de Saúde:** Doenças graves e crônicas podem levar a altos custos médicos e perda de capacidade de trabalho, contribuindo para o empobrecimento.

## 2. Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)

O conceito de necessidades básicas insatisfeitas se refere à incapacidade de uma pessoa ou família de acessar bens e serviços essenciais que são considerados necessários para uma vida digna. Este método vai além da medição da pobreza pela renda e considera várias dimensões de bem-estar.

### Principais Dimensões de NBI:

- **Habitação:** Acesso a uma moradia adequada, incluindo segurança estrutural, espaço suficiente, ventilação, e proteção contra intempéries.
- **Saneamento:** Acesso a instalações sanitárias adequadas e serviços de esgoto, crucial para a saúde pública e a dignidade humana.
- **Água Potável:** Acesso a água limpa e segura para consumo, higiene e outras necessidades domésticas.
- **Educação:** Acesso à educação básica de qualidade, que inclui frequência escolar e anos de escolaridade suficientes para desenvolver habilidades básicas.
- **Saúde:** Acesso a serviços de saúde preventivos e curativos, incluindo vacinação, atendimento médico básico e infraestrutura de saúde.
- **Nutrição:** Disponibilidade e acesso a alimentos suficientes e nutritivos para uma dieta equilibrada.

### Método de Medição:

- **Indicadores Específicos:** O método de NBI utiliza indicadores específicos para cada dimensão. Por exemplo, a educação pode ser medida pelo percentual de crianças em idade escolar frequentando a escola, e a moradia pode ser medida pelo estado físico da estrutura e número de pessoas por cômodo.
- **Cálculo de NBI:** Famílias ou indivíduos são classificados como tendo necessidades básicas insatisfeitas se não conseguirem atender a um ou mais desses indicadores. Esta abordagem permite identificar a pobreza multidimensional.

### Exemplo de Aplicação:

- **Censo Demográfico:** Muitos países utilizam censos demográficos para coletar dados sobre NBI. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclui perguntas sobre habitação, saneamento, acesso à água, educação e outros indicadores no Censo.

## Importância da Análise de NBI

### 1. Políticas Públicas e Intervenções:

- **Identificação de Privações Específicas:** A análise de NBI ajuda a identificar quais necessidades básicas não estão sendo atendidas e onde as intervenções são mais necessárias.
- **Alocação de Recursos:** Permite uma melhor alocação de recursos públicos para áreas e populações mais necessitadas, garantindo que as políticas sejam mais eficazes.
- **Monitoramento e Avaliação:** Facilita o monitoramento contínuo das condições de vida e a avaliação do impacto das políticas públicas sobre a pobreza e a desigualdade.

### 2. Abordagem Multidimensional da Pobreza:

- **Compreensão Holística:** Ao considerar múltiplas dimensões além da renda, a abordagem de NBI oferece uma compreensão mais completa e holística da pobreza.
- **Inclusão Social:** Promove a inclusão social ao focar na melhoria das condições de vida e no acesso a serviços básicos para todos.

O empobrecimento e as necessidades básicas insatisfeitas são conceitos fundamentais para entender a pobreza em suas múltiplas dimensões. A análise de NBI permite identificar privações específicas que afetam a qualidade de vida e orientar políticas públicas para mitigar essas privações. Abordar a pobreza requer uma compreensão abrangente e uma abordagem multidimensional que vá além da simples medição de renda, focando também no acesso a serviços essenciais e na melhoria das condições de vida.

O tema do empobrecimento e das necessidades básicas insatisfeitas é de extrema importância nas discussões sobre desenvolvimento socioeconômico e justiça social. A falta de recursos financeiros e acesso limitado a serviços essenciais como saúde, educação, habitação e alimentação adequada são realidades que afetam milhões de pessoas em todo o mundo. Nesse sentido, compreender as causas e consequências do empobrecimento, bem como buscar soluções para a satisfação dessas necessidades básicas, torna-se fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para Levy, S. (1994, p.75)

O que caracteriza fundamentalmente a evolução da pobreza não é o aumento relativo de seu número, mas, sim, a evolução das desigualdades entre os pobres. Nos lugares onde seu contingente aumenta as desigualdades entre os pobres também aumentam. Não apenas os pobres se tomam cada vez mais pobres, mas os mais pobres empobrecem mais depressa do que os outros pobres.

É importante ressaltar que o empobrecimento não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de um conjunto de fatores complexos que podem variar de acordo com cada contexto geográfico, social e econômico. Dentre os principais fatores que contribuem para o empobrecimento, destacam-se a desigualdade de renda, a falta de acesso a oportunidades de trabalho digno e a ausência de políticas públicas eficientes e inclusivas.

A desigualdade de renda é um dos fatores mais impactantes no empobrecimento, pois influencia diretamente na capacidade das pessoas em satisfazerem suas necessidades básicas. Quando a distribuição de renda é desigual, uma parcela da população concentra a maior parte da riqueza, enquanto outra parcela vive em condições precárias. Isso cria um ciclo perverso de empobrecimento, em que as pessoas mais pobres têm dificuldade em sair dessa situação, perpetuando a desigualdade ao longo do tempo.

Para Oliveira (1991) a sensação de ter ficado pobre ou ainda mais pobre muda o comportamento. Conseqüentemente, a poupança é normalmente menos importante, exceto quando os pobres consideram que o futuro poderá ser pior do que o presente, o que já é muito difícil; os ativos são parcialmente liquidados, quando existentes.

Outro fator que contribui para o empobrecimento é a falta de acesso a empregos dignos e com remuneração adequada. Muitas pessoas enfrentam dificuldades em encontrar trabalho, especialmente aqueles que possuem menos qualificação educacional. Sem um emprego estável e com remuneração justa, torna-se praticamente impossível suprir as necessidades básicas, o que só agrava a situação de empobrecimento.

Além disso, a ausência de políticas públicas eficientes e inclusivas também contribui para a perpetuação do empobrecimento. Governos que não investem em programas sociais, como educação, saúde e assistência social, deixam de atender às necessidades básicas da população mais vulnerável. Isso cria um quadro de exclusão social, em que as pessoas empobrecidas são marginalizadas e impossibilitadas de superar sua condição.

As consequências do empobrecimento e das necessidades básicas insatisfeitas são graves tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. A falta de acesso à saúde adequada, por exemplo, pode resultar em doenças crônicas, aumento da taxa de mortalidade e redução da qualidade de vida. A falta de acesso à educação pode limitar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, reforçando a desigualdade de renda e dificultando o acesso a empregos de qualidade.

Para lidar com o empobrecimento e as necessidades básicas insatisfeitas, é necessário um esforço conjunto da sociedade, do governo e de instituições. É importante que os governos programem políticas públicas voltadas para a garantia de acesso universal a serviços essenciais, como saúde e educação. Além disso, medidas de combate à desigualdade de renda, como a implementação de impostos progressivos e a redistribuição de recursos, são fundamentais para diminuir o impacto do empobrecimento.

No nível individual, é preciso garantir que as pessoas tenham acesso a oportunidades de trabalho digno e remuneração justa. Para isso, é necessário investir em qualificação profissional e promover a inclusão social, para que todos tenham condições de participar plenamente da vida econômica e social.

A questão do empobrecimento e das necessidades básicas insatisfeitas é um problema complexo que demanda soluções abrangentes. É necessário combater a desigualdade de renda, garantir acesso a empregos dignos e implementar políticas públicas voltadas para a satisfação das necessidades básicas da população. Somente

dessa forma será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e capaz de proporcionar qualidade de vida para todos.

### **1.3. Mensuração da pobreza e privação das capacidades.**

A mensuração da pobreza tradicionalmente se concentra na renda, mas abordagens mais recentes enfatizam a importância de considerar as privações das capacidades dos indivíduos. Esta perspectiva foi fortemente influenciada pelo economista Amartya Sen, que argumentou que a pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades essenciais para uma vida digna.

A teoria da abordagem das capacidades, proposta por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1998, tem como foco central a ideia de que a liberdade individual é fundamental para o desenvolvimento humano e que a pobreza deve ser compreendida não apenas como falta de recursos materiais, mas também como privação de capacidades básicas.

#### **1. Mensuração Tradicional da Pobreza**

##### **1.1. Linhas de Pobreza Absoluta e Relativa**

- **Linha de Pobreza Absoluta:** Define a pobreza com base em um nível de renda necessário para atender necessidades básicas mínimas, como alimentação, vestuário e abrigo.
- **Linha de Pobreza Relativa:** Define a pobreza em relação à distribuição de renda dentro de uma sociedade, por exemplo, considerando indivíduos pobres se sua renda for inferior a uma porcentagem da renda mediana.

##### **1.2. Índice de Pobreza Monetária**

- **Proporção de Pobres:** Calcula a proporção da população com rendimentos abaixo da linha de pobreza.
- **Profundidade da Pobreza:** Mede a distância média que os rendimentos dos pobres estão abaixo da linha de pobreza.

## 2. Privação das Capacitações

A abordagem das capacitações, desenvolvida por Amartya Sen, considera a pobreza como a privação de capacidades básicas, que são as reais oportunidades que as pessoas têm para levar o tipo de vida que valorizam. Esta abordagem vai além da renda e considera múltiplas dimensões do bem-estar.

### 2.1. Conceito de Capacitações

- **Definição:** Capacitações são as combinações de funcionamentos (estados e atividades) que uma pessoa pode alcançar. Funcionar é o que uma pessoa consegue ser ou fazer, como estar bem nutrido, ser saudável, e ser educado.
- **Importância:** Enfatiza a liberdade de escolher e a capacidade de realizar escolhas, não apenas os meios para atingi-las.

### 2.2. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é uma ferramenta que mede a pobreza considerando várias privações simultâneas em diferentes dimensões. Foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI).

#### Dimensões e Indicadores do IPM:

- **Saúde:**
  - **Nutrição:** Medida por indicadores de desnutrição infantil e desnutrição adulta.
  - **Mortalidade Infantil:** Presença de mortes de crianças no domicílio.
- **Educação:**
  - **Anos de Escolaridade:** Número de anos de educação formal completados por adultos no domicílio.
  - **Frequência Escolar:** Percentual de crianças em idade escolar frequentando a escola.
- **Padrão de Vida:**
  - **Eletricidade:** Acesso à eletricidade.
  - **Saneamento:** Tipo e adequação das instalações sanitárias.

- **Água Potável:** Acesso a fontes de água limpa.
- **Combustível de Cozinha:** Uso de combustíveis não poluentes para cozinhar.
- **Bens Duráveis:** Posse de itens como rádio, televisão, telefone, bicicleta, moto ou carro.
- **Qualidade da Moradia:** Material utilizado nas paredes, telhado e piso da residência.

### **Cálculo do IPM:**

1. **Identificação de Privações:** Cada indicador tem um limiar que define a privação. Por exemplo, uma pessoa é privada em nutrição se estiver subnutrida.
2. **Agregação das Privações:** Cada dimensão é ponderada igualmente, e as privações são somadas para obter um escore geral.
3. **Identificação de Pessoas Pobres:** Uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre se o escore de privações ultrapassar um certo limite (geralmente 1/3 das privações totais possíveis).

### **2.3. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Embora não seja uma medida direta de pobreza, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) incorpora várias dimensões que refletem as capacidades essenciais para uma vida digna:

- **Saúde:** Medida pela expectativa de vida ao nascer.
- **Educação:** Medida pela média de anos de escolaridade para adultos e anos esperados de escolaridade para crianças.
- **Padrão de Vida:** Medido pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita.

### 3. Importância de Mensurar a Pobreza com Base nas Capacitações.

#### 3.1. Compreensão Holística.

- **Multidimensionalidade:** A pobreza é um fenômeno multidimensional que não pode ser completamente capturado apenas pela renda. Medir privações em saúde, educação e padrão de vida oferece uma visão mais completa.
- **Bem-Estar Real:** Foco no que as pessoas são realmente capazes de fazer e ser, em vez de apenas nos recursos que possuem.

#### 3.2. Informações para Políticas Públicas.

- **Identificação de Necessidades:** Ajuda a identificar áreas específicas onde as intervenções são mais necessárias, como melhorar a nutrição, educação ou condições de habitação.
- **Alocação de Recursos:** Orienta a alocação de recursos de maneira mais eficaz para abordar as múltiplas dimensões da pobreza.
- **Monitoramento e Avaliação:** Facilita o monitoramento contínuo das condições de vida e a avaliação do impacto das políticas públicas.

A mensuração da pobreza baseada na privação de capacidades oferece uma abordagem mais completa e humana para entender e combater a pobreza. Ao considerar múltiplas dimensões do bem-estar, como saúde, educação e padrão de vida, essa abordagem fornece uma base sólida para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, direcionadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas em todas as suas facetas.

Segundo Sen, a pobreza está relacionada à privação de capacidades, que são entendidas como as liberdades e oportunidades que permitem às pessoas realizar suas escolhas e atingir suas metas de vida. Essas capacidades podem ser de natureza educacional, social, econômica, entre outras. Nesse sentido, a mensuração da pobreza deve levar em consideração não apenas a renda monetária, mas também as privações de capacidades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas.

Para mensurar a privação de capacidades, Sen propõe o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera não apenas a renda per capita, mas também indicadores de saúde e educação. O IDH se tornou uma importante

ferramenta para comparar o desenvolvimento humano entre diferentes países e identificar desigualdades socioeconômicas.

Outra abordagem teórica importante é a proposta por Alkire e Foster, conhecida como Método de Pobreza Multidimensional (MPM). Essa metodologia busca capturar a pobreza e a privação de capacitações de forma mais abrangente, levando em consideração múltiplas dimensões, como saúde, educação, padrão de vida, entre outras. O MPM utiliza um conjunto de indicadores para cada dimensão e estabelece um limiar de privação em cada uma delas. A partir disso, é possível calcular a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza multidimensional.

Outras abordagens teóricas importantes são a teoria das necessidades básicas, desenvolvida por Max-Neef, e a teoria da pobreza analítica, proposta por Townsend. Essas teorias também enfatizam a importância de considerar as necessidades básicas e as privações de capacitações na mensuração da pobreza. Em suma, a mensuração da pobreza e da privação das capacitações é uma tarefa complexa e multidimensional, que exige a consideração de diferentes teorias e abordagens. As contribuições de teóricos como Sen, Alkire, Foster, Max-Neef e Townsend têm sido fundamentais para o desenvolvimento de métodos mais abrangentes e eficientes nesse campo. A compreensão das diversas dimensões da pobreza e da privação de capacitações é essencial para a implementação de políticas públicas de combate à desigualdade e à exclusão social.

### **1.3.1. Incidência de pobreza e insuficiência de renda.**

A incidência de pobreza e insuficiência de renda é um tema amplamente discutido tanto na literatura acadêmica quanto nas políticas públicas. A pobreza é entendida como uma situação de privação material em que uma pessoa ou família não possui recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde, educação e outros serviços essenciais.

A insuficiência de renda, por sua vez, refere-se à falta de recursos financeiros para suprir as demandas de consumo. Enquanto a renda é uma medida de recursos disponíveis, a insuficiência de renda é determinada pela capacidade de converter esses recursos em bens e serviços adequados.

A incidência de pobreza e insuficiência de renda é medida de diferentes formas, dependendo do contexto e do objetivo da análise. Um dos indicadores mais utilizados é a linha de pobreza, que define um valor limiar de renda abaixo do qual uma pessoa ou família é considerada pobre. Essa linha pode ser baseada em critérios absolutos, como um valor monetário fixo, ou em critérios relativos, que consideram a renda em relação à média nacional ou regional.

Outro indicador comumente utilizado é a taxa de pobreza, que mede a proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza. Esse indicador pode ser calculado tanto para o nível individual como para o nível da família ou domicílio. Além disso, é possível avaliar a distribuição de renda por meio de índices de desigualdade, como o coeficiente de Gini, que varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior desigualdade.

Diversos fatores podem contribuir para a incidência de pobreza e insuficiência de renda. Entre eles, destacam-se a falta de acesso a oportunidades de emprego, a baixa qualificação profissional, a inadequação do mercado de trabalho, a escassez de políticas sociais, a falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, a desigualdade de gênero, entre outros.

A teoria econômica também discute os determinantes da pobreza e insuficiência de renda. Segundo a teoria do capital humano, o nível de escolaridade e a qualificação profissional são fatores determinantes para a obtenção de melhores empregos e, conseqüentemente, uma renda mais adequada. Além disso, a teoria do capital social destaca a importância das redes de relacionamento no acesso a oportunidades econômicas.

No âmbito das políticas públicas, a redução da pobreza e insuficiência de renda é um dos principais objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecido pelas Nações Unidas. Para alcançar esse objetivo, é necessário adotar uma abordagem multidimensional, que inclua políticas de geração de emprego, combate à desigualdade, fortalecimento do sistema educacional, acesso a serviços básicos, entre outras medidas.

Nesse sentido, investimentos em infraestrutura, programas de transferência de renda, políticas de inclusão social e tecnológica, qualificação profissional e incremento do investimento em capital humano são algumas das estratégias recomendadas para combater a pobreza e a insuficiência de renda.

Em conclusão, a incidência de pobreza e insuficiência de renda representa uma das principais preocupações sociais e econômicas em diversos países. Medir e compreender os determinantes desse fenômeno é fundamental para direcionar políticas públicas adequadas e eficazes, visando a redução da pobreza e a garantia de uma renda mínima suficiente para a população. Ações integradas, que abordem tanto as causas quanto às consequências da pobreza, são essenciais para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

### **1.3.2. Índice de Sen.**

O Índice de Sen, também conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é uma medida utilizada para avaliar o progresso e o bem-estar das sociedades, indo além do tradicional conceito de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico. Desenvolvido pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen, esse índice se tornou um dos indicadores mais importantes para medir a qualidade de vida das populações.

Para compreender os pressupostos do Índice de Sen, é necessário entender a abordagem de Sen sobre o desenvolvimento humano. Ele argumenta que o desenvolvimento não deve ser considerado apenas como o aumento da renda ou do Produto Interno Bruto (PIB), mas sim como um processo de expansão das capacidades e liberdades das pessoas. Em suas palavras: "O desenvolvimento é a liberdade das pessoas de viverem a vida que valorizam e têm razões para valorizar". Assim, o Índice de Sen busca capturar essa perspectiva multidimensional do desenvolvimento, considerando três dimensões principais: renda, saúde e educação. A renda é um dos fatores importantes para assegurar a liberdade das pessoas, mas não é o único. A saúde e a educação também são essenciais para garantir o bem-estar e o pleno exercício das capacidades humanas.

No que diz respeito à saúde, Sen defende que o desenvolvimento humano não deve ser avaliado apenas pela esperança de vida, mas também deve levar em conta a qualidade de vida das pessoas. Segundo ele, "a sobrevivência é uma dimensão fundamental das capacidades e liberdades humanas, mas importa saber se a vida é vivida com saúde e vitalidade, se as pessoas têm a capacidade de participar ativamente da sociedade".

Além disso, o Índice de Sen considera a educação como um indicador importante para avaliar o desenvolvimento humano. Para Sen, a educação não é apenas um meio para aumentar a produtividade econômica, mas também um processo que possibilita às pessoas se tornarem agentes ativos em suas vidas e em suas comunidades. Ele salienta que a educação é uma maneira de adquirir conhecimento, habilidades e valores que podem ser utilizados para melhorar a qualidade de vida e promover a justiça social.

É importante ressaltar que o Índice de Sen não se limita apenas a essas três dimensões - renda, saúde e educação -, mas também considera outros indicadores, como a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental. Sen argumenta que a igualdade de gênero é fundamental para garantir a liberdade de todas as pessoas, independentemente do seu sexo. Além disso, a sustentabilidade ambiental é uma preocupação necessária para garantir que as futuras gerações possam viver em um ambiente saudável e sustentável.

Para a construção do Índice de Sen, são utilizados diferentes tipos de dados e estatísticas, variando de país para país. No entanto, a ideia fundamental é combinar essas diferentes dimensões em um único indicador, de forma a capturar a complexidade do desenvolvimento humano. Assim, o Índice de Sen permite uma comparação entre diferentes países e ao longo do tempo, oferecendo um panorama mais completo do bem-estar e do progresso das sociedades.

Em resumo, o Índice de Sen é um indicador que busca avaliar o desenvolvimento humano de forma multidimensional, considerando não apenas a renda, mas também a saúde e a educação. Ele parte do pressuposto de que o desenvolvimento é mais do que o simples crescimento econômico e que o bem-estar das pessoas depende de múltiplos fatores. Com base nessa abordagem, o Índice de Sen oferece uma medida abrangente do progresso das sociedades, buscando promover a justiça social e a igualdade de oportunidades.

### **1.3.3. Índice de Foster, Greer e Thorbecke (fgt).**

O Índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT), também conhecido como índice de incidência de pobreza, foi desenvolvido em 1984 por Foster, Greer e Thorbecke como uma medida estatística para quantificar a proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza.

O FGT é baseado na ideia de que uma pessoa é considerada pobre se sua renda ou consumo fica abaixo de uma determinada linha de pobreza, também chamada de linha de pobreza. A linha de pobreza é estabelecida com base em um limiar mínimo de subsistência, que pode variar de acordo com as condições econômicas, sociais e políticas de cada país.

Para calcular o FGT, é necessário definir três parâmetros: o valor da linha de pobreza (L), o valor da média aritmética da diferença entre a renda ou consumo da pessoa (Y) e a linha de pobreza (Y - L) e um parâmetro de sensibilidade ( $\alpha$ ) que indica quanto peso é dado a esse desvio.

O FGT é calculado da seguinte forma:

$$FGT = (1 / N) * \sum [(Y - L) / L]^{\alpha}$$

Onde N é o número total de indivíduos na população.

O valor do parâmetro  $\alpha$  é crucial no cálculo do FGT, pois determina quanto peso é dado ao desvio entre a renda ou consumo e a linha de pobreza. Quando  $\alpha$  é igual a zero, não há distinção entre uma pessoa que está levemente abaixo da linha de pobreza e outra que está muito abaixo. Por outro lado, quando  $\alpha$  é igual a um, o FGT se torna sensível apenas às pessoas que estão profundamente abaixo da linha de pobreza.

O FGT também possui uma versão modificada, conhecida como FGT-2, que leva em consideração a distribuição da renda entre os pobres. Nessa versão, são considerados os quadrados dos desvios entre as rendas ou consumos dos pobres e a linha de pobreza. Esse ajuste é feito para capturar a desigualdade dentro do grupo de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Uma das principais vantagens do FGT é a sua simplicidade de cálculo, o que o torna uma medida acessível para diversos países e pesquisadores. Além disso, o FGT é uma medida útil para monitorar a pobreza ao longo do tempo e realizar comparações entre diferentes regiões ou grupos sociais.

No entanto, o FGT também apresenta algumas limitações. Por exemplo, ele não leva em consideração outras dimensões da pobreza além da renda ou consumo, como educação, saúde e acesso a serviços básicos. Além disso, o FGT tem o pressuposto implícito de que a linha de pobreza é fixa ao longo do tempo, o que pode não ser verdade na prática.

Apesar dessas limitações, o Índice de Foster, Greer e Thorbecke continua sendo uma medida amplamente utilizada na análise da pobreza, tanto em estudos acadêmicos como na formulação de políticas públicas. Sua simplicidade e capacidade de fornecer uma medida agregada da proporção da população abaixo da linha de pobreza ajudam a compreender a distribuição da renda e a desigualdade em uma sociedade, contribuindo para o debate sobre a redução da pobreza e a promoção da justiça social.

#### **1.3.4. Índice de pobreza humana (IPH).**

O Índice de Pobreza Humana (IPH) é um indicador que busca captar a privação de diversos aspectos fundamentais para a vida digna de uma pessoa. Diferentemente de outros índices de pobreza, o IPH não se restringe somente à renda, mas também consideram variáveis como saúde, educação e condições de vida. Nesse sentido, o IPH se propõe a oferecer uma visão mais abrangente e multidimensional da pobreza, permitindo uma análise mais completa e precisa da situação socioeconômica de determinado país ou região.

No caso do Brasil, o IPH tem se mostrado uma importante ferramenta para compreender a realidade social do país ao longo dos últimos 10 anos. Durante esse período, foram realizadas uma série de pesquisas e estudos que permitiram avaliar a evolução da pobreza humana no país e identificar possíveis fatores associados a esse fenômeno.

Uma das principais fontes de dados utilizada para o cálculo do IPH no Brasil é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa pesquisa permite a coleta de informações sobre renda, educação, saúde e outros aspectos relevantes para aferir a pobreza em suas múltiplas dimensões.

De acordo com as análises realizadas com base nos dados da PNAD, observa-se uma redução significativa do IPH no Brasil nos últimos 10 anos. Entre os fatores que contribuíram para essa melhora estão o aumento da renda média da população, a expansão do acesso à educação e aos serviços de saúde, bem como a implementação de programas sociais como a Bolsa Família.

No entanto, é importante ressaltar que a pobreza ainda é um desafio a ser enfrentado no país. Mesmo com a redução do IPH, ainda há milhões de brasileiros vivendo em situação de privação e vulnerabilidade social. Isso evidencia a necessidade de se manter e aprimorar as políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e a promoção da igualdade de oportunidades.

Diversos estudos acadêmicos têm analisado o impacto de programas sociais, como a Bolsa Família, na redução do IPH no Brasil. Por exemplo, uma pesquisa conduzida por Soares et al. (2010) mostrou que o programa teve um impacto significativo na diminuição da pobreza e desigualdade no país. Os autores argumentam que a Bolsa Família contribuiu para a melhoria das condições de vida de famílias em situação de extrema pobreza, promovendo o acesso a uma renda básica e estimulando o investimento em educação e saúde.

Outro estudo relevante é o de Oliveira et al. (2018), que analisou a relação entre o acesso à educação e o IPH no Brasil. Os autores constataram que a expansão do ensino básico e do acesso a programas de alfabetização contribuíram para a redução da pobreza e para o aumento das oportunidades de trabalho e renda.

É importante destacar a contribuição de estudos que têm focado a multidimensionalidade da pobreza no Brasil. O IPH permite identificar não só a privação de renda, mas também de outros elementos essenciais para uma vida digna. Nesse sentido, é fundamental considerar aspectos como o acesso à água potável, a disponibilidade de saneamento básico adequado, a segurança alimentar e a inclusão social.

Segundo Alkire e Santos (2014), o IPH multidimensional, ao considerar múltiplos indicadores, oferece uma perspectiva mais completa sobre a realidade da pobreza, permitindo a formulação de políticas mais efetivas no combate a esse problema. Os autores argumentam que o IPH é uma ferramenta importante para orientar ações governamentais e promover a redução da pobreza de forma sustentável e inclusiva.

O IPH dos últimos 10 anos no Brasil aponta uma melhora significativa na situação de pobreza humana no país. Essa evolução está associada a diversos fatores, como o aumento da renda média da população, a expansão do acesso à educação e aos serviços básicos de saúde, bem como a implementação de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza, como o Bolsa Família. No entanto, apesar dos avanços, a pobreza ainda é uma realidade presente no Brasil, evidenciando a necessidade de se manter e aprimorar as políticas de combate à desigualdade e à privação social.

O IPH multidimensional tem se mostrado uma ferramenta relevante para monitorar e avaliar a pobreza, permitindo uma análise mais abrangente e precisa da situação socioeconômica do país. Dessa forma, a construção de políticas públicas mais efetivas e inclusivas se faz necessária para garantir uma sociedade mais justa e igualitária.

## **2 – CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA.**

O crescimento econômico e a redução da pobreza são temas de extrema relevância no contexto socioeconômico do Brasil, especialmente nos últimos 10 anos. Nesse período, o país passou por mudanças significativas em termos de políticas públicas e estrutura econômica, que influenciaram diretamente as taxas de crescimento e os indicadores de pobreza.

Uma das teorias que fundamentam essa discussão é a teoria do crescimento econômico. De acordo com Solow (1956) e Romer (1986), o crescimento econômico pode ser explicado por fatores como acumulação de capital, tecnologia e aumento da produtividade. Além disso, uma das questões fundamentais é como o crescimento econômico se relaciona com a redução da pobreza e a distribuição de renda.

No Brasil, nos últimos 10 anos, o país experimentou um crescimento econômico expressivo, com taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima da média da América Latina. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2010 e 2019, o PIB do Brasil cresceu em média 1,3% ao ano.

Esse crescimento econômico foi impulsionado, em grande parte, pelo aumento do consumo interno e pela expansão do mercado de trabalho. De acordo com dados do Ministério da Economia, entre 2010 e 2019, o número de empregos formais no país aumentou em média 2,5% ao ano. Além disso, a taxa de desemprego caiu de 10,7% em 2010 para 11% em 2019, de acordo com o IBGE.

No entanto, apesar do crescimento econômico, a redução da pobreza não ocorreu de forma equivalente. A desigualdade social no Brasil é um obstáculo para a redução da pobreza, uma vez que a concentração de renda limita o acesso aos recursos e oportunidades para uma grande parcela da população.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2001 e 2019, houve uma queda no índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, de 0,594 para 0,530, indicando uma melhora na distribuição de renda no país. No entanto, esse indicador ainda é alto em comparação com outros países da América Latina e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para uma análise mais aprofundada da relação entre crescimento econômico e redução da pobreza, é necessário considerar os programas de transferência de

renda implementados no Brasil nos últimos anos. O Bolsa Família, por exemplo, é uma política de transferência condicionada de renda que contribuiu significativamente para a redução da pobreza extrema no país.

Estudos realizados por Soares et al. (2010) e Firpo et al. (2007) mostram que o Bolsa Família teve impactos positivos na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias. Além disso, essas pesquisas evidenciam que o programa também contribuiu para promover a inclusão social e educacional, combatendo a perpetuação da pobreza entre as gerações.

É importante ressaltar que a redução da pobreza vai além das políticas de transferência de renda. É necessário que o crescimento econômico seja acompanhado de políticas públicas que visem à melhoria das condições de vida da população, como acesso à saúde, educação, saneamento básico e mercado de trabalho.

Nesse sentido, é fundamental fomentar a educação e a capacitação profissional, de forma a promover a inclusão produtiva e a geração de empregos de qualidade. Além disso, é necessário fortalecer a infraestrutura social, como saúde e saneamento básico, para garantir melhores condições de vida para a população.

O crescimento econômico e a redução da pobreza são temas complexos e interligados. O Brasil avançou nos últimos 10 anos em termos de crescimento econômico, mas ainda enfrenta desafios em relação à desigualdade social e à pobreza. Para que a redução da pobreza seja efetiva, é necessário um conjunto de ações que promovam um crescimento econômico inclusivo e sustentável, garantindo o acesso a direitos básicos e oportunidades para toda a população.

## **2.1. A relação entre crescimento econômico e pobreza pode ser complexa.**

A relação entre crescimento econômico e pobreza tem sido objeto de estudo e debate na literatura econômica e acadêmica ao longo das últimas décadas. Essa relação é complexa e pode envolver diferentes fatores e mecanismos, seja para explicar a existência de pobreza em países em crescimento econômico, seja para analisar os impactos do crescimento econômico na redução da pobreza. Essa relação

em diferentes perspectivas teóricas e apresentaremos pesquisas e estudos que contribuem para a compreensão dessa complexidade.

Diversas teorias econômicas têm sido utilizadas para explicar a relação entre crescimento econômico e pobreza. Duas das principais perspectivas teóricas são o modelo de crescimento liderado pela demanda e o modelo de crescimento liderado pela oferta.

O modelo de crescimento liderado pela demanda sugere que o crescimento econômico pode resultar em redução da pobreza por meio do aumento dos salários e da expansão do emprego. Segundo essa abordagem, o crescimento econômico gera demanda por bens e serviços, o que leva a um aumento da produção e da necessidade de mão de obra. Isso, por sua vez, resultaria em mais oportunidades de emprego e melhores condições salariais, o que poderia reduzir a pobreza.

Por outro lado, o modelo de crescimento liderado pela oferta argumenta que o crescimento econômico pode não ser suficiente para reduzir a pobreza se não forem equacionados os entraves estruturais que limitam a produtividade e dificultam o acesso da população mais pobre aos benefícios do crescimento. Essa perspectiva destaca a importância de políticas focadas na oferta de infraestrutura, educação, saúde e acesso a serviços básicos para garantir que o crescimento seja inclusivo e beneficie os mais desfavorecidos.

Além dessas perspectivas teóricas, outras abordagens têm sido propostas para entender a relação entre crescimento econômico e pobreza. Entre elas, destaca-se a visão do desenvolvimento humano, que enfatiza a importância de medidas multidimensionais de bem-estar, além da renda, para medir a pobreza. Essa abordagem argumenta que o crescimento econômico por si só pode não ser suficiente para melhorar as condições de vida da população mais pobre, sendo necessário considerar fatores como saúde, educação e acesso a serviços básicos.

A complexidade da relação entre crescimento econômico e pobreza pode ser atribuída a diversos fatores. Um deles é a heterogeneidade dos impactos do crescimento econômico sobre diferentes grupos sociais e regiões geográficas. Embora o crescimento econômico possa trazer benefícios para a sociedade como um todo, nem sempre esses benefícios são distribuídos de forma equitativa, podendo haver concentração de renda e aumento das desigualdades durante o processo de crescimento.

A relação entre crescimento econômico e pobreza também é influenciada por fatores como a estrutura produtiva da economia, o contexto institucional, a qualidade dos investimentos em capital humano e infraestrutura, além de questões macroeconômicas como inflação e taxas de juros. Todos esses fatores podem afetar tanto a capacidade do crescimento econômico em gerar empregos e renda como também a capacidade dos mais pobres em acessar essas oportunidades.

O papel das políticas públicas também é fundamental para determinar os resultados da relação entre crescimento econômico e pobreza. Políticas voltadas para a redução da pobreza, como programas de transferência de renda e de acesso a serviços básicos, podem ser importantes para garantir que os benefícios do crescimento cheguem às camadas mais vulneráveis da população. Além disso, políticas que incentivem a inclusão produtiva e o desenvolvimento de setores que gerem empregos de qualidade podem contribuir para uma redução mais significativa da pobreza.

A relação entre crescimento econômico e pobreza é complexa e pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo perspectivas teóricas, heterogeneidade dos impactos, contexto institucional e políticas públicas. Compreender essa relação é fundamental para formular políticas efetivas de combate à pobreza e garantir que o crescimento econômico seja inclusivo e beneficie toda a sociedade.

Para tanto, é necessário considerar não apenas os aspectos econômicos, como o aumento da renda e do emprego, mas também as dimensões sociais e institucionais que afetam a capacidade dos mais pobres de acessarem as oportunidades geradas pelo crescimento. Além disso, investimentos em capital humano, infraestrutura e políticas sociais são essenciais para garantir que os benefícios do crescimento cheguem às populações mais vulneráveis e ajudem a reduzir a pobreza de forma sustentável.

## **2.2. Quando o crescimento é pró-pobre?**

A questão sobre quando o crescimento econômico é pró-pobre tem sido objeto de intensos debates e pesquisas no campo da economia do desenvolvimento.

O aumento da desigualdade tem sido uma das preocupações centrais desses estudos, especialmente em países em desenvolvimento, onde a maioria da população vive em condições de pobreza. O conceito de crescimento pró-pobre, analisando suas características e as implicações para a redução da pobreza. Além disso, iremos explorar as diferentes abordagens e perspectivas teóricas nessa área.

O crescimento econômico pró-pobre refere-se à ideia de que o crescimento econômico deve beneficiar principalmente os indivíduos e grupos em situação de pobreza, reduzindo as disparidades de renda e melhorando as condições de vida dessas pessoas. De acordo com Ravallion (2001), um crescimento pró-pobre é aquele que permite uma melhoria significativa dos indicadores de pobreza, tais como a renda per capita, acesso aos serviços básicos e oportunidades de emprego para os mais pobres da sociedade.

Uma característica-chave do crescimento pró-pobre é a sua capacidade de gerar emprego e aumentar as oportunidades de trabalho para os mais pobres. Essa abordagem argumenta que o crescimento econômico não deve ser medido apenas pelos indicadores macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), mas sim pelo seu impacto na redução da pobreza e na promoção da equidade social (BIRDSALL, 2005).

Dentro da economia do desenvolvimento, existem diferentes perspectivas teóricas sobre como o crescimento pode ser pró-pobre. A abordagem neoclássica, por exemplo, argumenta que o crescimento econômico, por si só, levará a uma redução automática da pobreza, à medida que o mercado de trabalho se ajusta e cria mais empregos. No entanto, críticos dessa abordagem apontam a necessidade de políticas redistributivas e de proteção social para garantir que os benefícios do crescimento sejam realmente alcançados pelos mais pobres (KANBUR; AMP; SQUIRE, 2014).

Outra perspectiva teórica relevante é a abordagem das capacitações, desenvolvida por Amartya Sen. Segundo essa visão, o crescimento pró-pobre deve ser avaliado não apenas pelos ganhos materiais, mas também pela expansão das capacidades das pessoas, como saúde, educação, liberdade e participação social. Nesse contexto, o crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas que promovam a igualdade de oportunidades e a proteção social (SEN, 1999).

Para promover o crescimento pró-pobre, são necessárias políticas e estratégias específicas. Algumas medidas incluem investimentos em educação e saúde, acesso a crédito e recursos produtivos para os mais pobres, políticas de

transferência de renda direcionadas aos grupos vulneráveis e implementação de programas de proteção social.

Além disso, é preciso levar em consideração as características específicas de cada país, ajustando as políticas de acordo com suas particularidades. O contexto político, institucional e social desempenha um papel crucial na determinação do sucesso ou fracasso de políticas pró-pobre (NARAYAN et al., 2001).

O crescimento pró-pobre é um conceito multidimensional que visa garantir que o crescimento econômico beneficie os mais pobres, reduzindo as desigualdades e melhorando suas condições de vida. Atingir esse objetivo requer uma abordagem integrada que combine políticas macroeconômicas sólidas com políticas redistributivas e de proteção social.

É essencial considerar as diferentes perspectivas teóricas na análise do crescimento pró-pobre, reconhecendo que o mero crescimento do PIB não é suficiente para alcançar a redução da pobreza. Políticas específicas e estratégias adaptadas ao contexto de cada país também são fundamentais para garantir que os benefícios do crescimento sejam equitativamente distribuídos.

### **2.3. Quais são as dimensões afetadas pelo crescimento da pobreza?**

Ao longo dos anos, a pobreza tem sido uma questão persistente e complexa que afeta não apenas os indivíduos, mas também a sociedade como um todo. O crescimento da pobreza tem impacto significativo em diferentes dimensões da vida das pessoas, tais como a saúde, educação, emprego e participação política. Neste ponto, discutiremos essas dimensões afetadas pelo crescimento da pobreza, por meio de uma análise baseada em literatura científica.

A primeira dimensão afetada pelo crescimento da pobreza é a saúde. Estudos mostram que uma renda baixa está associada a um maior risco de doenças e uma menor expectativa de vida (ROLFES, et. al, 2020). A falta de recursos financeiros dificulta o acesso aos serviços de saúde de qualidade, medicamentos e uma alimentação adequada, o que resulta em um maior número de doenças e complicações de saúde. Além disso, a pobreza também está ligada ao estresse

crônico, que pode afetar negativamente o sistema imunológico e aumentar a vulnerabilidade a doenças (ADLER, et. al, 1994).

No Brasil, o acesso à saúde é subsidiado através do SUS (Sistema Único de Saúde), os brasileiros têm acesso universal e gratuito a serviços de saúde. O SUS atende cerca de 75% da população brasileira (IBGE, 2021).

Outro fator relevante para manutenção do sistema de saúde ocorre através do Programa Mais Médicos, o Brasil aumentou a disponibilidade de profissionais de saúde em áreas carentes. Em 2018, o programa contava com cerca de 18 mil médicos em atuação (Ministério da Saúde, 2018).

Ações básicas ocorrem para manter a infraestrutura em Saneamento Básico: Investimentos em água potável, esgoto e coleta de lixo para melhorar as condições de vida. Em 2020, cerca de 84,1% da população tinha acesso à rede de água e 53,2% ao sistema de esgoto (SNIS, 2020).

Podemos citar exemplos de programas, com investimento no setor elétrico, com os Programas como o Luz para Todos expandem o acesso à eletricidade em áreas rurais. Desde 2003, o programa beneficiou mais de 16 milhões de pessoas (MME, 2020).

Na Segurança Alimentar, destacamos Políticas de Segurança Alimentar adotadas pelo governo, tais como iniciativas como a Merenda Escolar e, Programas de Apoio à Agricultura Familiar para garantir uma alimentação adequada. Em 2021, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atendeu cerca de 40 milhões de estudantes (FNDE, 2021).

Outra dimensão significativamente impactada pelo crescimento da pobreza é a educação. A falta de recursos financeiros limita o acesso à educação de qualidade, tais como escolas bem equipadas e materiais didáticos adequados. Estudos mostram que crianças em situação de pobreza têm menor probabilidade de frequentar a escola ou terminar seus estudos (MAGUIRE, et al., 2021). A falta de acesso à educação adequada dificulta a aquisição de habilidades e conhecimentos necessários para alcançar uma mobilidade social ascendente, perpetuando assim o ciclo da pobreza.

O governo brasileiro adotou algumas medidas para melhorias na Educação: através do FIES e ProUni, estudantes tiveram um maior acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda. Com as Escolas de Tempo Integral, visam proporcionar uma educação mais completa e reduzir as desigualdades educacionais.

O emprego é outra dimensão afetada pelo crescimento da pobreza. A pobreza muitas vezes está relacionada à falta de trabalho ou ao trabalho informal e mal remunerado. A escassez de oportunidades de trabalho decente e remunerado limita as possibilidades de melhoria financeira para os indivíduos em situação de pobreza (DEININGER, et. al, 2001). Além disso, a falta de recursos financeiros também dificulta o acesso a treinamentos e capacitação profissional, reduzindo ainda mais as chances de encontrar um emprego adequado.

Por fim, o crescimento da pobreza também afeta a participação política dos indivíduos. Estudos mostram que a pobreza está correlacionada com uma menor participação na vida política e democrática (BEAULOY et al., 2018). A falta de recursos financeiros e de tempo disponível dificulta o engajamento cívico e político, limitando assim a capacidade dos indivíduos em situação de pobreza de influenciar as decisões políticas que afetam suas vidas.

O crescimento da pobreza afeta diversas dimensões da vida das pessoas, incluindo saúde, educação, emprego e participação política. A falta de recursos financeiros e oportunidades limita o acesso a serviços essenciais, reforçando assim o ciclo da pobreza. Portanto, é essencial que medidas sejam implementadas para combater a pobreza e garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades.

## **2.4. O que determina o impacto do crescimento na redução da pobreza?**

A questão da pobreza é um dos principais desafios sociais enfrentados pelas nações em desenvolvimento. O crescimento econômico é frequentemente considerado como um meio eficaz de reduzir a pobreza. No entanto, o impacto do crescimento na redução da pobreza pode variar consideravelmente entre os países. Apontaremos neste ponto os fatores determinantes que influenciam o impacto do crescimento na redução da pobreza, com base em estudos e pesquisas já realizadas.

Um dos fatores cruciais que afetam o impacto do crescimento econômico na redução da pobreza é a distribuição de renda. A desigualdade de renda pode minar os efeitos positivos do crescimento, perpetuando a pobreza em determinadas parcelas da população. Segundo Ravallion (2009), uma distribuição mais equitativa da renda

está associada a maiores reduções da pobreza em países em desenvolvimento. Portanto, políticas públicas que visem reduzir as disparidades de renda podem aumentar o impacto do crescimento na redução da pobreza.

Nos últimos dez anos, muitos países experimentaram crescimento econômico, mas a distribuição desse crescimento foi altamente desigual. Os ganhos de produtividade e a criação de riqueza beneficiaram desproporcionalmente as camadas mais ricas da população. Em muitos casos, os rendimentos do capital (como ações e imóveis) cresceram mais rapidamente do que os rendimentos do trabalho, exacerbando a desigualdade de renda.

A disponibilidade de empregos e o acesso ao mercado de trabalho têm um papel fundamental na redução da pobreza. Estudos mostram que um crescimento econômico que promove a criação de empregos formais e produtivos é mais eficaz na mitigação da pobreza (World Bank, 2019). No entanto, a qualidade dos empregos é igualmente importante. A garantia de direitos trabalhistas, salários justos e condições de trabalho adequadas são requisitos para que o crescimento econômico possa de fato impactar positivamente a redução da pobreza.

A desigualdade de oportunidades, especialmente em termos de educação e acesso a serviços de saúde, continuou a perpetuar a desigualdade social. Crianças de famílias de baixa renda muitas vezes têm acesso limitado a uma educação de qualidade e a serviços de saúde, o que afeta suas oportunidades futuras de emprego e renda.

A desigualdade de gênero e racial também permaneceu significativa. Mulheres e minorias raciais frequentemente enfrentam discriminação no mercado de trabalho, resultando em salários mais baixos e menos oportunidades de progressão na carreira. Políticas inadequadas para combater essas discriminações perpetuam as disparidades.

As políticas governamentais tiveram um papel crucial na ampliação ou mitigação da desigualdade. Em alguns países, cortes em programas sociais e em impostos sobre os ricos exacerbaram a desigualdade. Em contraste, países que implementaram políticas redistributivas, como aumento do salário mínimo e programas de transferência de renda, conseguiram mitigar parte das disparidades.

O acesso da população a serviços básicos, como educação, saúde, infraestrutura e saneamento, é outro fator determinante do impacto do crescimento na redução da pobreza. Estudos evidenciam que investimentos nessas áreas podem

contribuir para melhorar as condições de vida dos mais pobres e fornecer-lhes as habilidades necessárias para aproveitar as oportunidades criadas pelo crescimento econômico (SUMNER, 2010). Portanto, políticas que garantam o acesso universal a esses serviços são cruciais para a diminuição da pobreza, mesmo em cenários de crescimento econômico.

O impacto do crescimento econômico na redução da pobreza é influenciado por diversos fatores inter-relacionados, como a distribuição de renda, o mercado de trabalho e o acesso a serviços básicos.

É necessário adotar uma abordagem abrangente para garantir que o crescimento econômico beneficie de fato os mais pobres. Políticas que promovam uma distribuição mais equitativa da renda, que gerem empregos de qualidade e que expandem o acesso a serviços básicos são fundamentais para maximizar o impacto do crescimento na redução da pobreza. Portanto, é evidente a importância de estratégias integradas e multidimensionais para enfrentar esse desafio global.

A revolução tecnológica e a automação transformaram muitos setores da economia, substituindo empregos de baixa qualificação por tecnologia e aumentando a demanda por habilidades especializadas. Isso beneficiou aqueles com acesso à educação superior e habilidades técnicas, enquanto muitos trabalhadores de baixa qualificação viram suas oportunidades de emprego reduzidas.

#### **2.4.1. Padrões setoriais de crescimento.**

O estudo dos padrões setoriais de crescimento é de suma importância para compreender a dinâmica econômica de um país ou região. Esses padrões referem-se às tendências de crescimento que podem ser observadas em diferentes setores da economia, indicando quais setores estão se expandindo mais rapidamente e quais estão estagnados ou em declínio. Esta problemática envolve analisar como as mudanças estruturais nos setores produtivos influenciam o crescimento econômico em longo prazo.

As teorias econômicas clássicas, como a Teoria do Crescimento de Solow (1956), enfocam a contribuição do crescimento do capital e da força de trabalho para o crescimento econômico. No entanto, estudos posteriores reconheceram que as diferenças nos padrões setoriais de crescimento podem ter um papel crucial no

desenvolvimento econômico. Investigações como o trabalho de Baumol (1967) e Kaldor (1966) argumentaram que setores com maior produtividade tendem a crescer mais rapidamente, impulsionando o crescimento econômico geral.

Nesse sentido, é importante também considerar as teorias de especialização setorial, como proposto por Hirschman (1958). Segundo ele, a concentração de setores produtivos em uma economia pode gerar externalidades positivas, o que pode levar ao crescimento econômico acelerado. Para exemplificar, é possível citar o caso de clusters industriais, como o Vale do Silício, nos Estados Unidos, que se tornou um polo de inovação tecnológica, impulsionando o crescimento econômico da região.

No entanto, é importante ressaltar que a participação de diferentes setores na economia e sua contribuição para o crescimento econômico pode variar em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Estudos de Lewis (1954) e Todaro (1969) argumentaram que, em países em estágios iniciais de desenvolvimento, a agricultura pode ser o setor dominante, enquanto em países mais desenvolvidos, a participação da indústria e dos setores de serviços é maior.

Além disso, os padrões setoriais de crescimento também podem ser influenciados por diferentes fatores, como políticas governamentais, inovação tecnológica, investimento em infraestrutura e abertura comercial. Estudos como o de Hausmann e Klinger (2007) mostram que países exportadores de recursos naturais, por exemplo, tendem a ter uma estrutura produtiva mais voltada para esses setores, o que pode limitar o crescimento econômico de longo prazo.

Os padrões setoriais de crescimento desempenham um papel crucial na determinação do crescimento econômico de uma nação. Compreender esses padrões e os fatores que os influenciam é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes e para promover o desenvolvimento econômico sustentável. Através de uma análise aprofundada dos padrões setoriais de crescimento, é possível identificar quais setores são essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico e direcionar os recursos necessários para alcançar esse objetivo.

#### **2.4.2. Desigualdade de renda no Brasil.**

Neste ponto é fundamental discutir a problemática da desigualdade de renda no Brasil nos últimos 10 anos. Serão abordados os fatores que contribuem para a

concentração de renda, bem como as políticas públicas implementadas nesse período e suas repercussões na redução ou agravamento dessa desigualdade.

A desigualdade de renda é uma questão social e econômica que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, inclusive no Brasil. Durante os últimos 10 anos no país, essa desigualdade tem sido objeto de debates acadêmicos e políticos devido ao seu impacto na distribuição de recursos e oportunidades.

Diversos fatores contribuem para a desigualdade de renda no Brasil. A falta de acesso a uma educação de qualidade, por exemplo, é apontada como uma das principais causas. Segundo Santos (2015), a educação deficiente limita as oportunidades de ascensão social de indivíduos de baixa renda, perpetuando a desigualdade. Além disso, o sistema tributário regressivo existente no país, que sobrecarrega os mais pobres e beneficia os mais ricos, é outro fator relevante (DA SILVA, 2018).

Nos últimos 10 anos, o governo brasileiro programou diversas políticas públicas com o intuito de combater a desigualdade de renda. Um exemplo é o Programa Bolsa Família, que visa à transferência de renda direta para famílias em situação de pobreza. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), o programa tem contribuído para a redução da desigualdade no país, garantindo uma melhora nas condições de vida dessas famílias.

No entanto, há também críticas em relação à efetividade dessas políticas públicas. Alguns estudiosos argumentam que essas medidas são paliativas e não atacam as raízes estruturais da desigualdade (BALTAR, 2016). Além disso, a falta de investimentos em políticas de emprego e de inclusão produtiva pode limitar a capacidade desses programas de promover uma diminuição sustentável da desigualdade.

A desigualdade de renda no Brasil nos últimos 10 anos apresenta um cenário complexo, com múltiplos fatores contribuintes. O acesso restrito à educação de qualidade, o sistema tributário regressivo e a falta de oportunidades de emprego para a população de baixa renda são apenas alguns dos elementos que agravam esse quadro. Embora o país tenha implementado políticas públicas com o objetivo de reduzir essa desigualdade, existem críticas em relação à sua efetividade.

Para enfrentar esse problema, é necessário investir em políticas que ataquem as causas estruturais da desigualdade, como a educação e a redistribuição justa de recursos. É imprescindível estimular o crescimento econômico inclusivo, que beneficie

toda a população e promova a igualdade de oportunidades. Somente por meio de ações concretas, embasadas em evidências e alinhadas com o desenvolvimento sustentável, será possível alcançar uma redução significativa da desigualdade de renda no Brasil.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo na desigualdade social. As medidas de lockdown e a crise econômica resultante afetaram desproporcionalmente trabalhadores informais e de baixa renda, que não podiam trabalhar remotamente e tinham menos proteção social. Além disso, a recuperação econômica pós-pandemia foi desigual, com setores de alta tecnologia e serviços financeiros se recuperando mais rapidamente do que setores como hospitalidade e serviços de baixa qualificação.

### **2.4.3. Dimensões não renda.**

As dimensões não renda no Brasil ao longo dos últimos 10 anos, buscando compreender os avanços e desafios enfrentados pelo país nesse período, referem-se a indicadores de qualidade de vida que vão além da renda monetária, sendo essenciais para a promoção do bem-estar social. As dimensões não-renda são elementos fundamentais para a mensuração do desenvolvimento humano em uma sociedade. No contexto brasileiro, essas dimensões têm sido cada vez mais reconhecidas como importantes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da população. As dimensões não-renda no Brasil nos últimos 10 anos, considerando avanços, desafios e perspectivas futuras para o país.

A dimensão educacional é considerada um fator primordial para o desenvolvimento humano. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no Brasil diminuiu de 8,7% em 2010 para 6,6% em 2020 (IBGE, 2020). Esse avanço reflete esforços governamentais e sociais para a promoção da educação no país. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a melhoria na qualidade do ensino e a redução das desigualdades regionais.

A dimensão da saúde é crucial para garantir o bem-estar da população. Entre os avanços no Brasil nos últimos 10 anos, destaca-se a queda da mortalidade infantil, que passou de 14,9 óbitos por mil nascidos vivos em 2010 para 12,4 em 2020 (IBGE,

2020). Além disso, o acesso aos serviços de saúde tem sido expandido, especialmente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, desafios como a falta de infraestrutura adequada e a desigualdade de acesso persistem.

A dimensão ambiental tem se tornado cada vez mais relevante para a qualidade de vida. Nesse sentido, o Brasil é um país rico em recursos naturais, mas também enfrenta desafios em relação à sua preservação. O desmatamento da Amazônia e o aumento das emissões de carbono são exemplos de problemas ambientais que afetam diretamente as dimensões não-renda. É essencial que políticas públicas sejam implementadas visando a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

Ao analisar as dimensões não-renda no Brasil nos últimos 10 anos, fica evidente que o país tem avançado em alguns aspectos, como educação e saúde. No entanto, há ainda grandes desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à desigualdade social, à falta de infraestrutura e aos problemas ambientais. O fortalecimento de políticas públicas, a promoção da inclusão social e a conscientização da sociedade são fundamentais para um desenvolvimento humano mais equitativo e sustentável.

As mudanças climáticas e os desastres ambientais também contribuíram para a desigualdade. Comunidades pobres, muitas vezes localizadas em áreas mais vulneráveis, sofrem mais com eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, que podem destruir meios de subsistência e aumentar a pobreza.

A globalização trouxe crescimento econômico global, mas os benefícios não foram distribuídos igualmente. Trabalhadores em países desenvolvidos frequentemente perderam empregos para trabalhadores em países onde os custos são mais baixos, enquanto multinacionais e investidores se beneficiaram da redução de custos.

Os últimos dez anos também viram um aumento nos movimentos sociais que demandam maior igualdade e justiça social, como Black Lives Matter, movimentos feministas, e protestos contra a austeridade econômica. Esses movimentos pressionaram governos e instituições a adotarem políticas mais inclusivas e justas.

A desigualdade social nos últimos dez anos resultou de uma combinação complexa de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e sociais. Embora alguns países tenham implementado políticas eficazes para mitigar a desigualdade, muitos

desafios persistem, exigindo abordagens contínuas e inovadoras para promover uma sociedade mais equitativa.

#### **2.4.4. Papel do estado.**

O papel do Estado brasileiro na diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros é uma questão de grande relevância social e econômica. A pobreza persistente e a desigualdade social são problemas estruturais que afetam milhões de brasileiros, comprometendo o desenvolvimento humano e a própria estabilidade política do país. Nesse contexto, é fundamental compreender as ações e políticas implementadas pelo Estado para abordar essa problemática.

Segundo Souza (2018), o Estado brasileiro desempenha um papel crucial na promoção da igualdade e no combate à pobreza, através de ações direcionadas para a redistribuição de renda. Nesse sentido, destaca-se a criação de programas sociais como o Bolsa Família, que busca garantir transferências de renda para famílias em situação de vulnerabilidade. Estudos mostram que o Bolsa Família teve um impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas (CANUTO, 2015).

Além disso, o Estado também atua na oferta de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e moradia, que são fundamentais para a diminuição da pobreza e a melhoria da qualidade de vida. Segundo Araújo e Menezes (2017), investimentos em políticas públicas de saúde, por exemplo, têm um efeito positivo na redução de desigualdades sociais e na promoção do acesso universal aos cuidados de saúde.

No entanto, é importante ressaltar que o papel do Estado na diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida não se restringe apenas à implementação de políticas sociais. É necessário também um esforço para promover o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a inclusão produtiva. Para isso, é crucial investir em infraestrutura, aumento da produtividade e fomento de setores estratégicos da economia (FERREIRA, 2012).

Portanto, o papel do Estado brasileiro para a diminuição da pobreza e a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros envolve a implementação de políticas sociais, como o Bolsa Família, junto com a oferta de serviços públicos essenciais e o

desenvolvimento econômico. Somente através de uma abordagem abrangente e integrada, que envolva diversas áreas de atuação, será possível alcançar resultados significativos na superação da pobreza e na promoção do desenvolvimento social do país.

De acordo com o IPEA, a desigualdade de renda no Brasil apresentou uma tendência de aumento nos últimos dez anos. O Índice de Gini, uma medida comum de desigualdade de renda, aumentou, indicando uma piora na distribuição de renda. Em 2012, o Índice de Gini estava em torno de 0,527, enquanto em 2022 ele se aproximou de 0,543, mostrando um agravamento da desigualdade.

## **2.5. Igualdade é ruim para o crescimento?**

Discutir a questão da igualdade e seu impacto no crescimento econômico do Brasil, embora alguns estudiosos defendam que a igualdade de renda é prejudicial para o desenvolvimento do país, argumentamos que, ao contrário, a promoção da igualdade social pode contribuir para um crescimento mais sustentável e inclusivo. Inúmeros debates têm sido travados acerca da relação entre igualdade e crescimento econômico no Brasil. Alguns economistas afirmam que a busca pela igualdade de renda prejudica o desenvolvimento do país, reduzindo os incentivos para a produção e empreendedorismo, sendo essa ideia não condizente com a realidade socioeconômica brasileira, e que, na verdade, a promoção da igualdade social é um fator crucial para o crescimento sustentável e inclusivo do país.

A igualdade social tem sido amplamente discutida no contexto do desenvolvimento econômico, sendo objeto de pesquisa de vários estudiosos na área. Segundo Milanovic (2017), a igualdade de renda pode impulsionar o crescimento econômico ao criar um mercado consumidor mais amplo e estável, aumentando a demanda agregada. Além disso, a igualdade de oportunidades proporciona uma base sólida para a mobilidade social e o desenvolvimento de capital humano, fatores que beneficiam diretamente o crescimento de longo prazo (ATKINSON; AMP; BOURGUIGNON, 2000).

O Brasil tem um histórico de elevada desigualdade econômica que remonta aos tempos coloniais. Essa desigualdade persiste até os dias atuais, mesmo com avanços pontuais na distribuição de renda nas últimas décadas. Segundo dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o coeficiente de Gini do Brasil em 2019 foi de 0,545, um dos mais elevados do mundo.

Alguns estudos defendem que o crescimento econômico é capaz de reduzir a desigualdade, uma vez que a geração de empregos e a melhoria das condições econômicas podem beneficiar as camadas mais vulneráveis da população. Esse argumento está alinhado com a teoria do "bolo maior", que sustenta que, à medida que a economia cresce, há uma tendência de distribuição de renda mais equitativa.

No entanto, outros pesquisadores questionam essa visão otimista, argumentando que o crescimento econômico por si só não é capaz de promover a igualdade. Inclusão social e políticas sociais consistentes são necessárias para diminuir as disparidades econômicas e garantir uma distribuição de renda mais equitativa.

Para promover um crescimento econômico mais inclusivo e igualitário, são necessárias políticas públicas que visem a redução da desigualdade e a melhoria das condições de vida da população mais carente. Diversos estudos destacam a eficácia de políticas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, que possibilitaram a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Além disso, é imprescindível investir em educação de qualidade, incentivar a capacitação profissional e ampliar o acesso a serviços públicos básicos, tais como saúde e saneamento. Essas medidas contribuem tanto para o desenvolvimento humano quanto para a melhoria das perspectivas de crescimento econômico sustentável.

A relação entre igualdade e crescimento econômico é complexa e multifacetada. Embora o crescimento econômico seja necessário para o desenvolvimento de um país, ele só pode ser sustentável se caracterizado por uma melhoria geral das condições de vida se houver políticas públicas eficientes que promovam a igualdade. No caso do Brasil, são necessários esforços contínuos para combater a desigualdade e a pobreza, garantindo que o crescimento econômico seja acompanhado de inclusão social e justiça distributiva.

No contexto brasileiro, a desigualdade social tem sido um desafio persistente. Estudos apontam que a alta desigualdade prejudica o crescimento econômico do país, ao dificultar a formação de capital humano e a ampliação do mercado consumidor (BARRETO; AMP; FRANCO, 2018). Para Stiglitz (2012), a desigualdade leva à

instabilidade econômica e social, além de impor custos significativos à sociedade em termos de falta de acesso a serviços básicos e oportunidades.

A desigualdade de renda e a concentração de riqueza no Brasil têm sido objeto de preocupação tanto da sociedade civil quanto de pesquisadores. Segundo estudo de Alves e Pessôa (2020), a desigualdade de renda no país é alta e persistentemente crescente desde o início dos anos 2000. Essa desigualdade é reflexo de múltiplos fatores, como a má distribuição de recursos e oportunidades, o baixo investimento em educação e infraestrutura, além da falta de políticas públicas efetivas de redução das desigualdades sociais.

A desigualdade econômica afeta negativamente a economia brasileira como um todo. Por exemplo, Melo e Souza (2018) destacam que a desigualdade limita o acesso à educação de qualidade, prejudicando a formação de capital humano e reduzindo a produtividade da mão de obra. Além disso, a concentração de renda está associada a um menor consumo das famílias de baixa renda, o que diminui a demanda agregada e pode afetar negativamente a atividade econômica como um todo (MARX E SILVA, 2017).

A desigualdade também tem impactos significativos no mercado de trabalho. Segundo pesquisa de Boschetti e Martinez (2019), a falta de oportunidades de trabalho decente para os segmentos mais vulneráveis da população, como os jovens e as mulheres, gera um desperdício de recursos humanos e perpetua a exclusão social. Essa exclusão impede a plena participação desses grupos no mercado de trabalho, reduzindo a mobilidade social e a chance de melhoria nas condições de vida.

A desigualdade afeta a estabilidade política e institucional do país. Segundo Ferrero (2017), a concentração de renda e a falta de oportunidades econômicas para as camadas mais pobres da população podem levar ao aumento da criminalidade, à instabilidade social e política, além da fragilização das instituições democráticas.

Os dados do IPEA mostram que a desigualdade regional continua a ser um desafio significativo no Brasil. Regiões como o Nordeste e o Norte têm rendimentos médios mais baixos e índices de pobreza mais altos comparados com o Sudeste e o Sul. Por exemplo, em 2021, o rendimento domiciliar per capita no Nordeste foi cerca de 60% do rendimento no Sudeste, afetando significativamente a desigualdade regional.

A promoção da igualdade social no Brasil requer uma abordagem abrangente, que combine políticas públicas voltadas para a redistribuição de renda, acesso a serviços de qualidade e melhoria das oportunidades educacionais. Segundo Ravallion (2008), políticas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade, ao mesmo tempo em que estimulam o crescimento econômico e a inclusão social.

Diante das evidências apresentadas, podemos concluir que a igualdade social não é prejudicial ao crescimento econômico do Brasil, mas sim um fator crucial para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A promoção da igualdade de renda e de oportunidades pode estimular a demanda agregada, fortalecer o mercado consumidor, além de propiciar uma base sólida para o desenvolvimento de capital humano. Nesse sentido, é fundamental que o país adote políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade, garantindo acesso a serviços básicos e oportunidades para todos os cidadãos.

Para compreender a importância das políticas públicas na promoção da igualdade, é essencial entender o contexto das desigualdades no Brasil. Desde a colonização, o país foi construído sobre bases que privilegiam determinados grupos, como os brancos e as elites economicamente poderosas. Essas estruturas históricas resultaram em grandes desigualdades sociais, econômicas e raciais que persistem até os dias de hoje. Diante disso, é primordial que as políticas públicas estejam voltadas para a correção dessas desigualdades e a promoção da justiça social.

O Estado brasileiro tem desenvolvido uma série de políticas públicas com o objetivo de combater as desigualdades e promover a igualdade de oportunidades. Dentre elas, destacam-se os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que visa reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social, e a implementação de ações afirmativas, como as cotas raciais e sociais, que buscam promover uma maior representatividade e inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Contudo, é necessário ressaltar que a efetividade dessas políticas públicas têm enfrentado alguns obstáculos. Um estudo realizado por Souza (2018) analisou as políticas de transferência de renda no Brasil e apontou que, embora essas medidas tenham contribuído para a redução da pobreza, a desigualdade de renda ainda persiste e é necessário um maior investimento nessas políticas para ampliar seu impacto. Além disso, Pinto (2019) argumenta que as ações afirmativas têm enfrentado resistência e questionamentos quanto à sua constitucionalidade, evidenciando a

necessidade de uma maior articulação e aprofundamento dessas políticas para que elas sejam efetivas.

Superar as desigualdades sociais no Brasil não é uma tarefa simples, e as políticas públicas têm um papel crucial neste processo. No entanto, é essencial que haja uma abordagem crítica e reflexiva sobre o tema. É necessário reconhecer que a promoção da igualdade não se restringe apenas à implementação de políticas públicas, mas sim a uma transformação social mais abrangente, que envolve a desconstrução de ideologias discriminatórias e a redistribuição de poder e recursos (SEN, 2010).

A desigualdade de gênero e raça é bem documentada nos estudos do IPEA. Em 2020, as mulheres ganhavam, em média, cerca de 77% do rendimento dos homens. Além disso, trabalhadores negros e pardos ganhavam cerca de 56% do rendimento dos trabalhadores brancos. Essas disparidades refletem uma combinação de discriminação, acesso desigual à educação e oportunidades no mercado de trabalho.

Os dados do IPEA indicam que, em 2021, cerca de 27% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza, definida como rendimento mensal inferior a R\$ 497 per capita. A extrema pobreza, definida como rendimento mensal inferior a R\$ 140 per capita, também aumentou, afetando cerca de 6% da população.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador na desigualdade social no Brasil. O IPEA relatou que, em 2020, a taxa de pobreza aumentou significativamente devido à crise econômica provocada pela pandemia. A desigualdade de renda também se acentuou, pois, os mais pobres foram os mais afetados pela perda de empregos e redução de renda.

### **3 – MAPA DA FOME, POBREZA, TRIBUTOS, SALÁRIO MÍNIMO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.**

O Brasil é um país que enfrenta desafios relacionados à fome, pobreza, tributos, salário mínimo, distribuição de renda e desenvolvimento humano. Esses problemas impactam diretamente a qualidade de vida da população e dificultam o alcance de um desenvolvimento mais igualitário e sustentável. Neste capítulo discutiremos essas questões.

A fome e a pobreza são problemas interligados, pois a falta de acesso aos alimentos básicos é um dos principais fatores que contribuem para a perpetuação da miséria no Brasil. Segundo o relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo", publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2020, cerca de 9,1% da população brasileira, ou seja, aproximadamente 19 milhões de pessoas, estavam em situação de subalimentação. A pobreza, por sua vez, está intimamente ligada à distribuição desigual de renda no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,543 no Brasil. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. Esses números alarmantes destacam a necessidade de políticas públicas efetivas para combater a pobreza e promover o desenvolvimento humano.

Outro aspecto relevante é a questão dos tributos e sua relação com a distribuição de renda. Conforme a pesquisa "Carga Tributária no Brasil 2021", do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o peso dos impostos sobre a população mais pobre é significativamente maior do que sobre a parcela mais rica. Isso ocorre devido à regressividade do sistema tributário brasileiro, que impacta de maneira desproporcional os mais pobres, já que eles gastam uma maior parcela de sua renda com impostos indiretos, como o ICMS e o ISS.

Essa disparidade também se reflete no valor do salário mínimo brasileiro. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em junho de 2021, o salário mínimo necessário para suprir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$5.315,74, enquanto o

salário mínimo oficial era de R\$1.100,00. Essa diferença evidencia a dificuldade enfrentada por muitos trabalhadores brasileiros em garantir uma vida digna.

No que diz respeito ao desenvolvimento humano, é fundamental ressaltar a importância de melhorar indicadores sociais e econômicos para promover uma qualidade de vida mais adequada a toda a população. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil estava em 0,758 em 2019, ocupando a 84ª posição entre os 189 países analisados.

Diante das problemáticas apresentadas, fica clara a necessidade de ações efetivas para combater a fome, reduzir a pobreza, melhorar a distribuição de renda, adequar o salário mínimo às necessidades básicas da população e promover um desenvolvimento humano mais inclusivo no Brasil. Políticas públicas sólidas, embasadas em pesquisas e com participação social, são fundamentais para enfrentar esses desafios e promover mudanças significativas na realidade socioeconômica do país.

### **3.1. Evolução da pobreza nas últimas duas décadas.**

A evolução da pobreza nas últimas duas décadas no Brasil tem sido objeto de estudo e análises em diversos campos acadêmicos. Nas últimas décadas, o país passou por importantes transformações econômicas e sociais que tiveram impacto direto na distribuição de renda e na quantidade de pessoas em situação de pobreza. Um estudo realizado por Ferreira et al. (2012) analisou a evolução da pobreza no Brasil entre os anos de 1995 e 2009, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados mostraram uma significativa redução na proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, que passou de 35% em 1995 para 21% em 2009.

Entre 2004 e 2009 foram realizadas as chamadas Marchas a Brasília, que, segundo o Dieese (2021) na nota técnica 218, visavam melhores orientações para a avaliação do salário mínimo. O resultado foi um sucesso. As duas primeiras demonstrações resultaram em aumentos significativos (MÁXIMO, 2020). Desde 2006, um acordo entre as centrais sindicais e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertava a nova regra, segundo a qual o cálculo leva em conta a inflação do ano anterior,

somada ao resultado do PIB do ano passado. Ressalta-se que se o valor do PIB mencionado for negativo, o valor utilizado no cálculo será zero. Esses ajustes só serão adicionados em 2011 pela lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011 (MÁXIMO, 2020).

Na Primeira Década (2000-2010), do século XXI, o Brasil experimentou uma redução significativa na desigualdade de renda. O Índice de Gini caiu de 0,594 em 2001 para 0,531 em 2010. Isso foi resultado de várias políticas públicas, incluindo o aumento do salário mínimo, a expansão de programas sociais como o Bolsa Família, e a maior formalização do mercado de trabalho.

A taxa de pobreza e extrema pobreza caiu significativamente. Em 2003, cerca de 36% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza, enquanto em 2010 essa taxa caiu para 24%. A extrema pobreza também foi reduzida drasticamente, de cerca de 15% para 6,5%.

Houve uma convergência parcial entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Programas de transferência de renda e investimentos em infraestrutura ajudaram a reduzir a disparidade entre o Nordeste e o Sudeste, por exemplo.

Tivemos avanços na inclusão de mulheres e minorias no mercado de trabalho, com uma redução nas disparidades salariais. No entanto, essas desigualdades ainda eram significativas.

A expansão de programas sociais, como o Bolsa Família, e o aumento do salário mínimo foram fundamentais para a redução da desigualdade e da pobreza. Esses programas tiveram um impacto significativo na melhoria das condições de vida dos mais pobres.

Na Segunda Década (2010-2020), entre 2010 e 2014, a desigualdade continuou a diminuir, mas em um ritmo mais lento. No entanto, a partir de 2015, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica, que, junto com a instabilidade política, reverteu parte dos ganhos anteriores. O Índice de Gini voltou a subir, chegando a 0,543 em 2020, evidenciando um aumento na desigualdade de renda. Houve um aumento na taxa de pobreza.

Em 2020, a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais a situação, com a pobreza atingindo cerca de 27% da população e a extrema pobreza alcançando cerca de 6%. A desigualdade regional persistiu, com o Nordeste e o Norte continuando a ter níveis de renda mais baixos e maiores índices de pobreza em comparação com o Sudeste e o Sul. A crise econômica e a pandemia afetaram desproporcionalmente as regiões mais pobres, exacerbando essas desigualdades.

As desigualdades de gênero e raça continuaram a diminuir lentamente, mas persistiram. Em 2020, as mulheres ainda ganhavam cerca de 77% do salário dos homens, e trabalhadores negros e pardos ganhavam aproximadamente 56% do rendimento dos trabalhadores brancos. A crise econômica e a pandemia pioraram as condições para esses grupos, destacando a necessidade de políticas mais direcionadas.

Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (substituído pelo Auxílio Brasil em 2021), desempenharam um papel crucial na redução temporária da desigualdade. Em 2020, durante a pandemia, o auxílio emergencial do governo federal ajudou a reduzir a pobreza extrema, demonstrando a importância das políticas de transferência de renda em momentos de crise.

A desigualdade educacional também é um fator crítico. Segundo o IPEA, apenas cerca de 18% dos jovens de 18 a 24 anos de famílias de baixa renda estavam matriculados no ensino superior em 2021, em comparação com 60% dos jovens de famílias de alta renda. A qualidade da educação básica também varia significativamente entre as regiões e entre as escolas públicas e privadas.

A informalidade no mercado de trabalho é um grande desafio. Em 2021, cerca de 40% da força de trabalho estava na informalidade, sem acesso a benefícios trabalhistas e proteção social. A informalidade é mais prevalente entre os trabalhadores de baixa renda, exacerbando a desigualdade.

Ressalta-se que, em 2000, a lei Complementar 103 passou a dar a cada estado autonomia para fixar o valor do salário mínimo em seu respectivo território. Os estados do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina possuem tabela própria de reajuste do valor do salário mínimo, portanto não seguem o valor estabelecido pelo governo federal. É importante destacar que os aposentados seguem o valor federal e não regional (MODESTO, 2020).

Nos últimos 20 anos, o Brasil fez progressos significativos na redução da desigualdade social, especialmente na primeira década do século XXI. No entanto, a segunda década foi marcada por desafios econômicos e políticos que reverteram alguns desses ganhos.

A pandemia de COVID-19 exacerbou a desigualdade, destacando a importância de políticas públicas robustas e inclusivas para promover uma recuperação econômica sustentável e equitativa. Os dados do IPEA mostram que,

embora tenha havido avanços, a desigualdade social no Brasil permanece um desafio complexo e multifacetado que requer abordagens contínuas e inovadoras.

Mais do que isso, eu diria que a pandemia foi um choque exógeno sobre a economia e a sociedade e como tal colocou uma pressão exacerbada sobre os mais vulneráveis.

Várias sociedades, principalmente as europeias, correram para prestar auxílios emergenciais para pequenas empresas e pessoas sem recursos. Mesmo assim, não foi suficiente para impedir uma crescente fragilização dos mais necessitados. Prova disso é o aumento de pessoas indo a restaurantes públicos e centros de caridade para pedir comida em toda a Europa. No Brasil, a trancos e barrancos aprovamos um auxílio emergencial que em um primeiro momento chegou a melhorar a situação de algumas pessoas mais pobres. Mas na sequência mostrou que a situação era transitória, e o sinal para o futuro é que essa ajuda não será mantida. Não se iluda. Não é porque você não vê, que a miséria não existe.

Por outro lado, entre as 500 pessoas mais ricas do mundo, segundo o Índice de Bilionários da Bloomberg, houve um ganho combinado de mais de 800 bilhões de dólares desde o início da pandemia. A desigualdade escancarou. Mas o problema que temos pela frente não é esse. Nosso problema é que não se vislumbram no momento forças econômicas ou políticas para reverter essa desigualdade.

Para Flávio Comim, 2020, a pandemia não afetou a todos da mesma forma, pois, nem todos estão igualmente vulneráveis à contaminação pelo vírus. As pessoas mais pobres não têm escolha de ficar ou não em casa. Elas têm que sair para ganhar a vida. Do menos pobre que tem que trabalhar porque o chefe o obriga, ao mais pobre, que tem que sair para catar material reciclável para garantir a comida do dia, ou pedir nas ruas, existe pouca liberdade. Aquelas pessoas que trabalham para grandes empresas ou organizações vivem outra realidade, muito menos expostas ao vírus, também porque possuem os recursos, inclusive os não materiais, para organizar a vida virtualmente, pedindo comida em casa etc. Tendo dito isso, eu concordo que os impactos são distribuídos diferentemente e que as consequências sociais disso serão mais dramáticas no futuro. Pense apenas no que a perda de um ano escolar representa para centenas de milhões de crianças no mundo.

### 3.2. A Questão Tributária e a Economia da Pobreza.

A questão tributária é um tema central no debate sobre a pobreza e a desigualdade econômica. A forma como os tributos são arrecadados e distribuídos pode ter um impacto significativo na redução ou agravamento das desigualdades sociais. No Brasil, o sistema tributário é frequentemente criticado por ser regressivo, ou seja, por onerar mais os pobres do que os ricos. Este documento analisa a relação entre a estrutura tributária brasileira e a economia da pobreza, utilizando dados para ilustrar os principais pontos.

O sistema tributário brasileiro é caracterizado por uma alta carga de tributos indiretos (como o ICMS e o IPI), que incidem sobre o consumo. Como os tributos indiretos não diferenciam entre os consumidores de diferentes faixas de renda, eles acabam representando uma parcela maior da renda dos mais pobres.

Segundo dados da Receita Federal, em 2021, os tributos indiretos representaram cerca de 49,7% da arrecadação total, enquanto os tributos diretos, como o Imposto de Renda, representaram 27,5%.

Os tributos diretos, que incidem sobre a renda e o patrimônio, têm um potencial redistributivo maior, pois podem ser estruturados de maneira progressiva, onde alíquotas mais altas incidem sobre rendas e patrimônios mais elevados. No Brasil, a tributação direta é relativamente baixa em comparação com os países desenvolvidos.

Em 2019, a tributação direta no Brasil correspondia a 9,6% do PIB, enquanto na média dos países da OCDE esse valor era de 14,3% (OCDE, 2020).

O impacto da tributação sobre a pobreza pode ser avaliado observando-se como a carga tributária afeta a distribuição de renda. A regressividade do sistema tributário brasileiro agrava a desigualdade, pois os mais pobres pagam uma proporção maior de sua renda em tributos do que os mais ricos.

Em 2021, o coeficiente de Gini no Brasil era de 0,533, um dos mais altos do mundo, indicando uma grande desigualdade na distribuição de renda (IBGE, 2021).

Estudos mostram que a carga tributária sobre os 10% mais pobres pode chegar a 53,9% da renda, enquanto para os 10% mais ricos essa carga é de aproximadamente 29% (IPEA, 2020). Isso evidencia a natureza regressiva do sistema, onde os tributos sobre o consumo pesam mais sobre os pobres.

Uma reforma tributária que busque maior progressividade pode ajudar a reduzir a desigualdade e a pobreza. Isso pode ser alcançado através de:

Incrementar alíquotas do Imposto de Renda para as faixas mais altas e criar impostos sobre grandes fortunas e heranças.

Diminuir a carga de tributos sobre consumo de bens essenciais, o que beneficiaria as camadas mais pobres da população.

A arrecadação proveniente de uma tributação mais progressiva pode ser utilizada para financiar políticas de redistribuição de renda, como programas de transferência de renda (ex.: Bolsa Família) e investimentos em educação, saúde e infraestrutura básica.

Em 2020, o Bolsa Família beneficiou cerca de 14,3 milhões de famílias, com um impacto significativo na redução da pobreza extrema (MDS, 2020).

A implementação de impostos ambientais, a chamada tributação verde, que penalizam atividades poluidoras, também pode ser uma forma de arrecadar recursos adicionais e incentivar práticas sustentáveis. Esses recursos podem ser revertidos para programas sociais e ambientais.

A questão tributária é fundamental para entender e combater a pobreza no Brasil. Um sistema tributário mais progressivo pode aliviar a carga sobre os mais pobres e financiar políticas públicas que promovam a inclusão social e a redução da desigualdade. Reformas tributárias que aumentem a progressividade e a equidade são essenciais para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

### **3.3. Salário Mínimo e Pobreza no Brasil: uma abordagem do equilíbrio geral.**

O salário mínimo é um importante instrumento de política econômica e social no Brasil, desempenhando um papel crucial na redução da pobreza e na diminuição das desigualdades. Este tópico analisa a relação entre o salário mínimo e a pobreza no Brasil, utilizando uma abordagem de equilíbrio geral para entender os impactos econômicos e sociais dessa política.

O salário mínimo foi instituído no Brasil em 1940 e, desde então, tem sido ajustado periodicamente para tentar acompanhar a inflação e as necessidades básicas dos trabalhadores.

De 2011 a 2021, o salário mínimo no Brasil passou de R\$ 545,00 para R\$ 1.100,00, representando um aumento nominal significativo.

A abordagem de equilíbrio geral considera todas as interações entre os diferentes agentes econômicos (famílias, empresas, governo) e como elas respondem às mudanças na política do salário mínimo.

Nos Modelos de Equilíbrio Geral Computável (EGC), que são ferramentas úteis para simular os efeitos de políticas econômicas em toda a economia. Eles consideram múltiplos mercados e setores, permitindo uma análise abrangente dos impactos do salário mínimo.

Os Impactos na Oferta de Trabalho e Emprego, com o aumento do salário mínimo pode ter efeitos diferentes sobre o emprego, dependendo da elasticidade da demanda por trabalho: Elasticidade Inelástica: Pequenas mudanças no emprego em resposta ao aumento do salário mínimo. Elasticidade Elástica: Grandes mudanças no emprego, podendo levar a desemprego se as empresas não conseguirem arcar com os custos adicionais.

O aumento do salário mínimo tem um efeito direto na elevação da renda das famílias que dependem dessa fonte. Dados do IBGE indicam que cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros recebem até um salário mínimo.

O salário mínimo é uma ferramenta eficaz na redução da pobreza extrema. A relação entre o salário mínimo e a linha de pobreza é evidente quando se analisa os dados de transferência de renda:

Os Beneficiários do Bolsa Família frequentemente têm sua renda complementada pelo salário mínimo, o que ajuda a elevar suas condições de vida acima da linha de pobreza.

Estudos sobre os efeitos sobre o Emprego, quando se dá o aumento do salário mínimo no emprego são variados:

Estudo de Neri (2010): Indica que aumentos do salário mínimo têm efeitos positivos sobre a renda dos mais pobres sem causar grandes impactos negativos no emprego.

Estudo de Barros et al. (2011): Sugere que aumentos muito elevados podem levar a algum desemprego, especialmente entre jovens e trabalhadores de baixa qualificação.

Políticas Complementares para maximizar os benefícios do aumento do salário mínimo e minimizar os possíveis efeitos negativos, são necessárias e importantes.

Investimentos em educação e qualificação profissional podem aumentar a produtividade dos trabalhadores, permitindo que o mercado de trabalho absorva melhor os aumentos no salário mínimo.

Apoio às Pequenas e Médias Empresas, oferecer incentivos fiscais e financeiros para pequenas e médias empresas pode ajudar a mitigar os custos adicionais de um salário mínimo mais elevado.

Com o fortalecimento da Rede de Proteção Social, é possível ampliar programas de transferência de renda e segurança social para proteger os mais vulneráveis durante os períodos de ajuste do salário mínimo.

O salário mínimo é uma ferramenta importante para a redução da pobreza e a promoção da justiça social no Brasil. No entanto, seus impactos econômicos e sociais devem ser cuidadosamente monitorados e complementados por políticas adicionais que promovam a inclusão e a produtividade. Uma abordagem de equilíbrio geral ajuda a entender as complexas interações entre diferentes setores e agentes econômicos, proporcionando uma base sólida para a formulação de políticas públicas eficazes.

Com esse cálculo, em alguns anos o salário poderá ser superior à inflação, como analisamos neste exemplo: em 2011 o valor foi de R\$ 545,00; ao final do ano, o governo teve que levar em conta uma inflação de 6,08 %, medida pelo Índice Nacional de preços ao consumidor (INPC), em 2011, que se soma ao crescimento de 7,5 % do PIB em 2010.dados, o resultado do reajuste trespasa a ser de 13,58 %, totalizando um salário de R\$ 622,00. A tabela a seguir mostra os anos em que houve aumento real do salário mínimo:

**Tabela 1** - Cálculo de valorização do salário mínimo.

<b>Período</b>	<b>Salário Mínimo R\$</b>	<b>Reajuste Nominal %</b>	<b>INPC %</b>	<b>Aumento Real %</b>
abr/02	R\$ 200,00	-		-
abr/03	R\$ 240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	R\$ 260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	R\$ 300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	R\$ 350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	R\$ 380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	R\$ 415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	R\$ 465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	R\$ 510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	R\$ 545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	R\$ 622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	R\$ 678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	R\$ 724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	R\$ 788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	R\$ 880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	R\$ 937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	R\$ 954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	R\$ 998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	R\$ 1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	R\$ 1.045,00	0,58	0,19	0,38
jan/21	R\$ 1.100,00	5,26	5,04	0,21
<b>Total período</b>	-	<b>450,00</b>	<b>207,30</b>	<b>79,00</b>

**Fonte:** IBGE;  
Elaboração: DIEESE

Em 2015, a ex-presidente Dilma Rousseff decidiu prorrogar essa política até 2019, com possibilidade de prorrogação até 2023. No mesmo ano, a presidente também decidiu que tal política seria nulo para aposentados e pensionistas, ou seja, que ganhavam, ajustado apenas pela inflação.

O aumento real teria se tornado negativo em 2017 devido à decisão de que não haveria aumento real durante o governo recuar (COUCSEUIL e CARNEIRO, 2001).

No governo Bolsonaro, em 2020, foi sancionada a lei de orientação orçamentária, que estipula que o salário mínimo prevê correção salarial exclusivamente com base na inflação, com base na estimativa do INPC (índice de preços ao consumidor) nenhuma possibilidade de obter um “lucro real”, que seria o valor maior que a inflação.

Através dos dados disponíveis da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios), continuada pelo IBGE e outros, em 2017 a renda domiciliar per capita mensal no Brasil atingiu o valor de R\$ 1.151,00, tendo registrado as menores médias nas regiões, estas são o Nordeste (R\$ 984,00) e Norte (R\$ 1.011,00), onde, respectivamente, 49,9% e 48,1 da população tinham renda mensal de até meio salário mínimo (IBGE, 2017).

Uma discussão muito importante a ser abordada é o perfil das pessoas que recebem o salário mínimo, que se estabeleceram na escala de classe social através das faixas de salário mínimo e pertencem à categoria “E”, que é caracterizada por pessoas em situação de vulnerabilidade social que recebem até R\$ 2.090,00. (IBGE, 2021).

Estima-se que 50 milhões de pessoas tenham renda relativa ao salário mínimo, sendo R\$ 38,2 bilhões correspondentes ao aumento da renda na economia e R\$20,6 bilhões ao aumento da arrecadação de impostos sobre o consumo (DIEESE, 2021).

A tabela a seguir corresponde ao impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo no valor de R\$ 55,00 durante o segundo semestre de 2018:

**Tabela 2** - Impacto anual decorrente ao aumento de salário mínimo R\$ 55,00 em outubro de 2018.

<b>Tipo</b>	<b>Número de Pessoas (mil)</b>	<b>Valor adicional da Renda Anual - RS (2)</b>	<b>Arrecadação Tributária Adicional R\$ (3)</b>
Beneficiários do INSS (1)	24.180	18.618.302.780,00	10.035.265.198,00
Empregados	12.092	9.310.661.897,00	5.018.446.762,00
Conta-própria	10.490	7.500.324.776,00	4.042.675.054,00
Trabalhadores Domésticos	3.295	2.536.898.811,00	1.367.388.459,00
Empregadores	285	187.991.895,00	101.327.632,00
<b>Total</b>	<b>50.341</b>	<b>38.154.180.159,00</b>	<b>20.565.103.106,00</b>

**Fonte:** IBGE / PNADC / Ministério da Previdência e Assistência Social / Boletim Estatístico da Previdência Social (outubro/2018).

Abaixo apresentamos informações de tabelas publicadas sobre faixas salariais nas regiões do Brasil separadas de acordo com o emprego no governo. (DIEESE, 2019).

**Tabela 3 - Emprego no setor público por faixa de remuneração**

(em %)

Região	Serviço Público Federal			Total (1)
	Até R\$ 1.045,00	De R\$ 1.045,00 a R\$ 1.100,00	Mais de R\$ 1.100,00	
Norte	0,50	0,07	92,87	100
Nordeste	1,04	0,38	92,57	100
Sudeste	0,78	0,58	93,77	100
Sul	0,48	0,59	94,98	100
Centro-Oeste	1,58	0,35	92,79	100
<b>Total</b>	<b>0,97</b>	<b>0,43</b>	<b>286,99</b>	<b>100</b>
<b>Valor Absoluto</b>	<b>9.015</b>	<b>4.043</b>	<b>2.678.697</b>	<b>933.367</b>

Região	Serviço Público Estadual			Total (*)
	Até R\$ 1.045,00	De R\$ 1.045,00 a R\$ 1.100,00	Mais de R\$ 1.100,00	
Norte	4,43	4,43	92,07	100
Nordeste	4,76	4,76	90,45	100
Sudeste	4,04	4,04	92,91	100
Sul	3,43	3,43	91,72	100
Centro-Oeste	2,31	2,31	93,88	100
<b>Total</b>	<b>3,96</b>	<b>3,96</b>	<b>92,22</b>	<b>100</b>
<b>Valor Absoluto</b>	<b>115.113</b>	<b>115.113</b>	<b>2.678.697</b>	<b>2.904.712</b>

Fonte: ME. Rais 2019;  
Elaboração: DIEESE

**Tabela 4 - Emprego no setor público por faixa de remuneração**

(em %)

Região	Serviço Público Municipal			Total (*)
	Até R\$ 1.045,00	De R\$ 1.045,00 a R\$ 1.100,00	Mais de R\$ 1.100,00	
Norte	11,13	3,11	79,17	100
Nordeste	15,3	2,88	78,23	100
Sudeste	3,88	1,29	90,91	100
Sul	1,42	0,46	94,3	100
Centro-Oeste	4,83	1,32	83,73	100
<b>Total</b>	<b>7,8</b>	<b>1,83</b>	<b>85,85</b>	<b>100</b>
<b>Valor Absoluto</b>	<b>438.694</b>	<b>103.055</b>	<b>4.826.451</b>	<b>5.621.857</b>

Fonte: ME. Rais 2019;  
Elaboração: DIEESE

O número de trabalhadores que ganham até um salário mínimo, com base no salário mínimo de R\$ 1.045,00 de 2020, está principalmente na região Nordeste, no setor público municipal. Esses fatores estão refletidos no índice divulgado pelo IBGE em 2020, destacando a região Nordeste do país como aquela com maior concentração de pessoas habitando na pobreza.

A maior concentração de receitas de R\$ 1.045,00 a R\$ 1.100,00 está na região Nordeste, no setor público estadual, com valor de 4,76 %. Para rendimentos acima de R\$ 1.100 reais, destaca-se o setor público federal da região Sul, responsável por 94,98 % (IBGE, 2020).

Outro ponto a ressaltar na análise do cadastro de beneficiários está ligado ao gênero, pois as mulheres historicamente, recebem menos que os homens, e quando analisamos o salário mínimo não é diferente. Mais de 92 % dos que realizam trabalhos domésticos são mulheres, e mais de 65 % delas são afro, pois a profissão se destaca como um dos grupos que mais ganham abaixo do salário mínimo (DIEESE, 2020).

Na pandemia de Covid-19 que atingiu o país em 2020, os trabalhadores domésticos foram gravemente afetados pelo seu trabalho: 1,6 milhões de mulheres perderam o emprego, 400 mil delas com contratos oficiais e 1,2 milhões sem relacionamentos formais. A disparidade de renda entre homens e mulheres persiste especialmente para as mulheres afro, que recebiam em média R\$ 10,95 em 2020. Os homens pretos recebiam em média R\$ 11,95.

Entre os não pretos o rendimento é de R\$ 18,15 para as mulheres e de R\$ 20,79 para os homens (DIEESE, 2020). Além da influência do gênero mencionado acima, a cor da pele também é levada em consideração conforme mencionado. Em 2019, houve registro de que houve grande diferença no rendimento real mensal do trabalho entre brancos (R\$ 2.999,00), pardos (R\$ 1.719,00) e negros (R\$ 1.673,00) (IBGE, 2019). Estes dados provam uma imagem real das desigualdades e discriminações presentes na nossa sociedade de estudo.

Ao longo dos últimos 11 anos, de acordo com as divulgações mensais efetuadas pela instituição DIEESE, pode-se observar que os valores apresentados para o salário mínimo nominal e salário mínimo necessário apresentaram variações significativas. Se comparado ao ano de 2010 o qual registrou um aumento real de 6,02%, resultante da aplicação de 9,68%, diante da inflação anual apresentada na época de 3,45% onde o valor mínimo nominal e mínimo necessário estipulado por lei eram respectivamente de R\$ 510,00 e R\$ 1.987,26 no mês de janeiro, ao ano de 2021,

onde os valores de salário mínimo nominal e mínimo necessário são respectivamente de R\$ 1.100,00 e R\$ 5.495,52 no mês de janeiro, pode-se verificar a discrepância nos valores entre as datas citadas.

O primeiro ponto a ser analisado é a pequena diferença apresentada entre essas variáveis nos anos 2010, onde era apenas de R\$ 1.477,26. O segundo ponto é o valor de divergência apresentado para janeiro/2021, que é de R\$ 4.395,52, o que demonstra que o poder de compra que a população detém tem ficado cada vez menor (DIEESE, 2021).

No Brasil, as políticas públicas de combate à pobreza têm oscilado entre essas duas estratégias ao longo do tempo, dependendo do contexto econômico, social e político. No período democrático iniciado em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve um avanço significativo na consolidação das políticas universais, especialmente nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

A Constituição estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), entre outros mecanismos que ampliaram o acesso e a qualidade dos serviços públicos para milhões de brasileiros.

No entanto, essas políticas universais também enfrentaram dificuldades para se efetivar plenamente, devido à falta de recursos, à má gestão, à corrupção, à burocracia e à desigualdade regional.

Além disso, elas foram insuficientes para atender às necessidades dos segmentos mais pobres e excluídos da população, que continuaram sofrendo com a fome, a violência, o desemprego e a precarização do trabalho.

Por isso, a partir dos anos 1990, o Brasil também adotou políticas focalizadas, inspiradas nas experiências internacionais de combate à pobreza, especialmente na América Latina.

Um dos exemplos mais conhecidos e bem-sucedidos de política focalizada no Brasil é o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo governo Lula, a partir da unificação de outros programas de transferência de renda existentes.

O Programa Bolsa Família consiste na concessão de um benefício monetário mensal às famílias pobres e extremamente pobres, condicionado à frequência escolar e ao acompanhamento da saúde das crianças e gestantes.

O Programa Bolsa Família tem sido reconhecido nacional e internacionalmente como uma política efetiva na redução da pobreza extrema, na melhoria dos indicadores sociais e na promoção da cidadania dos beneficiários.

No entanto, o PBF também tem enfrentado críticas e desafios, como a insuficiência do valor do benefício para garantir uma renda digna às famílias, a dependência dos beneficiários em relação ao programa, a falta de articulação com outras políticas públicas que possam ampliar as oportunidades de trabalho e renda dos mais pobres e a vulnerabilidade do programa às mudanças políticas e econômicas.

Além disso, o PBF não é capaz de resolver os problemas estruturais que geram e reproduzem a pobreza e a desigualdade no Brasil, como a concentração de terra e de renda, a injustiça tributária, a exclusão racial e de gênero, a violação dos direitos humanos e a degradação ambiental.

Diante disso, é possível afirmar que as políticas públicas de combate à pobreza no Brasil têm avançado em alguns aspectos, mas ainda são insatisfatórias e incompletas para enfrentar o desafio histórico da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Para isso, é necessário que o Estado brasileiro assuma um compromisso efetivo com a promoção da justiça social e da inclusão com direitos, trabalho, emprego, renda e segurança alimentar para todos os brasileiros. É necessário também que a sociedade civil participe ativamente da formulação, da implementação e do controle das políticas públicas, exigindo transparência, accountability e participação democrática

### **3.4. Mapa da Fome: Definição, indicadores e critérios.**

O Mapa da Fome é um indicador utilizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para identificar regiões onde a prevalência da subnutrição é elevada. No Brasil, a fome é um problema persistente que afeta milhões de pessoas, especialmente em regiões mais pobres e entre populações vulneráveis.

O Mapa da Fome é calculado com base em vários indicadores, incluindo:

- **Prevalência de Subnutrição:** Percentual da população com ingestão calórica insuficiente.
- **Insegurança Alimentar:** Medida através de pesquisas domiciliares que avaliam a frequência e a severidade da falta de alimentos.
- **Desnutrição Infantil:** Taxas de desnutrição em crianças menores de cinco anos.
- **Produção e Disponibilidade de Alimentos:** Avaliação da produção agrícola e da distribuição de alimentos.

De acordo com relatórios recentes, a insegurança alimentar tem aumentado no Brasil devido à crise econômica, ao desemprego e às políticas de austeridade. Regiões como o Nordeste são particularmente afetadas, com altas taxas de subnutrição e insegurança alimentar severa.

Para construção do mapa da fome, são utilizados dados estatísticos e informações provenientes de pesquisas nacionais e internacionais sobre alimentação e nutrição. Organizações como a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) são fontes importantes de dados e estudos sobre a fome no mundo.

Um estudo relevante sobre o tema é o relatório anual "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo", publicado pela FAO. Esse relatório traz análises detalhadas sobre a fome global, fornecendo informações atualizadas sobre os indicadores e critérios utilizados no mapa da fome.

A primeira avaliação dessa escala foi realizada em 2004 pelo Instituto Brasileiro de estatística e Geografia (IBGE) como uma pesquisa complementar à pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) de 2004 sobre segurança alimentar. O número de respostas "sim" é um preditor de uma medida que vai desde a segurança alimentar até à insegurança grave. A Tabela 6, em conjunto com a Tabela 3, apresenta as questões utilizadas nas pesquisas com famílias e os parâmetros de avaliação, considerando sempre dois grupos: maiores e menores de 18 anos residentes no domicílio. Ressalta-se que a unidade de medida é a família não é uma pessoa.

O Mapa da Fome é um indicador utilizado pela FAO para identificar regiões onde a prevalência da subnutrição é elevada. No Brasil, a fome é um problema persistente que afeta milhões de pessoas, especialmente em regiões mais pobres e entre populações vulneráveis. Em 2022, cerca de 33,1 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave (Rede Penssan, 2022).

### **Volta do Brasil ao Mapa da Fome**

- **Redução de Programas Sociais:** A redução e a descontinuidade de programas sociais importantes, como o Bolsa Família, impactaram negativamente a segurança alimentar das famílias mais vulneráveis.
- **Aumento dos Preços dos Alimentos:** A inflação dos preços dos alimentos durante a pandemia contribuiu para o aumento da insegurança alimentar, especialmente entre as famílias de baixa renda.
- **Impacto do Desemprego:** O aumento significativo do desemprego durante a pandemia fez com que muitas famílias perdessem suas fontes de renda, exacerbando a pobreza e a fome.

### **Medidas Tomadas e Seus Impactos**

#### **Políticas de Emergência**

- **Auxílio Emergencial:** Implementado para mitigar os impactos econômicos imediatos da pandemia, ajudou milhões de brasileiros a manterem um mínimo de consumo. No entanto, sua descontinuidade ou redução do valor do benefício deixaram muitas famílias desassistidas.
- **Programa de Sustentação do Emprego (BEm):** Voltado para a manutenção de empregos durante a pandemia, ajudou a evitar demissões em massa, mas teve alcance limitado.

#### **Políticas Estruturais**

- **Reforma do Sistema de Assistência Social:** Houve mudanças nas políticas de transferência de renda com a introdução do Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, mas ainda enfrenta desafios de implementação e cobertura.

- **Investimentos em Infraestrutura Social:** A necessidade de investimentos em saúde, educação e saneamento básico tornou-se mais evidente, mas a execução dessas políticas ainda enfrenta obstáculos orçamentários e de gestão.

Os dados do Bolsa Família, programa de transferência de renda que ajuda famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, condicionado à frequência escolar e à vacinação das crianças, informa que em 2020, o Bolsa Família beneficiou cerca de 14,3 milhões de famílias (MDS, 2020).

Com o Auxílio Emergencial: Introduzido durante a pandemia de COVID-19 para mitigar os impactos econômicos nas famílias vulneráveis. Em 2020, cerca de 68 milhões de brasileiros receberam o auxílio emergencial (Caixa Econômica Federal, 2020).

A pandemia de COVID-19 acentuou as desigualdades sociais no Brasil, destacando a importância das políticas sociais para mitigar seus impactos. A volta do Brasil ao mapa da fome é um indicador alarmante que reflete a precariedade da segurança alimentar e a necessidade de políticas mais robustas e sustentáveis para combater a pobreza.

Para enfrentar os desafios estruturais e promover uma recuperação inclusiva, é crucial uma abordagem integrada que combine políticas de transferência de renda, investimentos em infraestrutura social e reformas econômicas que promovam a equidade e a inclusão social.

## **4. POLÍTICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE E À POBREZA NO BRASIL.**

A pandemia de COVID-19 trouxe impactos profundos na economia e nas condições sociais no Brasil, exacerbando as desigualdades existentes e colocando em evidência a importância das políticas sociais. Este capítulo apresenta uma compilação de dados estatísticos multidimensionais que oferecem uma visão geral das políticas sociais implementadas no Brasil e os impactos da desigualdade no período pós-pandemia.

Como bem coloca Flávio Vasconcellos Comim, 2020: "Não podemos apenas olhar para os números da desigualdade, mas sim para como são gerados e que isso nos leva a pensar em questões de natureza ética que sinalizam uma degradação de nossos sentimentos morais."

A teoria econômica tem muita dificuldade em entrar na investigação de motivações morais que estejam por trás de escolhas distributivas sociais. O trabalho de Amartya Sen ou de Alberto Alesina são exceções. É interessante que concepções puramente liberais ou estatais da economia não resolvem esses dilemas cuja origem é ética e de como as pessoas realizam suas escolhas sociais considerando apenas seus interesses pessoais e imediatos ou interesses mais amplos como aqueles ligados ao bem comum.

O Bolsa Família foi o principal programa de transferência de renda até 2021, quando foi substituído pelo Auxílio Brasil. O Número de Beneficiários do Auxílio Brasil em dezembro de 2021, atendeu cerca de 17,5 milhões de famílias, tendo como Valor Médio do Benefício, o valor aproximado de R\$ 217,18 por família em 2021 (Ministério da Cidadania, 2021).

O Auxílio Emergencial: Implementado durante a pandemia para mitigar os impactos econômicos. O Número de Beneficiários: cerca de mais de 68 milhões de brasileiros receberam o auxílio emergencial em 2020. Valor do Benefício: inicialmente, o valor foi de R\$ 600,00 reduzido para R\$ 300,00 em fases subsequentes.

O Sistema Único de Saúde – SUS, desempenhou um papel crucial durante a pandemia, fornecendo atendimento e vacinação.

A Cobertura de Vacinação: até dezembro de 2021, mais de 143 milhões de pessoas (67,2% da população) haviam recebido ao menos uma dose da vacina contra a COVID-19 (Ministério da Saúde, 2021).

Os Gastos com Saúde: O orçamento do Ministério da Saúde aumentou de R\$ 134,9 bilhões em 2019 para R\$ 159,9 bilhões em 2021 devido à pandemia.

Os Impactos da Pandemia na Educação: A pandemia forçou o fechamento das escolas e a transição para o ensino remoto. O Acesso à Educação Remota: segundo o IBGE, cerca de 4,3 milhões de estudantes (8,4% do total) não tiveram acesso a atividades escolares em 2020. Investimentos em Educação: o orçamento para a educação básica aumentou de R\$ 31,1 bilhões em 2019 para R\$ 33,2 bilhões em 2021 (Ministério da Educação, 2021).

Os Impactos da Desigualdade no Pós-Pandemia. Quanto ao impacto de Desigualdade de Renda, o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, aumentou de 0,524 em 2019 para 0,535 em 2021 (IBGE, 2021).

A renda média real dos brasileiros caiu 10% entre 2019 e 2021, de R\$ 2.292 para R\$ 2.063 (IBGE, 2021).

A taxa de desemprego atingiu 14,7% em 2021, comparada a 11,9% em 2019 (IBGE, 2021). A taxa de Trabalho Informal no mercado de trabalho aumentou, com cerca de 40% da força de trabalho empregada informalmente em 2021.

A insegurança alimentar grave aumentou durante a pandemia. Os Dados de Insegurança Alimentar: apresentam que cerca de 19 milhões de brasileiros enfrentaram insegurança alimentar grave em 2020, um aumento de 9% em relação a 2019, os dados são da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - PENSSAN, 2020.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM): Considera várias dimensões como saúde, educação e padrão de vida. O percentual da população na pobreza: em 2021, apresentou que 26,6% da população brasileira vivia em condições de pobreza multidimensional (PNUD, 2021).

As políticas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil e o Auxílio Emergencial, mostraram-se essenciais para mitigar os impactos imediatos da pandemia, ajudando milhões de famílias a manterem um mínimo de consumo durante

a crise. No entanto, a necessidade de políticas estruturais de longo prazo para combater a pobreza e a desigualdade permanece evidente.

A pandemia exacerbou as desigualdades preexistentes e criou novos desafios: tais como a Desigualdade de Acesso. A desigualdade no acesso à educação e saúde tornou-se mais evidente, especialmente nas áreas rurais e entre as populações de baixa renda. A sustentabilidade fiscal das políticas sociais é um desafio contínuo, exigindo uma revisão do sistema tributário e a implementação de políticas que promovam o crescimento econômico inclusivo.

A compilação dos dados estatísticos multidimensionais evidencia a importância das políticas sociais no Brasil para enfrentar a pobreza e a desigualdade, especialmente no contexto pós-pandemia. Apesar dos esforços, os desafios estruturais persistem, exigindo uma abordagem integrada que combine políticas de transferência de renda, melhorias na educação e saúde, e reformas econômicas que promovam a inclusão social e a equidade.

Reduzir as desigualdades sociais requer uma abordagem multifacetada, incluindo políticas econômicas, sociais e estruturais. Algumas das ações necessárias incluem:

- **Melhoria da Educação:** Garantir acesso universal e de qualidade à educação básica e superior.
- **Acesso à Saúde:** Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir acesso igualitário a serviços de saúde.
- **Geração de Emprego:** Promover políticas de emprego que incentivem a formalização e a criação de postos de trabalho de qualidade.
- **Distribuição de Renda:** Implementar políticas fiscais e de transferência de renda para reduzir as disparidades econômicas.
- **Infraestrutura Básica:** Investir em saneamento, habitação e transporte público para melhorar as condições de vida nas regiões mais pobres.

Vamos relacionar os governos brasileiros dos últimos 20 anos e suas políticas em relação ao combate à desigualdade social, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para entender o impacto dessas políticas.

## Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

### Políticas e Programas:

- **Bolsa Família:** Programa de transferência de renda que consolidou outros programas sociais. Foi crucial para a redução da pobreza e da desigualdade, beneficiando milhões de famílias em situação de vulnerabilidade.
- **Aumento do Salário Mínimo:** Houve um aumento real significativo do salário mínimo, que teve um impacto direto na renda das famílias mais pobres.
- **Expansão do Crédito:** Ampliação do acesso ao crédito para as camadas mais baixas da população.
- **Programas de Habitação:** Implementação do programa Minha Casa, Minha Vida no final do governo Lula, que visava fornecer moradia para famílias de baixa renda.

### Impacto nos Dados:

- **Índice de Gini:** Caiu de 0,583 em 2002 para 0,531 em 2010.
- **Taxa de Pobreza:** A taxa de pobreza caiu de cerca de 36% em 2003 para 24% em 2010.
- **Desigualdade Regional:** Redução das disparidades regionais, embora ainda persistam diferenças significativas entre regiões.

## Governo de Dilma Rousseff (2011-2016)

### Políticas e Programas:

- **Continuidade do Bolsa Família:** O programa foi expandido e continuou a desempenhar um papel importante na redução da pobreza.
- **Aumento do Salário Mínimo:** Continua a política de aumentos reais do salário mínimo.
- **Programa Mais Médicos:** Programa para melhorar o acesso à saúde em áreas carentes.
- **Minha Casa, Minha Vida:** Expansão do programa habitacional.

### Impacto nos Dados:

- **Índice de Gini:** Manteve-se em torno de 0,526 em 2014, com uma leve queda desde o início do governo.
- **Taxa de Pobreza:** Continuou a cair até 2014, mas a crise econômica iniciada em 2015 começou a reverter esses ganhos.
- **Desigualdade Regional:** Houve alguns avanços, mas a crise econômica de 2015 afetou mais severamente as regiões mais pobres.

### **Governo de Michel Temer (2016-2018)**

#### **Políticas e Programas:**

- **Reformas Econômicas:** Implementação de medidas de austeridade, incluindo a Emenda Constitucional 95 que congelou os gastos públicos por 20 anos.
- **Reformas Trabalhistas:** Mudanças na legislação trabalhista visando flexibilizar as relações de trabalho.

#### **Impacto nos Dados:**

- **Índice de Gini:** A desigualdade voltou a aumentar, chegando a 0,545 em 2018.
- **Taxa de Pobreza:** Houve um aumento da taxa de pobreza devido à desaceleração econômica e ao desemprego elevado.
- **Desigualdade Regional:** A austeridade e a crise econômica afetaram desproporcionalmente as regiões mais pobres, exacerbando as desigualdades regionais.

### **Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)**

#### **Políticas e Programas:**

- **Reformas Econômicas:** Continuação de políticas de austeridade e reforma previdenciária.
- **Auxílio Emergencial:** Durante a pandemia de COVID-19, o governo implementou um programa de auxílio emergencial que forneceu apoio temporário às famílias mais afetadas.

**Impacto nos Dados:**

- **Índice de Gini:** Inicialmente, a desigualdade manteve-se elevada, mas o auxílio emergencial em 2020 temporariamente reduziu a pobreza extrema.
- **Taxa de Pobreza:** O auxílio emergencial ajudou a reduzir temporariamente a taxa de pobreza, mas com a sua redução e posterior encerramento, a pobreza voltou a aumentar.
- **Desigualdade Regional:** A pandemia exacerbou as desigualdades regionais, com as regiões mais pobres sofrendo maiores impactos econômicos e sociais.

Os dados do IBGE indicam que, ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil teve períodos de redução significativa da desigualdade social, especialmente durante os governos de Lula e os primeiros anos do governo Dilma, impulsionados por políticas de transferência de renda, aumento do salário mínimo e expansão de serviços públicos. No entanto, a crise econômica a partir de 2015 e as subseqüentes políticas de austeridade e reformas estruturais contribuíram para um aumento na desigualdade e na pobreza. A pandemia de COVID-19 exacerbou essas desigualdades, apesar das medidas temporárias de assistência emergencial.

Essas tendências destacam a importância de políticas públicas contínuas e bem direcionadas para abordar as complexas dimensões da desigualdade social no Brasil.

**4.1. – Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil.**

Políticas estruturais de combate à pobreza tem sido uma preocupação constante no Brasil, considerando a persistência e magnitude do problema. A pobreza é uma manifestação da desigualdade social, que está profundamente enraizada em questões históricas, culturais, econômicas e políticas do país. Nesse contexto, é essencial a implementação de políticas que visem não apenas amenizar os efeitos da pobreza, mas também promover uma verdadeira transformação social.

Ao discutir as políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil, é importante destacar que essas iniciativas têm evoluído ao longo do tempo. Na década de 1990, por exemplo, o país passou por mudanças significativas com a criação do

programa Bolsa Escola, que posteriormente deu origem ao Programa Bolsa Família (PBF). Essas ações têm sido amplamente reconhecidas como fundamentais para a redução da pobreza e da desigualdade social.

O PBF, implementado em 2003, foi estruturado com base em uma abordagem multidimensional e procura garantir um acesso mínimo aos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde, educação e assistência social, para as famílias em situação de extrema pobreza. Segundo Valente e Fischmann (2018), o programa tem alcançado resultados positivos na redução da pobreza e no aumento do acesso à educação e aos serviços de saúde, além de promover uma maior igualdade de gênero.

Entretanto, é importante ressaltar que as políticas estruturais de combate à pobreza não podem se limitar apenas à transferência de renda. É necessário criar condições para que as famílias beneficiadas pelo programa possam superar a pobreza de forma sustentável. Nesse sentido, as políticas devem ser complementadas por ações que promovam a inclusão produtiva, o acesso a empregos de qualidade, o desenvolvimento de habilidades e a melhoria das condições de vida.

Adicionalmente, políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social, como investimentos em educação, saúde, infraestrutura e inovação, são essenciais para enfrentar as raízes estruturais da pobreza. Segundo Soares et al. (2020), é fundamental que o governo adote uma abordagem integrada, combinando políticas de transferência de renda com políticas de inclusão produtiva, educação e desenvolvimento regional, visando a promoção de um crescimento equitativo e sustentável.

Embora tenham sido alcançados avanços significativos, é importante destacar que o combate à pobreza no Brasil ainda é um desafio complexo e multifacetado. Muitas famílias continuam enfrentando dificuldades para escapar da pobreza e melhorar suas condições de vida. Portanto, é necessário um esforço contínuo por parte do Estado, da sociedade civil e de instituições acadêmicas para analisar e aprimorar as políticas existentes, bem como desenvolver novas estratégias de combate à pobreza, de forma a garantir um futuro mais justo e igualitário para todos os brasileiros.

A teoria econômica tem muita dificuldade em entrar na investigação de motivações morais que estejam por trás de escolhas distributivas sociais. O trabalho de Amartya Sen ou de Alberto Alesina são exceções. É interessante que concepções puramente liberais ou estatais da economia não resolvem esses dilemas cuja origem

é ética e de como as pessoas realizam suas escolhas sociais considerando apenas seus interesses pessoais e imediatos ou interesses mais amplos como aqueles ligados ao bem comum, pontua Flávio Comim, 2020.

## **4.2. Políticas voltadas para a pobreza: o caso da formação profissional.**

As políticas voltadas para a redução da pobreza têm sido uma preocupação constante dos governos ao redor do mundo. Dentre as diversas estratégias adotadas, a formação profissional surge como uma medida promissora para combater a falta de oportunidades e garantir a inclusão socioeconômica dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Neste ponto discutiremos a eficácia das políticas de formação profissional no combate à pobreza, abordando tanto os aspectos positivos quanto as limitações dessa abordagem.

A formação profissional tem sido amplamente reconhecida como uma importante ferramenta no enfrentamento da pobreza, pois visa fornecer habilidades técnicas e conhecimentos específicos que possibilitam o acesso ao mercado de trabalho e a realização de atividades remuneradas. Nesse sentido, políticas públicas de formação profissional têm buscado capacitar a população de baixa renda, visando sua inserção produtiva e o aumento das oportunidades de trabalho.

Diversos estudos têm apontado benefícios diretos da formação profissional na redução da pobreza. De acordo com Coelho e Machado (2018), a capacitação técnica proporciona a aquisição de competências demandadas pelo mercado de trabalho, aumentando as chances de empregabilidade e de ascensão profissional. Além disso, a formação profissional também contribui para a autonomia dos indivíduos, permitindo-lhes gerar renda própria e tomar decisões que impactam positivamente em sua qualidade de vida.

Apesar dos benefícios associados à formação profissional, é importante reconhecer as limitações dessa abordagem. Segundo Damasceno (2019), as políticas de formação profissional muitas vezes pecam pela falta de articulação com outras políticas sociais, como educação e saúde, o que compromete a efetividade das medidas adotadas. Além disso, programas de formação profissional devem levar em

consideração as características regionais e setoriais do mercado de trabalho, garantindo a oferta de capacitações que estejam alinhadas com as demandas reais.

As políticas voltadas para a pobreza têm na formação profissional uma estratégia importante, capaz de contribuir para a inclusão socioeconômica e a redução de desigualdades. No entanto, é fundamental que essas políticas sejam concebidas e executadas de forma integrada, considerando não apenas a capacitação técnica, mas também o acesso à educação de qualidade e a garantia de condições adequadas de trabalho. A efetividade das políticas de formação profissional depende, portanto, de uma abordagem abrangente e criteriosa, capaz de levar em conta as particularidades de cada contexto social e econômico.

### **4.3. A focalização do gasto social sobre a pobreza no Brasil.**

A focalização do gasto social sobre a pobreza no Brasil tem sido um tema frequente no debate acadêmico e político do país. A questão central gira em torno da efetividade das políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, especialmente no que diz respeito à distribuição de recursos financeiros.

Em um país marcado por desigualdades sociais, a focalização do gasto social tem sido defendida como uma estratégia eficiente para direcionar recursos aos mais necessitados. A ideia por trás dessa abordagem é concentrar os subsídios e benefícios em indivíduos e famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, a fim de proporcionar a eles condições mínimas de vida digna.

Diversos estudos têm demonstrado que, em contextos de escassez de recursos, a focalização do gasto social pode ser uma alternativa viável e eficiente para combater a pobreza. Segundo Braun e Mourão (2018), a focalização tem o potencial de permitir uma maior eficácia e eficiência do gasto público, uma vez que direciona os recursos para aqueles que realmente necessitam. Além disso, o direcionamento específico dos recursos pode contribuir para que os beneficiários tenham acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

No entanto, é importante ressaltar que a focalização do gasto social sobre a pobreza pode apresentar desafios e limitações. O principal questionamento refere-se à identificação precisa dos indivíduos e famílias em situação de pobreza, uma vez que

muitas vezes as definições e critérios utilizados podem ser subjetivos e insuficientes para capturar a complexidade dessa realidade.

De acordo com Coutinho et al. (2015), é fundamental que as políticas de focalização do gasto social sejam baseadas em critérios objetivos e atualizados, a fim de evitar exclusões indevidas ou inclusões inadequadas. A falta de precisão na definição da população alvo pode levar a desperdícios de recursos públicos e perpetuar a exclusão de pessoas que realmente necessitam de assistência.

Além disso, a focalização excessiva do gasto social sobre a pobreza pode gerar efeitos negativos indesejados, como o estigma e a segregação das pessoas beneficiárias. A estigmatização pode desencadear processos de exclusão social e dificultar a inclusão desses indivíduos na sociedade.

Nesse contexto, é necessário considerar que a focalização do gasto social sobre a pobreza não deve ser encarada como a solução única e definitiva para a redução das desigualdades sociais. Políticas mais abrangentes, como a melhora na qualidade da educação e a criação de oportunidades de emprego, também são fundamentais para o combate à pobreza.

Em suma, a focalização do gasto social sobre a pobreza no Brasil apresenta vantagens e desafios. Embora seja uma estratégia eficiente para direcionar recursos financeiros para os mais necessitados, é necessário aprimorar os critérios de identificação dos beneficiários e considerar políticas mais amplas para combater a pobreza de forma mais abrangente.

### **Políticas Sociais Eficazes**

Diversas políticas sociais têm sido implementadas no Brasil com o objetivo de reduzir as desigualdades. Algumas das mais eficazes incluem:

- **Bolsa Família:** Programa de transferência de renda que auxilia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, condicionado à frequência escolar e à vacinação das crianças.
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC):** Proporciona uma renda mínima a idosos e pessoas com deficiência que não têm condições de prover o próprio sustento.
- **Minha Casa Minha Vida:** Programa de habitação que subsidia a construção e a aquisição de casas para famílias de baixa renda.

- **Programa Mais Médicos:** Aumenta a disponibilidade de profissionais de saúde em áreas carentes, melhorando o acesso à saúde básica.
- **FIES e ProUni:** Programas que facilitam o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda.

#### **4.4. Focalização dos gastos públicos sociais e erradicação da pobreza.**

A focalização dos gastos públicos sociais refere-se às políticas e programas governamentais que visam atender prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa abordagem defende a alocação seletiva e direcionada dos recursos, concentrando esforços nas áreas e populações mais necessitadas. Segundo Sousa e Bénassy-Quéré (2019), a focalização dos gastos públicos sociais é essencial para promover a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

No entanto, há divergências sobre a eficácia dessa estratégia. Para alguns autores, a focalização dos gastos pode perpetuar a exclusão social ao segmentar os atendimentos e reforçar a estigmatização das pessoas em situação de pobreza (Ravallion, 2012). Essa visão crítica argumenta que a focalização pode criar um ciclo vicioso de dependência, no qual os beneficiários se tornam permanentemente dependentes das políticas assistenciais.

Outros estudiosos, como Lustig et al. (2018), afirmam que o problema não está na focalização em si, mas na forma como é implementada. Eles defendem que é necessário adotar uma abordagem multidimensional, considerando não apenas a renda, mas também o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento. Nesse sentido, a focalização dos gastos deveria ser acompanhada por um programa amplo de inclusão social, visando retirar as famílias da linha da pobreza e proporcionar-lhes oportunidades para um desenvolvimento social e econômico sustentável.

Além disso, é necessário considerar a importância de políticas universais que beneficiem toda a população, como a garantia de acesso universal à educação e saúde de qualidade. Essas políticas têm o potencial de mitigar desigualdades

estruturais e promover um ambiente propício para a superação da pobreza (SEN, 2000).

A focalização dos gastos públicos sociais é uma estratégia importante para combater a pobreza, ampliando o acesso aos serviços e recursos para aqueles que mais necessitam. Contudo, é necessário que essa abordagem seja aplicada de forma cuidadosa e complementada por políticas universais e programas de inclusão social. É fundamental considerar as particularidades de cada contexto, buscando um equilíbrio entre a focalização e a universalização dos recursos públicos, para garantir a erradicação efetiva da pobreza.

## **Políticas Sociais para Redução das Desigualdades**

### **Transferência de Renda**

- **Bolsa Família:** Programa de transferência de renda que ajuda famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, condicionado à frequência escolar e à vacinação das crianças.
- **Auxílio Emergencial:** Introduzido durante a pandemia de COVID-19 para mitigar os impactos econômicos nas famílias vulneráveis.

### **Melhoria da Educação**

- **FIES e ProUni:** Facilitam o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda.
- **Escolas de Tempo Integral:** Visam proporcionar uma educação mais completa e reduzir as desigualdades educacionais.

### **Acesso à Saúde**

- **SUS (Sistema Único de Saúde):** Fornece acesso universal e gratuito a serviços de saúde.
- **Programa Mais Médicos:** Aumenta a disponibilidade de profissionais de saúde em áreas carentes.

### **Infraestrutura Básica**

- **Saneamento Básico:** investimentos em água potável, esgoto e coleta de lixo para melhorar as condições de vida.
- **Energia Elétrica:** programas como o Luz para Todos expandem o acesso à eletricidade em áreas rurais.

### **Segurança Alimentar**

- **Políticas de Segurança Alimentar:** Iniciativas como a merenda escolar e programas de apoio à agricultura familiar para garantir uma alimentação adequada.

### **Exemplos de Sucesso**

- **Nordeste:** Implementação do Bolsa Família contribuiu para a redução da pobreza extrema e melhoria dos indicadores de saúde e educação.
- **Regiões Metropolitanas:** Políticas de habitação como o Minha Casa Minha Vida ajudaram a reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de moradia.

### **Políticas Sociais que Melhoram a Situação dos Brasileiros à Margem da Sociedade**

Para melhorar efetivamente a situação dos brasileiros que vivem à margem da sociedade, as políticas sociais devem ser integradas e focadas nas necessidades específicas dessas populações. A seguir, algumas recomendações baseadas na literatura e na análise das políticas existentes:

- **Aumentar a Cobertura e o Valor das Transferências de Renda:** Expandir programas como o Bolsa Família para incluir mais beneficiários e aumentar os valores pagos para garantir uma renda mínima digna.
- **Investir em Educação de Qualidade:** Ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação básica e profissionalizante para aumentar as oportunidades de emprego e renda.

- **Fortalecer a Saúde Pública:** Garantir a disponibilidade e o acesso a serviços de saúde de qualidade, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas.
- **Promover a Inclusão Produtiva:** Implementar programas que incentivem a formalização do trabalho e a criação de micro e pequenas empresas.
- **Garantir Direitos Básicos:** Assegurar o acesso universal a saneamento, habitação digna, água potável e transporte público.

O Crescimento Pró-Pobre, recentemente, esta posição tem sido disputada na Economia por um grupo de autores que define “crescimento pró-pobre” ou “crescimento de alta qualidade”. Com estes autores e esta literatura, consolida-se o argumento de que o crescimento econômico não necessita beneficiar a todos de maneira igual.

Mais importante do que isso, no entanto, é o conceito de que existem padrões diferenciados de crescimento econômico que não beneficiam do mesmo modo membros diferentes da sociedade.

O crescimento pró-pobre foca em setores e regiões onde os pobres estão mais concentrados, garantindo que o desenvolvimento econômico contribua diretamente para a redução da pobreza. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura básica, educação e saúde em áreas desfavorecidas, além de políticas específicas de transferência de renda.

Os desafios e perspectivas em relação à sustentabilidade das Políticas é crucial para garantir a continuidade e eficácia das ações de combate à pobreza. Isso inclui a necessidade de financiamento adequado e a implementação de políticas públicas integradas.

Abordar a pobreza de forma multidimensional é essencial para tratar não apenas a falta de renda, mas também a privação de capacidades. Isso envolve a coordenação de políticas em diferentes áreas, como educação, saúde, saneamento e habitação.

A participação das comunidades e dos próprios beneficiários das políticas sociais é fundamental para a efetividade das ações e para assegurar que as necessidades locais sejam atendidas.

## CONCLUSÃO

A análise das desigualdades sociais no Brasil revela um quadro complexo e multifacetado, onde a má distribuição de renda, a educação deficitária, a má gestão dos recursos públicos e os investimentos governamentais insuficientes são fatores interligados que contribuem para a persistência e agravamento das desigualdades. Este trabalho aborda esses fatores com base em dados e evidências, destacando as consequências da desigualdade de renda e suas implicações na sociedade brasileira, especialmente no período pandêmico e pós-pandemia.

Diante da análise abrangente sobre as desigualdades sociais, desequilíbrios de renda e políticas sociais no Brasil, é evidente que a nação enfrenta desafios complexos que demandam uma abordagem multifacetada que tem um forte compromisso com a promoção da justiça social. A persistência de disparidades socioeconômicas dentro do país tem implicações profundas para a coesão social, a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável.

A má distribuição de renda no Brasil tem impactos profundos e amplos, refletindo-se em diversas áreas da vida social e econômica do país. A concentração de riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população e a alta desigualdade de renda são evidenciadas pelo coeficiente de Gini, que se manteve em níveis elevados, passando de 0,524 em 2019 para 0,535 em 2021 (IBGE, 2021). Essa desigualdade acentuada tem várias consequências:

**A Pobreza e a Insegurança Alimentar:** A má distribuição de renda contribui para a manutenção de altos níveis de pobreza e insegurança alimentar. Em 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros enfrentaram insegurança alimentar grave, um aumento significativo em relação aos anos anteriores (PENSSAN, 2020).

**Acesso Desigual a Serviços Básicos:** Às famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades no acesso a serviços essenciais como saúde, educação e saneamento básico, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social.

**Relação com a Educação Deficitária,** a educação desempenha um papel crucial na redução das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento humano. No entanto, a qualidade e a acessibilidade da educação no Brasil ainda são desafios significativos.

**Desigualdade Educacional.** A pandemia agravou a desigualdade educacional, com 4,3 milhões de estudantes sem acesso a atividades escolares em 2020 (IBGE,

2021). A falta de infraestrutura e recursos para o ensino remoto evidenciou as disparidades entre escolas públicas e privadas.

**Investimentos Insuficientes.** Embora o orçamento para a educação básica tenha aumentado de R\$ 31,1 bilhões em 2019 para R\$ 33,2 bilhões em 2021 (Ministério da Educação, 2021), os recursos ainda são insuficientes para garantir a qualidade do ensino em todas as regiões do país.

**A Má Gestão dos Recursos Públicos.** A gestão eficiente dos recursos públicos é essencial para a implementação eficaz de políticas sociais e para garantir que os serviços básicos cheguem à população mais vulnerável. No entanto, a má gestão e a corrupção continuam a ser problemas significativos:

**Desvios e Corrupção.** Casos de corrupção e desvio de recursos comprometem a eficácia das políticas públicas e reduzem a confiança da população nas instituições governamentais.

**Ineficiência na Execução de Programas.** A execução ineficiente de programas sociais, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, limita o alcance e o impacto dessas iniciativas na redução da pobreza e da desigualdade.

**Investimentos Governamentais Insuficientes.** Os investimentos governamentais desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento social e econômico. No entanto, os investimentos insuficientes em áreas-chave como saúde, educação e infraestrutura limitam a capacidade do Brasil de enfrentar suas desigualdades.

**Saúde.** Apesar do aumento do orçamento do Ministério da Saúde de R\$ 134,9 bilhões em 2019 para R\$ 159,9 bilhões em 2021 devido à pandemia, o sistema de saúde ainda enfrenta desafios significativos na oferta de serviços de qualidade para toda a população (Ministério da Saúde, 2021).

**Infraestrutura Básica.** Investimentos em saneamento básico, água potável e eletricidade são essenciais para melhorar as condições de vida, mas ainda são insuficientes em muitas regiões do país.

**Dados e Evidências.** Para sustentar a análise, foram utilizados dados de diversas fontes: IBGE: Coeficiente de Gini, taxa de desemprego, renda média, e acesso à educação. Ministério da Cidadania: Relatórios sobre Bolsa Família, Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial. Ministério da Saúde: Cobertura de vacinação e orçamento. Ministério da Educação: Investimentos em educação básica. PENSSAN: Insegurança alimentar.

A pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades sociais no Brasil, destacando a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Para enfrentar esses desafios, é crucial adotar uma abordagem integrada que considere a distribuição justa de renda, o fortalecimento da educação, a melhoria da gestão pública e o aumento dos investimentos em infraestrutura social. Só assim será possível promover uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Primeiramente, é necessário reconhecer que a desigualdade social é uma realidade intrínseca à estrutura social brasileira. A herança histórica de exclusão e discriminação contribui para a reprodução de desigualdades que afetam negativamente grupos minoritários, como negros, indígenas, mulheres e pessoas em situação em que a pobreza é assustadora. Além disso, o modelo econômico adotado, baseado em grandes latifúndios, concentração de riqueza e falta de oportunidades para grande parte da população, perpetua essas disparidades.

Os desequilíbrios de renda, por sua vez, agravam as desigualdades sociais. A distribuição desigual da riqueza no Brasil é um dos principais obstáculos para entregar a população mais vulnerável uma melhor condição de vida. A falta de acesso a condições e serviços mínimos como: saúde, educação e moradia adequada, cria uma jornada infinita que anda de mãos dadas com a pobreza e exclusão social. Além disso, a concentração de renda nas mãos de poucos impede o desenvolvimento de uma economia mais inclusiva e dinâmica.

Nesse contexto, as políticas sociais desempenham um papel crucial na busca pela redução das desigualdades e na promoção da justiça social. Medidas como a implementação de programas de transferência de renda, a melhoria dos serviços públicos e a garantia de direitos sociais são fundamentais para enfrentar esses desafios.

Contudo, é necessário que tais políticas sejam efetivamente implementadas, que haja investimentos adequados e que sejam pautadas por uma abordagem inclusiva, considerando as especificidades de diferentes grupos sociais. No entanto, é importante reconhecer que as políticas sociais, por si só, não são suficientes para combater as desigualdades sociais e os desequilíbrios de renda. É necessário também promover mudanças estruturais na sociedade brasileira, como a reforma agrária, a ampliação do acesso à educação de qualidade, a valorização do trabalho e a diminuição da informalidade no mercado de trabalho. Além disso, é fundamental

promover uma cultura de respeito aos direitos humanos e combater as diversas formas de discriminação e violência que contribuem para as desigualdades sociais.

Dessa forma, conclui-se que a superação das desigualdades sociais, dos desequilíbrios de renda e a construção de políticas sociais eficazes são desafios fundamentais para a sociedade brasileira.

As concepções teóricas de Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado sobre a pobreza fornecem uma compreensão aprofundada dos fatores estruturais que perpetuam a desigualdade no Brasil. Ambos destacam a importância da industrialização, do planejamento econômico e das políticas sociais inclusivas como ferramentas essenciais para enfrentar a pobreza e promover um desenvolvimento mais equitativo. Suas contribuições continuam a influenciar o debate sobre políticas públicas e desenvolvimento econômico no Brasil.

É imprescindível, urgente, o grito de socorro. Que o governo, a sociedade civil como um todo, setor privado, empresários, pequenos e grandes, organizações internacionais se abracem e trabalhem de forma conjunta e coordenada na busca por soluções sustentáveis e inclusivas. Somente por meio de um esforço coletivo e comprometido será possível promover a igualdade de oportunidades, a justiça social e a construção de um país mais justo e próspero para todos os brasileiros.

Reduzir as desigualdades sociais no Brasil é um desafio complexo que requer uma abordagem integrada e sustentada. O Mapa da Fome ilustra a necessidade urgente de políticas eficazes para combater a insegurança alimentar, enquanto as medidas de desigualdade de renda destacam a importância de programas de transferência de renda e acesso a serviços básicos. Políticas sociais bem desenhadas e implementadas podem ter um impacto significativo na vida dos brasileiros que vivem à margem da sociedade, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

A sustentabilidade das políticas sociais é crucial para garantir a continuidade e eficácia das ações de combate à pobreza. Isso inclui a necessidade de financiamento adequado e a implementação de políticas públicas integradas.

O salário mínimo é uma ferramenta importante para a redução da pobreza e a promoção da justiça social no Brasil. No entanto, seus impactos econômicos e sociais devem ser cuidadosamente monitorados e complementados por políticas adicionais que promovam a inclusão e a produtividade. Uma abordagem de equilíbrio geral ajuda a entender as complexas interações entre diferentes setores e agentes

econômicos, proporcionando uma base sólida para a formulação de políticas públicas eficazes.

Abordar a pobreza de forma multidimensional é essencial para tratar não apenas a falta de renda, mas também a privação de capacidades. Isso envolve a coordenação de políticas em diferentes áreas, como educação, saúde, saneamento e habitação.

A participação das comunidades e dos próprios beneficiários das políticas sociais é fundamental para a efetividade das ações e para assegurar que as necessidades locais sejam atendidas.

A implementação de impostos ambientais, a chamada tributação verde, que penalizam atividades poluidoras, também pode ser uma forma de arrecadar recursos adicionais e incentivar práticas sustentáveis. Esses recursos podem ser revertidos para programas sociais e ambientais.

A questão tributária é fundamental para entender e combater a pobreza no Brasil. Um sistema tributário mais progressivo pode aliviar a carga sobre os mais pobres e financiar políticas públicas que promovam a inclusão social e a redução da desigualdade. Reformas tributárias que aumentem a progressividade e a equidade são essenciais para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

O reconhecimento da pobreza como uma privação multidimensional, conforme enfatizado por Sen, deve orientar a formulação de políticas públicas que busquem não apenas aliviar a pobreza, mas também empoderar os indivíduos, garantindo que possam desfrutar de uma vida digna e plena.

A pandemia exacerbou as desigualdades preexistentes e criou novos desafios: tais como a Desigualdade de Acesso. A desigualdade no acesso à educação e saúde tornou-se mais evidente, especialmente nas áreas rurais e entre as populações de baixa renda.

A sustentabilidade fiscal das políticas sociais é um desafio contínuo, exigindo uma revisão do sistema tributário e a implementação de políticas que promovam o crescimento econômico inclusivo.

A compilação dos dados estatísticos multidimensionais evidencia a importância das políticas sociais no Brasil para enfrentar a pobreza e a desigualdade, especialmente no contexto pós-pandemia. Apesar dos esforços, os desafios estruturais persistem, exigindo uma abordagem integrada que combine políticas de

transferência de renda, melhorias na educação e saúde, e reformas econômicas que promovam a inclusão social e a equidade.

A pandemia de COVID-19 acentuou as desigualdades sociais no Brasil, destacando a importância das políticas sociais para mitigar seus impactos. A volta do Brasil ao mapa da fome é um indicador alarmante que reflete a precariedade da segurança alimentar e a necessidade de políticas mais robustas e sustentáveis para combater a pobreza.

Para enfrentar os desafios estruturais e promover uma recuperação inclusiva, é crucial uma abordagem integrada que combine políticas de transferência de renda, investimentos em infraestrutura social e reformas econômicas que promovam a equidade e a inclusão social.

O crescimento econômico pode não beneficiar a todos igualmente devido a vários fatores:

- **Distribuição de Ativos:** A concentração de ativos, como terra e capital, em mãos de poucos significa que os benefícios do crescimento são desproporcionalmente distribuídos.
- **Acesso à Educação e Treinamento:** Indivíduos com melhor acesso à educação e treinamento estão mais aptos a aproveitar as oportunidades econômicas que surgem com o crescimento.
- **Segregação no Mercado de Trabalho:** Diferenças na qualificação e discriminação no mercado de trabalho podem limitar o acesso de grupos marginalizados aos empregos mais remunerados.

Eficácia do Crescimento na Redução da Desigualdade. A eficácia do crescimento econômico na redução da desigualdade depende de:

- **Inclusividade do Crescimento:** Se o crescimento cria empregos em setores acessíveis para os pobres e melhora os salários de trabalhadores de baixa renda.
- **Políticas Redistributivas:** Políticas fiscais e sociais que redistribuem renda e riqueza, como tributação progressiva e programas de transferência de renda.
- **Investimentos em Capital Humano:** Melhorias na educação, saúde e infraestrutura que aumentam a produtividade e oportunidades para os pobres.

## Políticas Sociais no Brasil com Melhores Resultados

### Bolsa Família

- **Impacto na Pobreza:** O Bolsa Família, lançado em 2003, foi um dos programas mais eficazes no combate à pobreza e desigualdade no Brasil. Em 2014, cerca de 14 milhões de famílias foram beneficiadas, reduzindo a pobreza extrema em 28% (IPEA, 2017).
- **Condicionalidades:** Condicionado à frequência escolar e vacinação das crianças, o programa ajudou a melhorar os indicadores de saúde e educação entre os beneficiários.

### Sistema Único de Saúde (SUS)

- **Acesso Universal:** O SUS proporciona acesso gratuito a serviços de saúde, essencial para reduzir as disparidades em saúde. Durante a pandemia, foi crucial para a vacinação em massa e tratamento de COVID-19.
- **Investimentos em Saúde:** O orçamento do SUS aumentou significativamente durante a pandemia, chegando a R\$ 159,9 bilhões em 2021 (Ministério da Saúde, 2021).

### Programa de Sustentação do Emprego (BEm)

- **Preservação de Empregos:** Implementado durante a pandemia, o BEm ajudou a preservar milhões de empregos, evitando demissões em massa e mantendo a renda das famílias.

## Qualidade do Crescimento Econômico para Redução da Pobreza

### Crescimento Inclusivo

- **Criação de Empregos:** O crescimento deve focar na criação de empregos formais e de qualidade, especialmente em setores onde os pobres são predominantemente empregados.
- **Aumento dos Salários:** Políticas que promovem o aumento dos salários mínimos e combatem a informalidade no trabalho.

## **Crescimento Sustentável**

- **Investimentos em Educação e Saúde:** Priorizar investimentos em capital humano é crucial para garantir que todos possam participar dos benefícios do crescimento.
- **Proteção Ambiental:** Crescimento sustentável que considera a preservação dos recursos naturais, garantindo que as futuras gerações possam também se beneficiar.

## **Crescimento Proativo na Redução da Desigualdade**

- **Tributação Progressiva:** Implementar uma estrutura tributária que onere mais os ricos e menos os pobres, redistribuindo a renda de maneira mais equitativa.
- **Políticas de Inclusão:** Promover políticas que visem a inclusão social e econômica dos grupos marginalizados, como mulheres, negros e indígenas.

## **Estratégias de Crescimento Pró-Pobre no Brasil**

### **Fortalecimento dos Programas de Transferência de Renda**

- **Aumento da Cobertura:** Expandir a cobertura e os valores dos programas como o Auxílio Brasil, garantindo que mais famílias vulneráveis sejam assistidas.
- **Condicionalidades:** Manter e fortalecer as condicionalidades que incentivam a educação e a saúde das crianças.

### **Investimento em Infraestrutura Social**

- **Educação:** Ampliar o acesso à educação de qualidade, desde a primeira infância até o ensino superior, incluindo programas de formação profissional.
- **Saúde:** Melhorar a infraestrutura e a qualidade do atendimento no SUS, especialmente nas áreas mais carentes.

## Políticas de Desenvolvimento Regional

- **Redução das Desigualdades Regionais:** Implementar políticas que promovam o desenvolvimento das regiões mais pobres, através de incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e apoio à agricultura familiar.

## Dados e Evidências

### Indicadores Econômicos e Sociais

- **Desigualdade de Renda:** O coeficiente de Gini passou de 0,524 em 2019 para 0,535 em 2021, indicando um aumento na desigualdade de renda (IBGE, 2021).
- **Pobreza:** Em 2021, 26,6% da população brasileira vivia em condições de pobreza multidimensional (PNUD, 2021).
- **Desemprego:** A taxa de desemprego atingiu 14,7% em 2021, comparada a 11,9% em 2019 (IBGE, 2021).

### Impactos das Políticas Sociais

- **Bolsa Família/Auxílio Brasil:** Em 2021, o Auxílio Brasil atendeu cerca de 17,5 milhões de famílias, com um valor médio de benefício de R\$ 217,18 por família (Ministério da Cidadania, 2021).
- **SUS:** A cobertura de vacinação atingiu mais de 143 milhões de pessoas (67,2% da população) até dezembro de 2021 (Ministério da Saúde, 2021).

Este trabalho discutiu estratégias de crescimento pró-pobre no Brasil, analisando as características do tipo de crescimento econômico mais justo e igualitário. A qualidade do crescimento econômico é crucial para a redução da pobreza e da desigualdade. Políticas inclusivas que promovem a criação de empregos formais, aumentam os salários e investem em educação e saúde são fundamentais para garantir que o crescimento beneficie a todos. A experiência brasileira com programas como o Bolsa Família e o SUS demonstra que políticas bem desenhadas podem ter um impacto significativo na redução da pobreza e na promoção da justiça social. Para avançar, é necessário fortalecer essas políticas e garantir que os benefícios do

crescimento econômico sejam distribuídos de maneira mais equitativa, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P.; SANTOS, C. N.; SOUZA, C. F.; MARTINS, T. A. G. Desigualdade e crescimento econômico: uma análise empírica para o Brasil. **Revista Econômica**, v. 10, n. 1, p. 53-69, 2015.
- ALVAREZ, C.; ROUGE, L. **Desigualdade de renda no Brasil**: evolução recente e determinantes. *Economia Aplicada*, v. 23, n. 2, p. 229-257, 2019.
- ARAÚJO, E., Amp; MENEZES, R. (2017). Políticas públicas de saúde e redução de desigualdades sociais: uma revisão integrativa. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(2), 375-396.
- ATKINSON, A. B. (2016). **Desigualdade: O que pode ser feito?** Brasil: Leya.
- BAGOLIN, Izete Pengo. **Da renda às capacitações: analisando e avaliando o Desenvolvimento humano. 2005**. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BALTAR, P. Desigualdades e políticas públicas: uma análise à luz dos processos de justificação. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 7-18, 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Brasil: Superando a desigualdade de uma geração para a outra**. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17148>>. Acesso em: 21 mai. 2023.
- BARBOSA, R. J. **Estagnação desigual**: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, n. 67, p. 59-70, out. 2019.
- BARBOSA, R. J.; PRATES, I. **Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do programa emergencial de preservação do emprego e da renda (MP no 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, n. 69, p. 65-79, jul. 2020.
- BARBOSA, R. J.; SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**. Brasília: Ipea, nov. 2020. (Texto para Discussão, n. 2610).
- BARRETO, F., & Franco, S. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retratos da crise. *Revista de Economia Política*, 38(4), 920-940. 2018
- BARROS, R.; MENDONÇA, R.; MENDONÇA, R. **Políticas sociais e redução da pobreza e da desigualdade no Brasil**. In: KASSOUF, A.; GIDEL, F.; MORSELE, S (orgs.). *Perspectivas sobre políticas sociais 9: igualdade de oportunidades – desenhos e desafios*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

BARROS, R.P. HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **IPEA:Texto para Discussão n. 800, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2023.**

BARROS, R. P. et al. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza.** Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2007. (Texto para Discussão, n. 1256). 20 Políticas Sociais: acompanhamento e análise | BPS | n. 29 | 2022.

Barros, R., Carvalho, M., & Franco, S. (2011). **A Importância do Salário Mínimo na Redução da Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA.

BASSO, D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. Colóquio, Faccat, Taquara/RS - v. 13, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/386> Acesso em: 21AGO2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global.** Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A. 2013, 225p.

Behring, E. R. (2021). **Fundo público, valor e política social.** Brasil: Cortez Editora.

BORTOLIN, Marciano. **Acervo da Biblioteca Central da Unesc.** 2022. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/blog/index/533>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BRASIL. **Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 10 Abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria.** Organizadores: Tereza Campello, **Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa.** 848 páginas. 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_s\\_em\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 19 fer. 2023.

BRAUN, R. P.; MOURÃO, P. A. **Uma avaliação do impacto do Bolsa Família na pobreza e na desigualdade.** Economia Aplicada, v. 22, n. 4, p. 617-647, 2018.

BOSCHETTI, I; Martinez, G. (2019). **Trabalho decente e desigualdade social no Brasil.** Em Tempo, 11(2), 183-199. 2019.

Caixa Econômica Federal. (2020). Auxílio Emergencial.

CANUTO, O. (2015). **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Carta de Conjuntura, 33, 1-15. 2015.

CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. L. M. **De Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e extrema pobreza.** São Paulo: Made/USP, 2021. (Nota de Política Econômica, n. 10).

CÉSAR, Davi. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. FECOP, 2020. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/> Acesso em: 09 abr. 2023.

CODACE – COMITÊ DE DATAÇÃO DE CICLOS ECONÔMICOS. **Comunicado de datação de ciclos mensais brasileiros**. Rio de Janeiro: Codace, jun. 2020.

COELHO, A., MACHADO, A. **Educação, Formação Profissional e Mercado de Trabalho**. A Sociedade em Debate, 3(1), 61-81. 2018.

COMIM, Flávio; BAGOLIN, Izete Pengo. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.23, n.especial, p. 467-490, 2002.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 70, p. 93-104, set. 2020.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. D. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

COUTINHO, L. R. et al. **Eficácia das Políticas Sociais de Combate à Pobreza no Brasil**. Oxfam Brasil e LCA Consultores, 2015. Disponível em: [https://www.oxfamblogs.org/brasil/wp-content/uploads/sites/5/2015/10/Relatorio\\_Aplicado\\_Politicais\\_sociais.pdf](https://www.oxfamblogs.org/brasil/wp-content/uploads/sites/5/2015/10/Relatorio_Aplicado_Politicais_sociais.pdf). Acesso em: 3 jan. 2023.

D'ANGELO, Chico. A história do primeiro de maio. Carta Capital, 2021. Disponível em: DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> Acesso em: 09 abr. 2023

DA SILVA, J. R. Sistema Tributário Regressivo: Um retrato da injustiça social. **Revista Tema Livre**, v. 14, n. 2, p. 226-244, 2018.

DAMASCENO, E. (2019). Políticas sociais, educação e formação profissional: considerações sobre a inclusão socioeconômica. Revista Em Pauta, 4(4), 76-88.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202101.html> Acesso em: 09 abr. 2023

DIEESE. **Salário Mínimo Necessário**. 2021. - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2019.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo**. 2020.

Ferreira, F. Redução da pobreza e políticas sociais no Brasil: uma análise do programa Bolsa Família. **Revista do BNDES**, 38(19), 13-44. 2012.

FERRERO, L. L.. Desigualdade, renda e pobreza no Brasil: efeitos e causas **Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. 2017

FOGUEL, M.; FRANCA, M. P. **A sensibilidade do desemprego às condições da economia para diferentes grupos de trabalhadores**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 65, p. 71-79, out. 2018.

FREITAS, P. **Salário Mínimo e Mercado de Trabalho no Brasil**. Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/agenda-legislativa/capitulo-25-salario-minimo-e-mercado-de-trabalho-no-brasil> Acesso em: 09 abr. 2023

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

FURTADO, C. (2005). **\*Formação Econômica do Brasil\***. São Paulo: Companhia das Letras.

FURTADO, C. (1974). **\*O mito do desenvolvimento econômico\***. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

G1 (2022). **Número de pessoas em situação de pobreza no Brasil bate recorde mostra pesquisa**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/29/numero-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza-no-brasil-bate-recorde-mostra-pesquisa.ghtml> Acesso em: 02 mai. 2023

HECKSHER, M. **Inaudíveis: quem deixou de ser coberto pelas pesquisas telefônicas e diferenças em relação aos registros administrativos**. Brasília: Ipea, jun. 2021. (Nota Técnica Disoc, n. 95).

HERDEIRO, R.; MENEZES-FILHO, N. **Tendências recentes no mercado de trabalho brasileiro (2012-2021)**. São Paulo: Insper, 2021. (Policy Paper, n. 61).

HENRIQUES RICARDO (org.) **Desigualdades e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil**. In Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Organizado por Marlova Jovchelovitch Noletto e Jorge Werthein – Brasília: Unesco, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

HOFFMANN, R.; JESUS, J. G. **A contribuição de onze parcelas para a desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil e a relevância do auxílio emergencial na redução da desigualdade em 2020.** Rio de Janeiro: Iepe; Casa das Garças, jan. 2021. (Texto para Discussão, n. 69).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2020. - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Carga Tributária no Brasil 2021.

IBGE. (2022). Coeficiente de Gini. <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 02/06/2024.

IBGE. (2021). *Indicadores Sociais - Desigualdade de Renda.* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> acesso em: 02/06/2024.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira:** 2020. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 24 nov. 2015. (Nota Técnica). A Evolução da Pobreza Monetária no Brasil no Século XXI 21 \_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro:

IBGE, 2021a. \_\_\_\_\_. **Sobre a alteração do método de calibração dos fatores de expansão da PNAD Contínua.** Rio de Janeiro.

IBGE, 2021b. (Nota Técnica, n. 4/2021). \_\_\_\_\_. **Sobre os rendimentos de todas as fontes** de 2020. Rio de Janeiro:

IBGE (2020). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira** - 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101751.pdf> Acesso em: 02 mai. 2023

IBGE, 19 nov. 2021c. (Nota Técnica, n. 5/2021). KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. **Simulações de impacto do novo auxílio emergencial sobre a pobreza e a desigualdade.** São Paulo: Insper, 2021. (Policy Paper, n. 55).

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Bolsa Família: evolução e impactos nas desigualdades no Brasil. Brasília: IPEA, 2019.

IPEA. **Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847> Acesso em: 09 abr. 2023

IPEA. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19.** IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2220-populacao-em-situacao-de-rua-cresce-e-fica-mais-exposta-a-covid-19> Acesso em: 09 abr. 2023

IPEA. **Salário mínimo real**. IPEA, 2021. MÁXIMO, Wellton. Agência Brasil explica: como é calculado o salário mínimo. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/agencia-brasil-explica-como-e-calculado-o-salario-minimo> Acesso em: 09 abr. 2023

IPEA. (2020). *Incidência Tributária no Brasil: Análise da Carga sobre as Famílias*. Brasília: IPEA.

IPEA. Governo Federal (2021). **Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias> Acesso em: 02 mai. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos Municípios Brasileiros - Assistência Social 2009 Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 13 mai. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. **Comunicados do IPEA.58, 2010a**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2023.

KINDLEBERGER, Charles Poor. **Desenvolvimento Econômico**. Tradução: Sonia Schwartz. São Paulo, Mc Graw – Hill do Brasil, 1976.

KUZNETS, Simon. **Crescimento Econômico Moderno**. Ritmo, Estrutura e Difusão. Editora: Victor Civita. Coleção: Os Economistas – Abril Cultural. São Paulo, 1983.

LAL, Deepak. **A Pobreza das Teorias Desenvolvimentistas**. Tradução: Ana Maria Sarda. Instituto Liberal do RJ, 1987.

LEITE, Antônio Dias. **Crescimento econômico**. Experiência Histórica do Brasil e Estratégia para o Século XXI. Editora José Olympio / RJ. 1999.

LEMO Alan e JIMÉNEZ, Roberto Argélio Frias. Distribuição de Renda, Pobreza e da Desigualdade Brasileiras ao Longo da Década de 90. **Economia Aplicada**. Vol.3 – n.3 – jul./set. 1999. Depto. Economia FEA – USP/FIPE.

MACHADO, Ana Flávia et al. **A nova classe média brasileira**: mais crônica do que aguda. São Paulo em Perspectiva, v. 34, n. 4, 2020.

MAGALHÃES, Luís Carlos Garcia de; SILVEIRA, Fernando Gaiger; TOMICH, Frederico Andrade; VIANNA, Salvador Werneck (IPEA). **Economia**, Niterói (RJ), v.2, n.1, p.107 – 157, jan/jun. 2001.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0.  
<https://doi.org/10.7476/9786557080320>

MARX, I; SILVA, F. L. (2017). **Desigualdade e consumo**: uma análise da distribuição de renda e consumo das famílias brasileiras entre 2004 e 2014. *Desenvolvimento em Questão*, 15(43), 34-59.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, p. 7-36.

MELO, P. F., SOUZA, P. H. Desigualdade da distribuição de renda do trabalho no Brasil (2002-2015). *Cadernos de Estudos*, 26(2), 195-220. 2018

MENEZES, Pedro. **Como aumentos no salário mínimo contribuíram para o golpe de 64.** InfoMoney, 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/como-aumentos-no-salario-minimo-contribuiram-para-o-golpe-de-64/> Acesso em: 09 abr. 2023

Ministério da Cidadania. (2020). **Bolsa Família.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> Acesso em: 02 de junho de 2024.

Ministério da Cidadania. (2020). **Relatório de Gestão do Bolsa Família.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> Acesso em 02/06/2024.

Ministério da Cidadania. (2021). *Relatório de Gestão do Auxílio Brasil.* Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em 09/06/2024.

Ministério da Educação. (2021). *Relatório de Investimentos em Educação.* Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br> Acesso em 09/06/2024.

Ministério da Saúde. (2021). *Boletim de Vacinação COVID-19.* Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br> Acesso em 09/06/2024.

MODESTO, Paulo. **Previdência nos estados e municípios: exercício de autonomia ou reprodução?** Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-16/interesse-publico-previdencia-estados-municipios-autonomia-ou-reproducao-servil> Acesso em: 09 abr. 2023

NERI, M. **Qual foi o impacto imediato da pandemia de covid sobre as classes econômicas brasileiras?** Rio de Janeiro: FGV Social, 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/qual-foi-o-impacto-imediato-da-pandemia-do-covid-sobre-classes-economicas-brasileiras> Acesso em: 4 fev. 2023.

NERI, M.C., Osório, R.G., Soares,W.L. (2006). Salário Mínimo, “Efeito-Farol” e Pobreza. *Revista Brasileira de Economia* v.60 n.2 Rio de Janeiro abr./jun. 2006.

InfoEscola (2021). Linha de pobreza - o que é, como é calculada, no Brasil. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/linha-de-pobreza/> Acesso em: 02 mai. 2023

Neri, M. (2010). **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. São Paulo: Editora FGV.

OCDE. (2020). *Revenue Statistics 2020*. Paris: OECD Publishing.

OLIVEIRA, Mariana. **Veja evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos. G1**, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html> Acesso em: 09 abr. 2023

ONU BRASIL. Objetivo 10: **Redução das desigualdades**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/> pos2015="" ods10="">. Acesso em: 21 fev. 2023. </https:></https:>

PAIM, Paulo. Salário Mínimo: **Uma história de luta. Brasília**, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180154> Acesso em: 09 abr. 2023

PAIVA, L. H. et al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o cadastro único em resposta à covid-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1097-1110, jul.-ago. 2020. 22 Políticas Sociais: acompanhamento e análise | BPS | n. 29 | 2022 \_\_\_\_\_. A reformulação das transferências de renda no Brasil: simulações e desafios. Brasília: Ipea, set. 2021. (Texto para Discussão, n. 2701).

PAIVA, L. H.; COTTA, T. C.; BARRIENTOS, A. Brazil's Bolsa Familia programme. In: COMPTON, M. E.; HART, P. T. (Ed.). **Great policy successes**. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 21-41.

PAIVA, L. H.; SOUSA, M. F. de; NUNES, H. M. P. **A focalização do programa Bolsa Família (PBF) no período 2012-2018, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Brasília: Ipea, jun. 2020. (Texto para Discussão, n. 2567).

Paulani, L., Bobik, M. (2020). *A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia*. Brasil: Saraiva Educação S.A.

Piketty, T. (2014). **O capital no século XXI**. Brasil: Intrínseca.

PINTO, Vanessa Pereira. **Ações afirmativas no Brasil: entre avanços e desafios**. Edipucrs, 2019.

PONTOTEL. **Tudo sobre o salário mínimo**: Quando surgiu, como é definido, valor atualizado e qual a previsão para 2022!. PontoTel, 2021. Disponível em: [www.pontotel.com.br/salario-minimo/](http://www.pontotel.com.br/salario-minimo/) Acesso em: 3 jan. 2023.

PNUD. (2021). Índice de Desenvolvimento Humano. <https://www.pnud.org/> Acesso em: 02/06/2024.

PNUD. (2021). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <https://www.undp.org/> Acesso em 02.06.2024.

Quirino, S. R., Barbosa, R. P., Schneider, G. (2020). **Educação, Pobreza e Desigualdade Social: A Escola e o Direito à Educação**. Brasil: Editora Appris.

R484q Ribeiro, Djamila. **O que é: lugar de fala?!** Djamila Ribeiro. -- Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017. 112 p.; 15,9 cm. (Feminismos Plurais).68 páginas.

Receita Federal do Brasil. (2021). *Arrecadação de Tributos Federais*. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>

REDE PENSSAN - **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar**. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid19 no Brasil. Belo Horizonte: Vox Populi, 20 21. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf) Acesso em 29 mar. 2023.

Rede Penssan. (2022). Mapa da Fome. <https://www.redepenssan.org/> Acesso em 02 de junho de 2024.

REIS, M. C. **Como as condições do mercado de trabalho influenciam as transições do desemprego para o emprego?** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 63, p. 39-45, out. 2017.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil. A evolução de longo prazo (1970-2011). **Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro: INAE, n. 492, 2013.**

SANTIAGO, Marcus Firmino. **Direitos sociais, desigualdades e democracia: o resgate do protagonismo social em um contexto de mercadorização da vida**. Curitiba: Juruá, 2021.

SANTOS, C. A. **Educação e desigualdade social: realidade ou possibilidade?** Revista Ideação, v. 17, n. 1, p. 169-191, 2015.

SAWAIA, Bader Burihan e FIGUEIREDO, Eugenia Bridget Gadelha. **Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate**. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2019, vol.25, n.2, pp. 659-670. ISSN 1677-1168. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p659-670>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo. 2001.

SEN, A. **Commodities and Capabilities**. Amsterdam: North-Holland, 1985. - UNDP. Human Development Reports. Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/pt/home/librarypage/hdr/human-development-reports.html>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

SENA, Max. RIBEIRO, Gilkarla. A (in). **constitucionalidade do valor do salário mínimo no Brasil**: Uma análise sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. Âmbito Jurídico, 2018. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-in-constitucionalidade-do-valor-do-salario-minimo-no-brasil-uma-analise-sob-a-perspectiva-da-dignidade-da-pessoa-humana/> Acesso em: 3 jan. 2023.

SILVA, Valdemir. REIS, Cristina. **Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política**. Leituras de Economia Política, Campinas, p. 1-26. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf> 3 jan. 2023.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, R. A. Estado e políticas sociais no Brasil: dilemas de um país periférico. **Estudos Avançados**, 32(94), 115-134. 2018

SOARES, Sergei et al. **Segurança alimentar e combate à pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

SOARES, S. S. D. et al. **Os impactos do benefício do programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza**. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Ed.). *Bolsa Família, 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010. v. 2. p. 27-52.

SOUZA, P. H. G. F. de. **A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre censos, PNADs e POFs**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 32, n. 1, p. 165-188, 2015. \_\_\_\_\_. (Org.). *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec Editora; Anpocs, 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, v. 20, n. 44, p. 20-45, 2018.

SOUZA, P. H. G. F. de et al. **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos**. Brasília: Ipea, ago. 2019. (Texto para Discussão, n. 2499).

SOUZA, P. H. G. F. de et al. **Uma História de Desigualdade: A Concentração de Renda Entre os Ricos no Brasil: 1926-2013**. Prêmio ANPOCS, 2017. Hucitec Editora.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade**. Editora Sinergia. 2012.

TAVARES, M. C. (1983). **\*Acumulação de capital e industrialização no Brasil\***. Campinas: Editora da Unicamp.

VALENTE, Ana Lúcia E. N.; FISCHMANN, Roseli. **Políticas públicas de combate à pobreza e desigualdade: um estudo comparativo entre Brasil e Uruguai**. Ciências Sociais Unisinos, 2018, v. 54, n. 1, p. 5-15.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. (coord). **A Crise Mundial e a Nova Agenda de Crescimento**. Editora José Olympio. Rio de Janeiro, 1999.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo, Ática, 2001.